



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Marília Luíza Ramos da Cruz

**Entre o leque e a katana: representações sobre o Japão e a imigração  
japonesa nas revistas ilustradas cariocas (1903-1928)**

São Gonçalo

2023

Marília Luíza Ramos da Cruz

**Entre o leque e a katana: representações sobre o Japão e a imigração japonesa nas revistas  
ilustradas cariocas (1903-1928)**



Dissertação apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em História Social da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Área de  
concentração: Territórios, Identidades e  
Representações.

Orientador (es): Prof. Dr. Luís Reznik

Coorientador: Gustavo Villela

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

26/11/2023

---

Data

Marília Luíza Ramos da Cruz

**Entre o leque e a katana: representações sobre o Japão e a imigração japonesa nas revistas  
ilustradas cariocas (1903-1928)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidade e Representações.

Aprovada em 16 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luís Reznik

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Izilda Matos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elisa Massae Sasaki

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

São Gonçalo

2023

## AGRADECIMENTOS

Posso afirmar que o presente trabalho foi um “filho do período pandêmico” da covid-19. As disciplinas obrigatórias, eletivas e até o estágio docente foram realizados de modo remoto. A internet diminui as distâncias e trouxe mais segurança em relação ao contágio, porém as valiosas trocas de um curso presencial ficaram prejudicadas. Foram diversos os afastamentos e incertezas, esse período me trouxe muita ansiedade e um quadro depressivo que eu nunca antes tinha experienciado.

Este trabalho em sua versão final representa em muitos sentidos as sensações de superação e amadurecimento. Não foi fácil chegar até aqui, mas que bom que eu tive forças para enfrentar os desafios que apareceram. Desde o processo seletivo até a conclusão do curso, aprendi que a autossuficiência é uma das maiores virtudes. Acreditar em si mesmo e ter fé torna o inalcançável tão somente mais um objetivo que merece muita dedicação.

Agradeço aos meus orientadores e as professoras da banca, que me ajudaram a dar corpo a esta pesquisa. Agradeço aos colegas que eu já conhecia da graduação e aos que conheci no curso e tive oportunidade de acompanhar o mesmo processo que eu estava passando, mesmo que em sua maioria de forma online. Sou grata a minha família e a espiritualidade, esta última que se tornou o meu maior apoio em todos os momentos.

Por último, agradeço profundamente a pessoa que mais me incentivou, que sempre acreditou verdadeiramente em mim e vibrou até mais do que eu quando descobrimos a minha aprovação no mestrado. Ao Luan, o presente que a História trouxe para a minha vida.

*Karetaki o miagete tsukinu iminsen*

A  
nau-  
imigrante  
Chegando:  
Vê-se lá no  
alto  
A cascata  
seca.

*Shuei Uetsuka (1908)*

## RESUMO

CRUZ, Marília. *Entre o leque e a katana: representações sobre o Japão e a imigração japonesa nas revistas ilustradas cariocas (1903-1928)*. 2023. 142. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A imigração japonesa para o Brasil possuiu um caráter peculiar. Os principais fatores envolveram o seu início tardio para o país, a significativa atuação do Japão no seu projeto emigratório, o lugar diferenciado de única nação imperialista asiática que o Japão passou a ocupar no século XX, a inferiorização racial relacionada aos asiáticos como “amarelos” e o antiniponismo. Os nipônicos foram representados como indesejáveis e inassimiláveis, mas também como organizados e pertencentes a uma nação de cultura instigante que realizou uma rápida modernização exemplar. A presente pesquisa objetiva analisar a imigração japonesa para o Brasil através das representações imagéticas, principalmente as charges, publicadas pelas revistas ilustradas cariocas *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Careta* e *Revista da Semana* durante as primeiras décadas do século XX. O Japonismo e a Guerra Russo-Japonesa ganham destaque no trabalho, pois foram exemplos de momentos em que o Japão ganhou visibilidade e fez parte de um modismo.

Palavras-chave: Imigração japonesa. Representações. Revistas ilustradas.

## RESUMEN

CRUZ, Marília. *Entre el abanico y la katana: representaciones de Japón y la inmigración japonesa em revistas ilustradas de Río de Janeiro (1903-1928)*. 2023. 142f. Disertación (Maestría en Historia Social) – Facultad de Formación Docente, Universidad Estadual de Río de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

La inmigración japonesa a Brasil tuvo un carácter peculiar, los principales factores involucraron su tardío inicio para el país, el papel significativo de Japón em su proyecto migratório, el lugar diferenciado de la única nación imperialista asiática qu Japón llegó a ocupar em el siglo XX, la inferiorización racial relacionada com los asiáticos como “amarillos” y el antijaponismo. Los japoneses fueron representados como indeseables e inasimilables, pero También como organizados y pertenecientes a uma nación com uma cultura apasionante que llevó a cabo uma rápida modernización ejemplar. La presente investigación tiene como objetivo analizar la inmigración japonesa a Brasil a través de representaciones de imágenes, principalmente caricaturas, publicadas por las revistas ilustradas cariocas Fon-Fon!, O Malho, Careta e Revista da Semana durante as primeiras décadas do século XX. O japonismo e a guerra Ruso-japonesa se destacaran na obra, ya que fueron ejemplos de momentos em los qu Japón ganó visibilidade y pasó a formar parte de uma moda pasajera.

Palabras clave: Inmigración Japonesa. Representación. Revistas Ilustradas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	As fases da imigração japonesa para o Brasil.....	41
Figura 2 –	O escrutínio russo-japonez.....	71
Figura 3 –	Os partidarios.....	75
Figura 4 –	Desenhos japonezes.....	76
Figura 5 –	Menino prodígio... e prodigo.....	78
Figura 6 –	Guerra Russo-Japoneza.....	80
Figura 7 –	Guerra Russo-Japoneza.....	81
Figura 8 –	Gloria do Japão.....	83
Figura 9 –	Na pharmacia.....	84
Figura 10 –	Japão, Rússia e Tio Sam.....	85
Figura 11 –	O conselho de guerra.....	86
Figura 12 –	A gueixa.....	93
Figura 13	Curiosidades mundiaes.....	95

-		
Figura 14 –	Curiosidades mundiaes.....	95
Figura 15 –	No Extremo Oriente.....	97
Figura 16 –	Bazar do Japão.....	99
Figura 17 –	Blusas de linho japonezas.....	100
Figura 18 –	Casa Nippon.....	101
Figura 19 –	Sabonete Reuter.....	101
Figura 20 -	Sabonete Reuter.....	102
Figura 21 –	Mulheres se banhando.....	102
Figura 22 –	A brasileira.....	104
Figura 23 –	A brasileira.....	104
Figura 24 –	Chá no Instituto de protecção a criança em Nicteroy	105
Figura 25	Criança vestida à japoneza	106

–		
Figura 26	Fon-Fon! em Copacabana.....	106
–		
Figura 27	O dia do Japão.....	108
–		
Figura 28	Bellezas orientaes.....	109
–		
Figura 29	Nas obras do pavilhão japonez.....	109
–		
Figura 30	publicação de O Lynce sobre japoneses.....	112
–		
Figura 31	a imigração japonza na Praia Grande .....	114
–		
Figura 32	Enthusiasmo esfriado.....	116
–		
Figura 33	Immigração japoneza no Estado do Rio.....	117
–		
Figura 34	Quadro de futuro.....	121
–		
Figura 35	Immigração japoneza.....	122
–		
Figura 36	Vão sahindo.....	126
–		
Figura 37	Immigração japoneza.....	127

–		
Figura 38 –	A colônia japonesa.....	128
Figura 39 –	Imigração japonesa.....	129
Figura 40 –	A invasão.....	131
Figura 41 –	A caricatura e a satyra como armas de guerra.....	134
Figura 42 –	A caricatura e a satyra como armas de guerra.....	135
Figura 43 –	Japão criança gulosa.....	136
Figura 44 –	A militarização do Japão.....	137

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1	<b>SESSÃO 1. PRECURSORES DA VINDA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES JAPONESES PARA O BRASIL</b> .....	19
1.1	Antecedentes do Japão.....	19
1.2	A grande imigração e o Brasil.....	30
1.3	1.3 Relações nipo-brasileiras: a peculiar imigração japonesa.....	39
2	<b>SESSÃO 2. REVISTAS ILUSTRADAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O JAPÃO</b> .....	45
2.1	Representação e charge.....	45
2.2	Sobre as revistas ilustradas e os chargistas.....	52
2.3	Sobre os artistas do traço.....	62
2.4	A Guerra Russo-Japonesa: o rato que virou urso, do Japão subjugado a guerreiro.....	70
2.5	Japonismo ou “Moda do Japão”, o Japão gueixa.....	88
3	<b>SESSÃO 3. REPRESENTAÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NAS REVISTAS ILUSTRADAS CARIOCAS</b> .....	111
3.1	Representações sobre a primeira iniciativa para a vinda dos imigrantes japoneses.....	111
3.2	Os amarelos.....	119
3.3	Representações pós Karaso Maru.....	125
3.4	A criança gulosa: o Japão na Primeira Guerra Mundial.....	134
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	139
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta-se como uma ampliação e aprofundamento da monografia “*A dualidade da imigração japonesa no Brasil: dos precursores a uma análise imagética na revista Fon-Fon! durante a primeira década do século XX*”. Nesse trabalho, foi apresentado que a imigração japonesa possuiu características singulares. Apesar do antiniponismo que emergiu principalmente a partir da lei de cotas de 1934<sup>1</sup>, do início das relações entre os dois países no final do século XIX até o final da década de 1920, constatou-se um misto de representações que apresentavam tons de curiosidades voltadas a cultura japonesa, notícias, influências do movimento artístico chamado Japonismo e argumentos de ordem racial que enxergavam os nipônicos como pertencentes a uma raça inferior. Ocorreram variações entre o exotismo, admiração e a indesejabilidade.

O livro *Orientalismo* de Edward Said (1978) é considerado como um fundador do pós-colonialismo. Na obra, Said apresentou uma forma particular da percepção da história moderna, sendo o ponto essencial a distinção binária entre o Ocidente e o Oriente. O Ocidente teria se auto-representado e definido o Oriente, este último em um caráter de inferiorização e dominação. Stuart Hall indica que a polaridade Ocidente e o “resto” (West/Rest) foi algo tão significativo que se encontrou na base de constituição das ciências sociais<sup>2</sup>.

O Japão, apesar de ter conquistado um lugar peculiar em relação aos outros países do Oriente após sua veloz modernização e sucessos militares, continuou sujeito a representações baseadas nessa polaridade. Afinal, mesmo o país mais “ocidentalizado” da Ásia não deixaria de ser enxergado em caráter de inferiorização pelas potências ocidentais. A circulação das informações pelas agências de notícias foi fruto da expansão imperial das potências europeias, logo as imagens que os chargistas reproduziam no Brasil também possuíam influências de visões e interesses

---

<sup>1</sup> GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos ael*, 2009.

<sup>2</sup> COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 21, p. 117-134, 2006, p. 118-119.

internacionais<sup>3</sup>.

Ao questionar se o Japão seria um país oriental ou ocidental, a autora Elisa Sasaki indicou que Edward Said não se referiu ao Extremo Oriente (parte que o Japão pertence) e o Japão quase não foi citado pelo autor. A recepção do conceito de orientalismo por parte dos intelectuais japoneses foi boa, pois eles tinham consciência dessa relação de poder. Apesar disso, um ponto a ser destacado é que o orientalismo não trouxe apenas um sentimento anti- ocidental para os japoneses, mas também um sentimento de culpa<sup>4</sup>.

Um ponto fundamental, é que o Japão em seu lugar peculiar na primeira metade do século XX, consistia em um país que teve uma forçada abertura na segunda metade do XIX e ficou sujeito a tratados desiguais com as potências ocidentais. Entretanto, ele conseguiu se modernizar rapidamente e se tornou uma potência imperialistas, a única da Ásia. Dessa forma, ao mesmo tempo em que existia o exotismo e as inferioriações por parte das imagens influenciadas pelas visões ocidentais relacionadas ao Japão, também era presente um medo e até admirações relacionadas ao Japão por parte das potências ocidentais.

As representações nas revistas ilustradas mostram que o Japão possuía uma cultura rica e instigante, com características desejáveis como o nacionalismo da população e a organização. Apesar disso, os imigrantes japoneses não deixavam de ser indesejáveis, pois sua raça destoava do ideal branco para o projeto de branqueamento da população<sup>5</sup>.

O presente trabalho se preocupa em analisar as representações sobre o Japão e a imigração japonesa em quatro revistas ilustradas cariocas, *O Malho*, *Revista da Semana*, *Careta* e *Fon-Fon!*. Essas revistas eram de ampla circulação nacional, possuíam em comum temáticas voltadas ao cotidiano, notícias, críticas e sátiras políticas. A escolha de revistas ilustradas do Rio de Janeiro se justifica pela influência do local na época, como então capital política e cultural do país.

A análise será voltada principalmente para as representações imagéticas (charges e fotografias), no corte que compreende entre 1903 a 1928. O período foi escolhido em

---

<sup>3</sup> AGUIAR, Pedro. O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859- 1934). *Revista Eptic*, v. 17, n. 2, p. 9-25, 2015, p. 23.

<sup>4</sup> SASAKI, Elisa Massae. O Orientalismo e o Japão. **MACAGNO, RIBEIRO, SCHERMANN (orgs.)**, *Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais*, p. 163-195, 2008, p. 165.

<sup>5</sup> TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas: Preconceito e Imaginário Social (1897- 1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016, p. 30-31.

virtude da primeira aparição relacionada ao Japão em tais revistas e a fase posterior a lei de cotas norte- americana. Para trazer contribuições a temática, que já foi abordada de forma distinta por outros autores, principalmente Marcia Yumi Takeuchi (2016) e Rogerio Dezem (2003), foram priorizadas no presente trabalho as publicações que ainda não foram abordadas pela bibliografia utilizada. A pesquisa constatou inexploradas 26 publicações relevantes em *Fon-Fon!*, 9 em *Careta*, 19 na *Revista da Semana* e 25 publicações em *O Malho*. Não serão apresentadas todas aqui, pois algumas apresentam ideias similares e o trabalho ficaria muito extenso e repetitivo, fugindo dos interesses da pesquisa.

As representações escolhidas serão organizadas em temáticas principais, sendo elas a Guerra Russo-Japonesa, Japonismo e a imigração japonesa para o Brasil. Em relação a divisão do trabalho, o primeiro capítulo apresentará os precursores do Japão e do Brasil, incluindo o início das relações nipo-brasileiras. Um aspecto importante é o movimento de abertura do Japão, que ocorreu de forma forçada pelas nações ocidentais. Apesar disso, a Era Meiji trouxe muitas mudanças e modernizações, que transformaram o Japão de um local isolado e subjugado a única potência imperialista não branca, o que o coloca em um local diferenciado em relação as outras nações asiáticas. A Era Meiji também teve como um de seus resultados um elevado aumento populacional, que foi contornado pelo imperador através do incentivo de uma política de emigração<sup>6</sup>.

O mesmo capítulo também abordará o contexto da Grande Imigração (1880-1930)<sup>7</sup>, porque tantos europeus se deslocaram de seus países de origem para tentar a vida no Novo Mundo, em fluxos que não se repetiram na história. E como o Brasil, um dos principais países receptores no período, se enquadrou no contexto. Ainda no capítulo 1, serão apresentadas as relações entre o Brasil e o Japão<sup>8</sup>, sendo o tema “imigração” a mais corrente entre as duas nações.

O capítulo 2 será voltado às fontes e representações publicadas nas quatro revistas ilustradas relacionadas ao Japão. Serão norteadores para as análises principalmente os conceitos de representação (Chartier, 1991) e semiótica (Hall, 2016). Além disso, também serão apresentadas as características que definem uma charge. Serão explorados os históricos das revistas, suas influências e as trajetórias dos

---

<sup>6</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007.

<sup>7</sup> KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**, v. 2, p. 13-31, 2000. 2

<sup>8</sup> MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010..

principais chargistas que atuaram nelas.

A temática da Guerra Russo-Japonesa, que pouco aparece nas pesquisas sobre imigração japonesa, ganhará destaque no presente trabalho. O conflito foi muito significativo para a mudança de imagem do Japão perante as outras nações e foram constatadas diversas representações sobre o mesmo nas revistas em análise. O “rato que virou urso” é uma metáfora associada diretamente a charge de *O Malho* que melhor condensa essa metaformose, do pequeno e isolado arquipélago a um país imperialista. Essa guerra significou pela primeira vez na história a vitória de uma nação asiática sobre uma ocidental<sup>9</sup>.

Ainda no capítulo 2 será explorado o Japonismo<sup>10</sup>, que consiste em outra temática também pouco explorada pela bibliografia sobre a imigração japonesa para o Brasil. O Japonismo ou a “moda do Japão” foi um movimento artístico e cultural iniciado na Europa durante a “redescoberta” do Japão na segunda metade do XIX. Foi um movimento amplo, que englobou influências do Japão na arte, arquitetura, decoração, moda, teatro, entre outros. No Brasil, o Japonismo ocorreu através de um filtro europeu, assim como as visões sobre o Japão ou a imigração japonesa, que sofreram influências dos discursos e teorias que se propagavam a partir da Europa. Existiram diversas lojas específicas de produtos temáticos no centro do Rio de Janeiro, com propagandas publicadas nas revistas ilustradas. Os anúncios incluíam quimonos, cosméticos, chás e acessórios específicos.

O Japonismo é diretamente relacionado ao estereótipo da gueixa e a Guerra Russo- Japonesa ao guerreiro samurai. Tais estereótipos foram anteriores a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil, mas permaneceram trazendo influências. Apesar do Japão ter se modernizado durante a Era Meiji, ele não perdeu no imaginário ocidental a característica de ser um país tradicional, “entre gueixas e samurais” a exemplo do exposto por Márcia Yumi Takeuchi (2016). A autora, que foi a principal influência para o trabalho, se preocupou em pensar a imigração japonesa não apenas dentro das fontes oficiais e dos discursos parlamentares, mas como os japoneses eram enxergados e representados especialmente nas revistas ilustradas. A presente pesquisa seguirá pelo mesmo caminho, trazendo fontes ainda inexploradas e reflexões voltadas a

---

<sup>9</sup> SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues et al. Wenceslau de Moraes e a Guerra Russo-Japonesa de 1904- 1905. 2009.

<sup>10</sup> KUNIYOSHI, Celina. Japonismo. **Imagens do Japão—uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

peculiaridade da imigração japonesa, em especial para as oposições como desejável/indesejável, fraqueza/força, ocidental/oriental, admirável/perigoso.

O terceiro e último capítulo apresentará as representações sobre a imigração japonesa de fato, com as questões e características em que essa peculiar imigração foi simbolizada. O capítulo será subdividido entre o período anterior a chegada do Kasato-Maru, o início da imigração experimental e as teorias racialistas. Além disso, também serão abordadas algumas imagens relacionadas ao Japão na Primeira Guerra Mundial, em que o Japão mesmo que com o status de potência imperialista, ainda era enxergado pelo ocidente como uma nação jovem e inferior, como uma “criança gulosa”.

## 1 SEÇÃO PRIMÁRIA. PRECURSORES DA VINDA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES JAPONESES PARA O BRASIL

### 1.1 Antecedentes do Japão

Para a compreensão do processo de emigração dos japoneses para diversos locais do mundo, incluindo o Brasil, é importante uma breve abordagem da história do Japão até o seu processo de abertura internacional no século XIX. A história japonesa tem origem com o mito de Amaterasu, a deusa do sol. Até o período final da Segunda Guerra Mundial e as pesquisas arqueológicas da década de 1960, os japoneses contavam sua própria história a partir de tal mito. É significativo que ele seja tratado aqui, pois traz aspectos sobre a construção do nacionalismo japonês e as condutas do Japão que apareceram nas representações posteriores.

Amaterasu, a deusa-mãe sol, teria dado origem a toda a linhagem do povo japonês. Sendo assim, todos os japoneses eram descendentes de uma divindade, logo diferentes do resto do mundo e homogêneos racialmente e culturalmente. E o imperador seria o descendente direto, aquele que era uma figura divina na Terra. O símbolo do sol foi tão significativo que a minimalista bandeira japonesa possui apenas a imagem de um círculo de sol<sup>11</sup>.

Essa crença era realmente forte, tanto que apesar dos inúmeros conflitos pelo poder, não se tem nenhum registro de uma tentativa de usurpação do trono imperial. Isso demonstra a força dos símbolos e a utilidade de se manter o imperador para o controle social. Essa questão do mito possuía dois lados, ao mesmo tempo em que trazia uma característica de unidade racial e nacional, todos aqueles que não pertenciam a concepção de “japonês” eram considerados inferiores. Isso foi notável principalmente no imperialismo japonês na Ásia durante o século XX<sup>12</sup>.

A formação do Japão é associada ao reino Yamato, quando ocorreram tentativas de hegemonia política e centralização do poder. “A história do Japão começa com a construção do império de Yamato e o surgimento da ideia de ancestralidade mítica comum criada para dar legitimidade ao trono imperial e a uma aristocracia fundiária que ora começa a dirigir o

<sup>11</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 47-49.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 56.

país”<sup>13</sup>. As evidências históricas indicam a existência de um líder supremo durante o século III ou IV, mas os registros apontam o ano de 660 como o início do reinado. Este seria o primeiro imperador descendente de Amaterasu, o primeiro da linhagem imperial chamado de Jimmu. Os historiadores não possuem a confirmação da existência deste imperador. Mas as pesquisas conseguiram compreender a organização social da época, formada por grandes proprietários territoriais que exerciam poderes sobre os clãs e a figura central do imperador<sup>14</sup>.

O período Asuka (552-710) foi significativo para o Japão, nele ocorreram diversas mudanças. A Ásia estava em franco processo de desenvolvimento no período, com a China e Índia na dianteira. A chegada do budismo do tipo chinês ao Japão foi de grande importância, pois serviu de justificativa para as disputas políticas. Neste período ocorreram dois marcos que visavam favorecer a unidade nacional, a Reforma Taika<sup>15</sup> e o Código Taiho<sup>16</sup>. Célia Sakurai destacou que na prática, foram fortalecidos os grupos da aristocracia que permaneciam em disputas por prestígio e poder. O poder central ainda não era consistente e as maiores referências eram as relações locais<sup>17</sup>.

O feudalismo japonês<sup>18</sup>, modelo que permaneceu até a abertura do Japão para o Ocidente, se formou após a Reforma Taika. Tal reforma estabeleceu que todas as terras eram públicas, mas as propriedades privadas (*shoen*) formadas fora do sistema prescrito pela reforma passaram a crescer durante os séculos IX e XI. A autonomia das propriedades privadas era no sentido de se autossustentarem e não pagarem impostos. Entretanto, essa autonomia era permitida através de autorização dos funcionários da alta hierarquia burocrática, que dependiam de uma nomeação dos grandes proprietários<sup>19</sup>.

Os grandes senhores locais cercavam-se de milícias particulares para a defesa de seus domínios. E os governadores provinciais passaram a se armar para defender os interesses do Estado. Sendo assim, formou-se uma complexa rede de relações de dependência entre os interesses locais, regionais e da corte. Os samurais (*bushi*) tiveram sua origem neste contexto, como membros das milícias particulares para a manutenção dos interesses de seus chefes.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 62

<sup>15</sup> A Reforma Taika foi implantada pelo príncipe Shôtoku (574-622), que instituiu as primeiras medidas de consolidação do poder centralizado em torno da figura do imperador. Foram criados postos para a corte de Yamato e foram estabelecidos os princípios básicos de uma Constituição de Estado. (SUZUKI, 1991).

<sup>16</sup> O código civil Taihō foi promulgado em 701 e em 702 foi promulgado o código penal. Esses códigos regulavam os cargos públicos, formas de dotação, órgãos regionais, o sistema agrário e as formas de arrecadação (SUZUKI, 1991).

<sup>17</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 73-74.

<sup>18</sup> Existem divergências sobre o assunto, mas a maior parte dos autores utilizados define o período como Japão Feudal, a exemplo de (SAKURAI, 2007) e (PANIKKAR, 1969).

<sup>19</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 76.

No início, são guerreiros rudes, mal armados e treinados, que auxiliaram os senhores locais a manter as suas propriedades. Muitos deles são agricultores na maior parte de suas vidas. Com o passar do tempo, esses guerreiros sofisticam seus métodos de luta, os armamentos se aperfeiçoam e, mais do que isso, os samurais se tornam uma casta com seu código de valores próprios, o *bushido*<sup>20</sup>.

A ascensão dos xoguns (líderes militares) teve origem com Yoritomo Minamoto em 1185. Um aspecto importante é que o local de referência do xogum era a cidade de Kamakura (atual Tóquio), longe da então capital Kyoto, onde a corte imperial se localizava. Essa distância era proposital, pois foram nos locais mais afastados que os clãs guerreiros ganharam força e influência, a medida que a corte enfraquecia. No sistema do xogunato o poder estava nas mãos do xogum, sendo o imperador uma figura simbólica e politicamente isolada. Esse sistema se manteve por alguns séculos, com constantes disputas pelo poder<sup>21</sup>.

Na base de todos os conflitos estava a inadequação do sistema político e administrativo pouco modificado desde o século VII. Ou seja, o nó residia na forma como as terras eram administradas, a quem estavam legalmente subordinadas (se diretamente ao imperador ou a senhores independentes), no peso de quem as administrava e de que forma as mudanças de mando eram incorporadas pelas pessoas que viviam e trabalhavam nas terras. Enfim, eram necessários diversos movimentos paralelos para adequar o que prescreviam as leis antigas e a realidade que se mostrava muito distante da antiga ordem<sup>22</sup>.

A chegada dos primeiros ocidentais ao Japão coincidiu com o processo de unificação japonesa, realizado pelos chefes militares Oda Nobunaga, que teve contato com os ocidentais, Toyotomi Hideyoshi e Ieyasu Tokugawa. Os portugueses foram os primeiros estrangeiros fora da Ásia que aportaram no Japão. Eles desembarcaram em 1543 na ilha de Kyushu e foram chamados de *nanbanjin* (bárbaros do sul). Em um primeiro momento, foram realizadas trocas culturais e econômicas vantajosas para ambas as partes. O Japão comprava produtos como o vidro, seda crua, salitre, açúcar. E vendia tecidos finos, cobre, espadas, leques. Durante praticamente meio século, os portugueses foram os únicos ocidentais que realizaram esse tipo de comércio com o Japão. Através do bom relacionamento, os portugueses intermediaram relações comerciais entre a China e o Japão, que haviam rompido anteriormente em 1480<sup>23</sup>.

Nesse período foram escritos os primeiros relatos de viagens ocidentais sobre o

<sup>20</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 79.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 82-86.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 106.

Japão. O navegador português José Alves, que aportou no Japão em 1544, é considerado o pioneiro.

As impressões de Álvares encontradas em seu relato escrito em dezembro de 1547 foram positivas, enfatizando o culto da honra pelos samurais, a beleza das mulheres japonesas, a etiqueta e a cortesia do povo japonês, definindo os japoneses como um povo belicoso cultuador da honra<sup>24</sup>.

Em virtude das invasões do *daymio* (senhor local) Toyotomo Hideyoshi à Coreia, o comércio com a China sofreu interrupções, dessa forma os portugueses conseguiram estabelecer rotas comerciais regulares. O fim das guerras civis propiciou aos senhores e comerciantes japoneses o acúmulo de riquezas. Juntamente com os comerciantes, também aportaram no Japão religiosos católicos que objetivavam a conversão da população. Esses religiosos chegaram a receber o apoio do *daimyo* Oda Nobunaga, pois as autoridades budistas estavam envolvidas com atritos em relação ao poder dos senhores locais<sup>25</sup>.

Apesar dessas trocas aparentemente positivas para ambos os lados e a alta capacidade de conversão dos jesuítas no Japão, em 1588 todos os católicos foram perseguidos, expulsos e assassinados através de um édito de expulsão. Isso foi justificado pelo motivo dos portugueses estarem levando japoneses como escravos, algo que seria imperdoável para as autoridades nipônicas. Mas o principal fator destacado por Célia Sakurai foi que o monoteísmo feria os fundamentos da nação japonesa, pois ia contra a crença de que o Japão era o berço dos deuses criadores do mundo<sup>26</sup>.

O processo de controlar forças divergentes do projeto de unificação iniciado por Nobunaga e seguido por Hideyoshi poderia não ir adiante se alguns valores ocidentais, como o individualismo ou a ideia de obedecer a Deus acima de todas as coisas, começassem a sobrepujar os ideais de lealdade e obediência que eram a base de todas as relações sociais no Japão. O trabalho bem-sucedido dos missionários católicos, com um número crescente de conversões, era um sinal nítido desse potencial<sup>27</sup>.

O contato com os portugueses não foi longo, mas suas influências no Japão podem ser percebidas na incorporação de trajes e acessórios. Um exemplo foi a dançarina Okuni, ou Izumo no Okuni. Ela era uma sacerdotisa itinerante de um santuário xintoísta. Em 1603, fez uma apresentação em Kyoto, trajando *kabukimono* (roupas estranhas de homem).

<sup>24</sup> DIAS, s/d, p. 41 apud DEZEM, 2005, p.126.

<sup>25</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007. p. 106-107

<sup>26</sup> Ibidem, p. 108

<sup>27</sup> Ibidem, p. 108.

Na realidade, Okuni usava um colar com crucifixo e calças compridas dos portugueses, junto com trajes típicos japoneses. Essa apresentação de Okuni, além de marcar o surgimento do teatro Kabuki, revela como as influências europeias são determinantes na configuração desse teatro tradicional japonês, cujas características preponderantes são a excentricidade e o exagero, além do elemento “estranho” que deriva do contato próximo com os portugueses, adicionando assim, algumas características de atuação, gestos e trajes que eram incomuns aos japoneses<sup>28</sup>.

Durante o período de boas relações entre Japão e Portugal, os padres jesuítas encenavam dramas litúrgicos. Kawatake (2003) indica que a relação dos japoneses com os trajes portugueses foi significativa para a configuração de uma arte tradicional japonesa, a exemplo do Kabuki. Apesar disso, as influências ocidentais no Japão só foram intensificadas após a forçada “redescoberta” do Japão<sup>29</sup>.

A desconfiança em relação aos ocidentais já era algo existente antes da expulsão dos portugueses. O *daimio* Hideyoshi suspeitou da recusa dos lusitanos em ajudá-lo nas suas incursões à Coreia. Além disso, um episódio foi marcante para que os japoneses optassem pela expulsão dos cristãos. Em 1596, um capitão espanhol que navegava entre as Filipinas e o México precisou ancorar no Japão por causa de uma tempestade. O espanhol explicou aos japoneses que os ocidentais utilizavam os religiosos como “ponta de lança para futuras conquistas militares de novos territórios”<sup>30</sup>.

Em 1598 Hideyoshi faleceu e ocorreram disputas por sua sucessão. Ieyasu Tokugawa foi o vencedor, recebendo do imperador em 1603 o título de *xogum* (líder militar). Ieyasu Tokugawa iniciou um processo de unificação do Japão através de um poder forte, central e marcado pelo isolacionismo. Foi iniciado um período na história japonesa conhecido como o Xogunato Tokugawa (1603-1867)<sup>31</sup>. “O período de hegemonia dos Tokugawa foi também o do isolamento racionalmente planejado para o Japão”<sup>32</sup>.

O primeiro *xogum* ou *Bakufu* (líder militar) da linhagem Tokugawa e seu sucessor tinham motivos para instaurar o isolamento. Em 1615 foi enviado um espião às “regiões do sul” (forma de definir a Europa) para acompanhar as atividades dos estrangeiros. Em 1622 os japoneses descobriram que a Espanha planejava invadir o Japão<sup>33</sup>. No início do século XVII as nações da Europa já haviam dividido entre si quase todos os territórios do Pacífico.

<sup>28</sup> MATSUDA, Juliana Miyuki. Os trajes de cena do teatro tradicional japonês: Nô, Kyogen, Kabuki e Bunraku. São Paulo: ECA/USP, 2020, p. 117.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>30</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 108.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>33</sup> PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*, trad. de Nemésio Salles. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 88-89.

Apenas o Japão ainda não era apresentado contra a partilha estipulada por Portugal, relacionada aos interesses da Igreja Católica<sup>34</sup>.

Dessa forma, com algumas raras exceções como holandeses, chineses e coreanos, nenhum estrangeiro tinha permissão para entrar no Japão. E mesmo os citados, apenas estabeleciam relações comerciais na ilha de Denshima, costa de Nagasaki. Qualquer estrangeiro que descumprisse a ordem poderia ser executado. O confucionismo e seus preceitos de valorização da obediência foram propagados. A sociedade era hierarquizada e o poder descentralizado entre os *daimio*, *xogum* e o imperador.

Algo significativo é que apesar das restrições, o edito não levava a uma ruptura total com o Ocidente. O Japão possuía interesse pelas tecnologias militares, especialmente a artilharia. As feitorias com Holanda e Inglaterra receberam neste período canhões em troca dos produtos japoneses. Em 1638, o *xogum* enviou uma comissão especial para estudar sobre a produção dos canhões holandeses. No ano de 1650 um fundidor de artilharia passou seis meses na capital Iedo para transmitir os seus conhecimentos.

Esse interesse pela artilharia, mais ou menos acentuado durante as épocas, permitiu ao Japão, mesmo durante o fechamento de seus portos, jamais perder de vista os progressos da ciência militar ocidental e, daí, conhecer suas fraquezas e o próprio atraso em relação aos países da Europa<sup>35</sup>.

Em finais do século XVIII e início do XIX o Japão passou a enfrentar pressões externas e internas que desencadearam o fim de seu isolamento voluntário. Alguns aspectos internos estão relacionados ao incremento da manufatura, industrialização rural, crescimento demográfico elevado e o desenvolvimento do comércio. A estrutura feudal estava cada vez mais sendo superada pela urbanização. Além disso, regras ligadas à hierarquia social começaram a ceder lugar para as novas tendências<sup>36</sup>.

Em relação aos fatores externos, a expansão do capitalismo e a fome das potências mundiais do período por territórios e mercados gerou a “era de ouro do imperialismo”. Missões russas e inglesas foram enviadas ao Japão com o objetivo de realizar sua abertura. Porém, o Japão conseguiu resistir até a chegada dos norte-americanos. Em 8 de julho de 1853, Comodoro Perry se apresentou com quatro navios de guerra diante de Ourawa. Ele trazia consigo uma carta nada amigável do presidente Fillmore, destinada ao *xogum*.

<sup>34</sup> SAKURAI, C. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 128.

<sup>35</sup> PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia, trad. de Nemésio Salles. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 92.

<sup>36</sup> SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007. p. 125-130.

Um grande número de nossos poderosos navios de guerra dirige-se para o Japão e são esperados nestes mares de um momento para o outro; o infirmo, como prova de suas intenções amigáveis, trouxe consigo tão somente quatro dos seus menores navios; mas até pronto, caso se torne necessário, a voltar a Iedo na primavera vindoura com uma força bem maior<sup>37</sup>.

Mesmo que os japoneses estivessem isolados até aquele momento, o pouco contato com o exterior os deixou cientes de suas debilidades em comparação aos ocidentais. Na primeira metade do século XIX, a derrota da China contra a Inglaterra já deixava evidente uma real ameaça de invasão ocidental no Japão. Sendo assim, em 31 de maio de 1854 os japoneses firmaram um tratado que abria seus portos ao comércio norte-americano<sup>38</sup>.

Também foi autorizada a instalação de representantes diplomáticos no país. As nações que antes pressionavam o Japão por sua abertura logo se mobilizaram para firmar tratados similares. Mesmo que a abertura dos portos tenha favorecido para o fim do xogunato, seu modelo já estava em processo de superação no período que os Estados Unidos chegaram ao Japão.

Na realidade, o comodoro Perry é o emblema da aceleração de um processo de mudanças que há muito estava ocorrendo a sociedade japonesa. A chegada dos ocidentais ao Japão aprovou uma discussão política em cujo cerne estava a decisão sobre os caminhos que o país tomaria no futuro. A restauração do poder ao imperador é o corolário do processo<sup>39</sup>.

As desordens de liderança dentro do xogunato também facilitaram a infiltração dos ocidentais. Após a morte do *xogum* Iesada foi estabelecido um impasse, pois o xogunato era um sistema sustentado por relações hereditárias e o *xogum* não havia deixado um herdeiro homem. Os Estados Unidos se aproveitaram dessas fragilidades e fizeram exigências que desencadearam nos tratados de junho de 1857 e julho de 1858. Tais tratados traziam apenas benefícios para as nações ocidentais, logo eram desiguais. Os norte-americanos poderiam residir nos portos dos tratados e se tornava reconhecido o princípio da extraterritorialidade<sup>40</sup>. Foi algo bastante similar ao que ocorreu em outros locais do Oriente, como na China e Índia.

A dominação das nações ocidentais em relação ao Oriente geralmente é compreendida

<sup>37</sup> PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*, trad. de Nemésio Salles. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 203.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 202-203.

<sup>39</sup> SAKURAI, C. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007. p. 130.

<sup>40</sup> PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia**, trad. de Nemésio Salles. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 203.

a partir do que Edward Said<sup>41</sup> apresenta como orientalismo. Consiste em um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica criada entre Ocidente e Oriente. A relação entre os opostos Ocidente e Oriente dentro do orientalismo é uma relação de poder e dominação<sup>42</sup> que possuía um argumento justificativo simples. Haviam ocidentais e orientais, os ocidentais consistiam nos dominadores e os orientais dominados. O “nós” ocidental possuía liberdade e direitos sobre os “outros” orientais.

Desde meados do século XVIII existiram dois elementos principais da relação Leste-Oeste, que viriam a se transformar no Ocidente e Oriente. O primeiro, a relação de força, e o segundo o conhecimento europeu sobre o Oriente. “O conhecimento do Oriente, posto que gerado a força, em um certo sentido cria o Oriente, o oriental e seu mundo”<sup>43</sup>.

Apesar do Japão ter sido inicialmente subjugado ao Ocidente, existem críticas ao uso do conceito para analisar o caso japonês. Um aspecto relevante é que Said se refere em seu livro à sociedade islâmica do Oriente Médio e Próximo, durante os séculos XIX e XX. O Japão se localiza no Extremo Oriente e é pouco mencionado pelo autor. O Japão possuiu uma peculiaridade em relação aos outros países da Ásia, pois após sua forçada abertura e os tratados desiguais, ele conseguiu se tornar uma potência imperialista<sup>44</sup>.

Esse processo ocorreu alguns anos após o estabelecimento dos tratados desiguais. O *xogum* entrou em uma série de derrotas e o poder foi direcionando para o imperador. Em 1868 Matsu-Hito Meiji, de 14 anos, assumiu o trono do Japão como o 122º imperador. Já no primeiro ano, o jovem Imperador prestou o juramento dos 5 artigos de leis, iniciando um grande plano de modernização democrática e objetivando a unificação nacional.

Instituirá Constituição Moderna, fundar a Dieta Nacional adotando o sistema parlamentar, aperfeiçoar o sistema de educação obrigatória, promover o intercâmbio com países estrangeiros — foram alguns de seus feitos para que o Japão atingisse um espantoso desenvolvimento em pouco menos de 50 anos. Pode-se dizer que o Japão moderno tem as suas bases solidificadas na Era Meiji<sup>45</sup>.

O principal foco deste período foi o de adaptar o Japão às exigências mundiais da época. A sociedade japonesa deveria entrar no esquema de inserção e competitividade no mercado mundial. Sendo assim, o país passou a correr contra o relógio para se adaptar aos

<sup>41</sup> SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>44</sup> SASAKI, Elisa Massae, 2008. O Orientalismo e o Japão, in Lorenzo MACAGNO, Fernando Rosa RIBEIRO, Patrícia Santos SCHERMANN (orgs.), *Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais*. Curitiba (PR): Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico do Paraná), p. 165.

<sup>45</sup> TOIDA, H. H. (1985). Imperador Meiji, sua época e seus poemas. *Estudos Japoneses*, 5, 17-28. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/ej.v5i0.142786>> acesso 05.08.2022.

padrões ocidentais em um curto período. “A nova elite no poder acredita que o melhor meio de resistir ao Ocidente é ocidentalizar o Japão e sua economia. Para realizar essa tarefa, os japoneses, acostumados a aprender com os estrangeiros, mobilizam todas as suas energias”<sup>46</sup>.

O Japão foi capaz de alterar o seu sistema de liderança, expulsar as ameaças estrangeiras e buscar a sua fatia no imperialismo. Em comparação com outros locais do Oriente que sofreram a dominação ocidental permeada pelo orientalismo, o Japão utilizou a técnica de aprender com o inimigo para superá-lo. Em março de 1868 o Imperador promulgou um decreto de relações com as potências estrangeiras e a corte imperial seria a única responsável por esses contatos. O Japão passava a oficialmente “aceitar a dominação”. Entretanto, não se tratava de um conformismo, mas sim uma estratégia.

A China se manteve firme enquanto foi possível contra a dominação do Ocidente. Já o Japão utilizou uma tática diferente. Consciente de sua fraqueza militar e incultura técnica e científica, o Japão soube utilizar a seu favor as competências técnicas ocidentais. Os japoneses se deram conta que conhecer as ciências do Ocidente consistia na melhor forma de proteção. Foram convidados todos os técnicos possíveis para transmitirem seus saberes aos japoneses.

Além dos fortes investimentos econômicos e das viagens de estudos e pesquisa, o governo japonês também se empenhou no apelo dirigido por empresários e trabalhadores para que se dedicassem à causa nacional. Pode-se dizer que o patriotismo, a qualificação dos trabalhadores e a disciplina do trabalho de equipe supervisionado tiveram um peso significativo no desenvolvimento industrial relativamente rápido do Japão<sup>47</sup>.

Ocorreram várias mudanças, a educação e organização social foram reformadas, foi estruturado um exército poderoso e criaram uma constituição que conciliava o princípio de um imperador sagrado e inviolável com o regime parlamentar. Além disso, hábitos também foram alterados, como o uso dos trajes sociais. A partir do contato com os ocidentais, surgiu no Japão uma necessidade de diferenciar os trajes “típicos” dos trajes ocidentais. Foi criada a denominação *wafuku* para os trajes originários e *yofuku* para os ocidentais<sup>48</sup>.

Os quimonos foram cedendo lugar as roupas no estilo ocidental. E isso não foi um processo natural, mas sim motivado pelo governo. Em 1871 o imperador Meiji decretou o corte do topete dos samurais, o que forçou o uso do cabelo masculino no estilo ocidental. No

<sup>46</sup> Edwin O, 1973, p. 143 apud. Sakurai, 2018, p. 133.

<sup>47</sup> SAKURAI, C. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007, p. 138.

<sup>48</sup> MATSUDA, Juliana Miyuki. Os trajes de cena do teatro tradicional japonês: Nô, Kyogen, Kabuki e Bunraku. São Paulo: ECA/USP, 2020, p. 118-119.

mesmo ano, foram adotados os uniformes no estilo ocidental para o exército japonês. A família imperial também passou a se apresentar em público trajando roupas ocidentais, para incentivar que as camadas mais elevadas passassem a utilizá-las também<sup>49</sup>.

A partir da promulgação da Constituição de 1889 ocorreu o movimento de revisão dos “tratados desiguais”. Em 1894 foi elaborado um tratado que abolia a jurisdição de extraterritorialidade no prazo de cinco anos, além da restauração da autonomia alfandegária. O Japão entrou em guerra contra a China (1894-1895) e obteve a vitória. A “Terra do Sol Nascente” conseguiu ocupar os territórios da Coreia e da Manchúria. A Primeira Guerra Sino-Japonesa foi finalizada com o Tratado de Shimonoseki, promulgado no ano de 1895.

Nesse acordo, a China cedeu ao Japão a ilha-província de Taiwan, os arredores das ilhas Pescadores e a península de Liaotung, no sul da Manchúria. Além disso, pagou uma grande indenização, aceitou a completa independência da Coreia e deu ao Japão os mesmos privilégios diplomáticos e comerciais desiguais que os ocidentais tinham com a China<sup>50</sup>.

Outros locais que o Japão adquiriu foram as Sacalinas do Sul e um Mandato na Liga das Nações na Micronésia, envolvendo as Ilhas Marianas, Carolinas e Marshall no Pacífico. Um dos aspectos que favoreceu a realização dessas conquistas foi o apoio da Inglaterra. Em 1902 foi assinado um pacto entre os países para conter a ameaça de uma expansão da Rússia na Ásia Oriental. A aquisição russa da província marítima da Manchúria foi um fator que trouxe preocupações, porque os russos obtiveram uma concessão para utilizar um porto sem congelamento no mar da Coreia. O Japão considerou isso como um risco, somado as disputas por dominação da região<sup>51</sup>.

Teve início assim a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), que será explorada em maiores detalhes no próximo capítulo. Esse conflito foi muito significativo para o Japão, pois representou pela primeira vez na história a vitória de uma nação asiática (não branca) sobre uma nação europeia. O resultado da guerra foi a ocupação estratégica do Japão sobre a Manchúria. O tratamento do tipo colonial, com uma relação dominação e subjugação foi realizado na China, principalmente na Manchúria. Dessa forma, realmente se torna difícil compreender a relação inicial do Japão com o Ocidente a partir do conceito de orientalismo. O Japão possuía na verdade um lugar de ambiguidade, pois ao passo que tinha se tornado reconhecidamente uma potência imperialista, não pertencia racialmente a supremacia branca

<sup>49</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>50</sup> SASAKI, Elisa Massae, 2008. O Orientalismo e o Japão, in Lorenzo MACAGNO, Fernando Rosa RIBEIRO, Patrícia Santos SCHERMANN (orgs.), Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais. Curitiba (PR): Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico do Paraná), p. 166.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 166.

que havia se criado muito antes de sua abertura<sup>52</sup>.

Além das conquistas territoriais e vitórias em conflitos, um dos resultados da Era Meiji foi um acentuado crescimento demográfico. O governo japonês empreendeu uma política de incentivo a emigração, em que os japoneses foram enviados para o sudeste da Ásia, Oceania e para as Américas. Também existiu o incentivo de ordem internacional, pois a entrada tardia do Japão na economia mundial foi compensada através de planejamento e uma aceleração do processo. “o Japão empreende uma política industrial intensiva, recrutando todos os seus recursos humanos, numa jornada que tem como objetivo colocar o país em condições de competição com as grandes potências mundiais”<sup>53</sup>.

Um aspecto significativo é que a adoção dos padrões ocidentais pelo Japão consistiu em uma tentativa de o país dialogar em pé de igualdade com outras nações. A emigração também seguiria esta característica, dos japoneses migrarem apenas na condição de trabalhadores, com contratos prévios. Em 1896 foi aprovada a Lei de Proteção aos Emigrantes, com o objetivo de amparar e proteger os emigrantes japoneses. Porém, essa questão da igualdade não foi atingida com êxito pelo Japão, porque os países ocidentais consideravam os japoneses como imigrantes racialmente inferiores. Além disso, existiam temores de expansionismo militar pela vitória do Japão na emblemática Guerra Russo-Japonesa<sup>54</sup>.

A primeira experiência imigratória do Japão para o exterior foi a destinação de seus súditos para o Havaí no ano de 1868. De início, o governo japonês não enxergava a experiência com bons olhos. Foi realizada uma missão de investigação para examinar as condições em que os japoneses foram recebidos. Apesar das ressalvas, o governo considerou que seus emigrantes enviados foram bem sucedidos. Um ponto que agradou o Japão foi a diferenciação criada em relação aos imigrantes chineses, os japoneses foram considerados mais honestos e pacatos. Surgiram as primeiras empresas japonesas que buscaram se beneficiar do novo negócio da imigração no Japão. De início, as lideranças japonesas apresentaram receios sobre a influência dessas empresas. Porém, em virtude da inevitabilidade do processo migratório, o imperador optou por não coibir a formação dessas iniciativas, mas se associou a elas e passou a direcioná-las ativamente<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>53</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 4. 2

<sup>54</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>55</sup> MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 15.

A imigração para o Havaí foi importante, pois com a anexação dos Estados Unidos em 1900, ele se tornou a principal porta de entrada dos trabalhadores japoneses para a América do Norte. Tirava-se o visto para o Havaí e, de lá, reemigrava-se para os Estados Unidos, o destino mais desejado pelos imigrantes nipônicos<sup>56</sup>.

A América Latina foi um destino alternativo aos Estados Unidos, o primeiro país em que foram estabelecidas relações diplomáticas com interesses de enviar imigrantes foi o Peru no ano de 1873. Outros países demonstraram interesse pelos trabalhadores japoneses e estabeleceram relações através de acordos de amizade, comércio e navegação. Foi realizado com o México em 1888, este sendo o primeiro acordo recíproco com um país ocidental, e com a Nicarágua em 1892. O Brasil só estabeleceu um acordo com o Japão no ano de 1895 e não foi encarado pelos nipônicos até meados da década de 1920 como uma prioridade para enviar os seus súditos<sup>57</sup>.

Os japoneses enfrentaram diversas problemáticas que incentivaram a interrupção de seu fluxo imigratório para a América do Norte, o principal interesse dos japoneses em virtude de uma admiração e potencial econômico. Os Estados Unidos, Canadá e Havaí criaram severas restrições para a entrada dos japoneses. Em 1908 foi instituído o *Gentlemen's Agreement*, uma forma diplomática de diminuir a imigração japonesa para os Estados Unidos, o principal destino dos japoneses na época. Sendo assim, o Japão passou a buscar novos locais para escoar sua população, sendo a América do Sul, com a exceção do Peru, um dos poucos destinos viáveis. Nesse contexto tem início o interesse do Japão de enviar seus patrícios para o Brasil, o país que se tornou o maior receptor de japoneses<sup>58</sup>.

## 1.2 A Grande Imigração e o Brasil

O Brasil foi um dos países que mais receberam imigrantes no período da Grande Imigração (1880-1930). Existem diversos fatores que contribuíram para o amplo deslocamento de pessoas nessa época. A questão envolve o balanço dos chamados fatores de expulsão, que influenciavam na saída das pessoas de seus países natais, e atração, que

<sup>56</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>58</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT, v. 9, 1999, p. 6.

incentivavam que esses emigrantes se destinassem para determinados locais. “Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem”<sup>59</sup>.

As condições econômicas consistem no fator de expulsão mais significativo, pois afetam diretamente nas condições de vida. Três fatores compreendem as principais influências, sendo eles: o acesso à terra e ao alimento, a variação de produtividade do plantio e a quantidade de membros da família que precisam ser mantidos. O primeiro fator se relaciona com as mudanças nos direitos sobre a terra, causadas pela variação de produtividade e a modernização agrícola como uma resposta ao crescimento populacional. “Nas grandes migrações dos séculos XIX e XX – época em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – o que de fato contava era a combinação desses três fatores”<sup>60</sup>.

O fator demográfico foi muito significativo para a grande imigração, em meados do século XVIII ocorreu na Europa pela primeira vez uma estabilidade nas taxas de mortalidade, que durante décadas foram decrescendo. Essas populações possuíam altos índices de natalidade, o que resultou em altas históricas no índices de crescimento populacional. Tal crescimento passou a pressionar os setores agrícolas dos países, dessa forma foram alterados os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção<sup>61</sup>.

Os *enclosures* (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas<sup>62</sup>.

Nos termos de relacionamento terra-trabalho, o Hemisfério Ocidental (especificamente o Novo Mundo), era o oposto da Europa. Através das mudanças ocorridas, a terra se tornou muito cara no solo europeu e a mão-de-obra barata. Já na América, a terra era abundante e a mão-de-obra escassa. Antes de 1880 foi desenvolvida a chamada Velha Imigração<sup>63</sup>

<sup>59</sup> KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**, v. 2, 2000, p. 13.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>63</sup> Klein utiliza o termo para definir os fluxos migratórios anteriores a 1880, formados principalmente por camponeses europeus, trabalhadores rurais da Irlanda, Ilhas Britânicas e Europa Setentrional.

principalmente para os Estados Unidos, mas também em menor escala para países como Canadá, Brasil e Argentina. O trabalho em regime escravista foi entrando em declínio, sendo o Brasil o último país a abolí-lo. Apesar de dez milhões de africanos e possíveis quinze milhões de europeus terem cruzado o Atlântico antes de 1880, essa década marcou um ponto decisivo no fluxo imigratório europeu<sup>64</sup>.

Os avanços tecnológicos foram decisivos para a intensificação dos deslocamentos, pois “encurtaram” as distâncias. Alguns exemplos foram a substituição da vela pela energia a vapor nos navios que cruzavam o Atlântico, o que acelerava a viagem e a tornava mais segura, a instalação do primeiro cabo telégrafo transatlântico (1866), a conclusão do primeiro conjunto de ligações ferroviárias nos principais países europeus e americanos (1870). A partir de 1870, existia um dinamismo maior no deslocamento das informações, as oportunidades de emprego na América se tornavam rapidamente transportadas em poucas semanas para os principais países europeus de emigração<sup>65</sup>.

No período anterior a 1880 (Velha Imigração), os europeus do Norte faziam parte do maior fluxo de saída. Ocorreu uma mudança na origem da imigração europeia, que passou a ser formada principalmente pelos europeus do Leste e do Sul e outras nacionalidade que começaram a emigrar, a exemplo dos japoneses. “Entre 1815 e 1914, pesquisadores estimam que cerca de 44 a 52 milhões abandonaram seus territórios de origem na aventura até o Novo Mundo”<sup>66</sup>. A maior parte dos imigrantes era formada por homens jovens. Porém, existiram variações como no caso brasileiro que após 1880 continuou a sublinhar sua preferência pela importação de famílias. Um dos principais motivos dessa característica foi a natureza dos contratos de trabalho nas lavouras de café, que até então eram levadas através do trabalho escravo. Foi elaborado um complexo sistema de salários e existia a influência da meação, dessa forma os fazendeiros organizavam as produções com base na produção dos grupos familiares<sup>67</sup>.

Devido, também, à existência competitiva dos trabalhadores negros livres e à resultante escala salarial baixa, mesmo quando comparada à Europa, era difícil para o Brasil contratar grande número de trabalhadores, sobretudo quando o país se defrontava com a concorrência dos mercados de trabalho da Argentina e da América do Norte, em expansão. Viu-se, assim, forçado a subsidiar trabalhadores e, por causa da organização da produção cafeeira,

<sup>64</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>66</sup> GONÇALVES, P. C. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: História da Imigração no Brasil / Luís Reznik (organização). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p. 91.

<sup>67</sup> KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**, v. 2, 2000, p. 24-25.

exigiu que os trabalhadores subsidiados deveriam fazer parte de grupos familiares. Assim, os portugueses, os italianos e os espanhóis que constituíam o grupo predominante de migrantes se ajustaram a essa proporção sexualmente mais equilibrada, e mais ainda os agricultores japoneses que, depois de 1908, começaram a chegar às lavouras de café<sup>68</sup>.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) deteve temporariamente grande parte da imigração para a América. O fluxo voltou a se recuperar na década de 1920, mas não chegou aos níveis do período anterior. Os preços dos produtos primários sofreram uma queda no mercado mundial, ocorreu no final da década a Grande Depressão. Esses fatores contribuíram para a limitação do mercado de trabalho e a promoção de um sentimento antiestrangeiro.

Além disso, os antigos impérios caíram com o Tratado de Versailles, que resultou no surgimento de um novo e intenso nacionalismo, contrário a emigração. As taxas de natalidade também começaram a diminuir e os mercados locais se expandiram na Europa oriental e meridional, o que diminuiu a necessidade de migrar. Não que a imigração tenha acabado no início da década de 1930, porém o grande fluxo histórico do período anterior não se repetiu, logo diversos autores definem este corte entre 1880 e 1930 como a Grande Imigração<sup>69</sup>.

O Brasil possuiu uma política imigratória bastante ativa na atração de europeus baseada na subvenção de passagens. São Paulo foi o maior destaque, com seus grandes contratos principalmente na lavoura cafeeira. A política de subsídios proporcionou que em alguns períodos os imigrantes destinados ao Brasil superassem os que foram para países considerados mais atrativos, como Estados Unidos e Argentina. Durante a Grande Imigração, São Paulo foi o destino de 52% a 69% dos imigrantes que vieram para o Brasil<sup>70</sup>. Na tabela a seguir, pode-se perceber que a imigração japonesa começou de forma bem posterior a outras nacionalidades, que já no final do século XIX se destinavam para São Paulo.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 25. Grifo nosso.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 25-26.

<sup>70</sup> GONÇALVES, P. C. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: História da Imigração no Brasil / Luís Reznik (organização). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, 96-97.

Nacionalidade dos principais imigrantes entrados em São Paulo (1882-1929) Números absolutos e porcentagem

Período	Portugueses		Italianos		Espanhóis		<b>Japoneses</b>		Alemães e outros		Total
	n.abs. <sup>71</sup> .	%	n.abs.	%	n.abs.	%	n.abs.	%	n.abs.	%	n.abs.
1882-1884	4.210	33,6	7.077	56,5	694	5,5	-	-	553	4,4	12.534
1885-1889	18.486	11,0	137.367	81,9	4.843	2,9	-	-	6.968	4,2	167.664
1890-1894	30.752	9,6	210.910	66,0	42.316	13,2	-	-	35.754	11,2	319.732
1895-1889	28.259	9,0	219.333	69,6	4.678	14,2	-	-	22.983	7,3	315.253
1900-1904	18.530	10,8	111.039	64,8	18.842	11,0	-	-	22.884	13,4	171.295
1905-1909	38.567	19,6	63.595	32,4	69.682	35,5	825	0,4	23.870	12,1	196.539
1910-1914	111.491	30,7	88.692	24,4	108.154	29,8	14.465	4,0	40.096	11,0	362.898
1915-1919	21.191	25,3	17.142	20,5	27.172	32,5	12.649	15,1	5.530	6,6	83.684
1920-1924	48.200	24,4	45.306	23,0	36.502	18,5	6.591	3,3	60.713	30,8	197.312
1925-1929	65.166	22,5	29.472	10,2	27.312	9,4	50.573	17,4	117.418	40,5	289.941
total	384.852	18,2	929.933	43,9	380.195	18,0	<b>85.103</b>	4,0	336.769	15,9	2.116.852

Fonte: Gonçalves, 2020, p. 123

No início de 1861, o governo brasileiro emitiu um decreto que organizou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Comércio. Ela possuía o status de ministério e passou a organizar os assuntos relacionados à imigração e colonização. A política de imigração passou a ser mais ativa no exterior, no ano de 1865 os cônsules e ministros foram instruídos a divulgar pela Europa que o governo imperial brasileiro pagaria para os imigrantes

<sup>71</sup> A sigla se refere a números absolutos.

a diferença entre o valor das passagens para os portos brasileiros e os da América do Norte. Gonçalves destaca que este foi o primeiro ensaio de uma política de subsídio<sup>72</sup>.

Em 1867, o decreto de 19 de janeiro elaborou as bases da regulamentação e uniformização para criação de colônias em todo o território brasileiro, com especial atenção para a distribuição de terras e condições de propriedade, administração, recepção e estabelecimento de colonos<sup>73</sup>.

O governo imperial uniformizou o processo de imigração e colonização, o mesmo persistiu por vários anos. No início da década de 1870 foram renovados diversos contratos com introdutores de imigrantes. Como já citado, uma das características da imigração no Brasil era a preferência por famílias. Os agricultores europeus do Norte eram os mais desejados, sendo necessárias boas condições de saúde e um limite de idade até 45 anos (salvo os chefes de família). Tais exigências deveriam ser comprovadas através de um documento assinado pelas autoridades locais. Em 1874 teve início a fase dos grandes contratos para a introdução de europeus. Os acordos anteriores especificavam a vinda de 500 a 30 mil imigrantes, para áreas destinadas a formação de um núcleo colonial em local específico e espaços provinciais<sup>74</sup>.

O contrato firmado entre o governo e Joaquim Caetano Pinto Júnior foi um marco na ambiciosa empreitada oficial. Estabelecia a introdução de 100 mil imigrantes em todo o Império, exceto na província do Rio Grande do Sul, no prazo de 10 anos. Deveriam ser alemães, austríacos, italianos do norte, nascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, com idade entre dois e 45 anos, salvo se fossem chefes de família, todos agricultores (apenas 20% poderiam pertencer a outras profissões)<sup>75</sup>.

Em virtude do aumento de despesas com a imigração, em 1878 o ministro da Agricultura Cansansão de Sinimbu suspendeu o acordo firmado com Caetano Pinto, com a justificativa de insuficiência de verba. Apesar disso, o governo continuou celebrando contratos menores até 1880, quando o ministro da Agricultura interrompeu temporariamente o sistema de imigração oficial subvencionada, exceto para os contratos já existentes. Apenas em 1885 o ministro da Agricultura Antonio da Silva Prado deu contornos mais claros para o programa de imigração. Foi baseado em três pontos, sendo eles: “organização de um serviço regular de propaganda em favor da emigração europeia para o Brasil; auxílio ao transporte dos emigrantes da Europa até seu destino final; reorganização do serviço da medição e venda

<sup>72</sup> Ibidem, p. 98-99.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>74</sup> Ibidem, 99.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 100-101.

das terras públicas para poder oferecer aos imigrantes pronta e conveniente colocação”<sup>76</sup>.

A lei nº 3.396 de 24 de novembro de 1888, que ocorreu posteriormente a abolição da escravidão, abriu permissão para que uma parte da renda destinada para o fundo de emancipação dos escravos fosse direcionada aos serviços de imigração e colonização. A Lei nº 3.397 da mesma data que a anterior, se voltou a destinar uma grande parte dos recursos do Ministério da Agricultura para os serviços que eram ligados a terras públicas, colonização e imigração e auxílios a agricultores que buscavam introduzir imigrantes no país. Pode-se perceber que a década de 1880 foi um período importante para a política imigratória brasileira, o aumento do fluxo imigratório resultou em diversas medidas para absorvê-lo<sup>77</sup>.

O início do período republicano foi marcado por uma mudança de rumo na política de imigração e colonização, incentivando a sua descentralização. A Lei Glicério ou Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, estabeleceu uma reforma nas leis de imigração e colonização. O objetivo principal era incentivar a imigração europeia, a lei determinou as bases para a criação de núcleos em propriedades particulares ou terras devolutas e as condições que os imigrantes deveriam preencher. Além disso, definiu quais eram os imigrantes indesejáveis<sup>78</sup>.

Foi no calor das mudanças efetivadas entre 1888 e 1889, em meio à abolição da escravidão e da proclamação da República, que a política imigratória ganhou forma, revelando o ideal do branqueamento como parte do projeto étnico-político defendido pelo recém-empossado Governo Provisório. Sob o signo da nova ordem republicana, foi promulgado o decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, regulamentando a introdução de imigrantes no Brasil, desde que aptos para o trabalho. “Indígenas da Ásia ou da África somente mediante autorização do Congresso Nacional [...]”<sup>79</sup>.

A exceção foi corrigida dois anos depois, pela lei n.97, de 5 de outubro de 1892. Ela permitia a livre entrada de chineses e japoneses no país, desde que não fossem “indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países”<sup>80</sup>. Mesmo que rebatida pouco tempo depois, a indesejabilidade pelos asiáticos foi publicada em lei, como citado anteriormente. Um ponto curioso é que a política imigratória brasileira estava se moldando no período e já nessa década os japoneses foram vistos como uma opção. Floriano Peixoto enviou uma missão diplomática ao Oriente Médio, para analisar a situação e possivelmente incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. A viagem se estendeu também para o Extremo

<sup>76</sup> Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1885 apud Gonçalves, 2020, p. 102.

<sup>77</sup> Ibidem, p.102-103.

<sup>78</sup> Ibidem, p.103-104.

<sup>79</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A biotopia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**, 2010, p. 68.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 68-69.

Oriente e o encarregado José da Costa Azevedo ou Barão de Ladário optou pelos japoneses. Ele os enxergava como imigrantes mais trabalhadores e econômicos que os chineses, esses últimos definidos como um “mal moral para o Brasil”<sup>81</sup>.

Essa comparação se deve a iniciativa fracassada de introdução de chineses entre 1854-1855 através do sistema de parceria. Foram firmados acordos entre as companhias particulares e fazendeiros, principalmente visando os trabalhadores de Cingapura que seguiriam para Sapucaia. O contrato entre o governo brasileiro e a Casa Sampson e Trappman previa a vinda de 2000 *chins*. Mas chegaram apenas 368 e esses poucos não se adaptaram ao tratamento similar a escravidão. Essa iniciativa malsucedida teve como resultado a formulação de um discurso que estigmatizava os chineses de diversas formas. Adjetivos como “inúteis” e “indisciplinados” foram muito presentes. A introdução dos imigrantes japoneses gerou uma comparação a este discurso, pois os japoneses eram geralmente elogiados como “disciplinados”, “trabalhadores” e “educados”. Mas tais adjetivos não significam que os japoneses eram desejáveis em comparação aos europeus, eles apenas eram bons possíveis substitutos<sup>82</sup>.

O veredicto de Barão de Ladário direcionou os olhares do governo para o Japão. Foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre as duas nações em 5 de novembro de 1895 e sancionado pelo Presidente da República no ano seguinte. Apesar disso, o Brasil não era um destino em potencial para o Japão naquele momento, como será melhor explorado no título posterior, existia uma preferência do Japão pelos Estados Unidos. Além disso, o preconceito e as barreiras contra os asiáticos existiam de maneiras diferentes em cada estado brasileiro, sempre trazendo preferências para os imigrantes brancos e europeus<sup>83</sup>.

A década de 1880 também marcou o início da formação da política de importação de imigrantes em São Paulo para a cafeicultura. Foi estabelecido um embate entre duas políticas de imigração. Sendo a primeira a criação de núcleos coloniais com pequenos proprietários, e a segunda, o fornecimento de mão-de-obra para a grande lavoura cafeeira, o projeto que prevaleceu em São Paulo. O preço do café teve um aumento em 1895 e até 1896 foram alcançados lucros e índices de expansão inéditos. A carência de braços estava sendo suprida principalmente por imigrantes italianos. A partir dessa expansão, a política imigratória paulista passou a financiar a obtenção de braços.<sup>84</sup>

A Sociedade Promotora de Imigração (SPI) foi construída pelos cafeicultores paulistas

<sup>81</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>84</sup> GONÇALVES, P. C. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: História da Imigração no Brasil / Luís Reznik (organização). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p. 108-109.

em 2 de julho de 1886. Em 1888, o então presidente da província Francisco Paula Rodrigues Alves realizou a transferência da administração da Hospedaria dos Imigrantes do Brás para a SPI. Dessa forma, a Sociedade Promotora de Imigração passou a assumir o controle da política de imigração. A hospedaria alojava e abrigava mais de três mil imigrantes, centralizava o serviço de contratação e distribuição dos imigrantes para a lavoura<sup>85</sup>.

Fruto não só dos anseios, mas também do aprendizado com as fracassadas experiências anteriores de contratação de imigrantes, a SPI subverteu a ordem geográfica do recrutamento, trazendo para São Paulo o universo de pessoas no qual os fazendeiros buscariam seus colonos, além de garantir a “qualidade” dos braços<sup>86</sup>.

Durante o seu financiamento até 1895 a SPI introduziu em São Paulo mais de 220 mil imigrantes europeus, em sua maioria italianos. Mesmo com as dificuldades que traziam oscilações no movimento migratório, o afluxo de imigrantes na última década do oitocentos chegou a quase 735 mil. Existiram picos excepcionais nos anos de 1891, 1895, 1896 e 1897. Apesar disso, os grandes contratos para a introdução de imigrantes davam sinais de esgotamento. Ocorreram empecilhos no exterior, principalmente com a Itália, que apresentava o maior contingente de levas migratórias para São Paulo. Outra questão foi a elevação na produção do café em 1898, que provocou uma significativa queda no seu valor. Essa queda durou mais de 10 anos, pois o aumento da produção saturou o mercado<sup>87</sup>.

Em 1900 ocorreu um déficit migratório, em que a mobilidade dos imigrantes fez com que as saídas superassem as entradas. A política de subvenção de passagens sofreu uma alteração no período, foi estabelecido um limite anual para a entrada de imigrantes e um prêmio para as companhias de navegação ou armadores que trouxessem imigrantes para a lavoura. Existia a exigência de que esses imigrantes estivessem vindo pela primeira vez ao Brasil, fossem constituídos em grupos familiares de exclusivamente agricultores.

No final de 1907, o governo celebrou contrato com a Companhia Imperial de Emigração de Tóquio para trazer 3 mil imigrantes. A alternativa da imigração japonesa foi pensada com maior afinco no momento em que a economia cafeeira demandava mais mão de obra, com a expansão da área cultivada, em virtude da alta dos preços do café no mercado internacional. Preocupação que crescia, principalmente ante os saldos negativos entre a entrada e a saída de imigrantes. Mesmo assim, a introdução de japoneses era vista com reservas até por seus partidários, que a propunham “a título de ensaio”<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 116-117.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 120.

Desde 1897 a conveniência da vinda de imigrantes japoneses era debatida nos meios oficiais por correspondências entre a representação diplomática do Brasil no Japão e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Itamaraty). Marcia Yumi Takechi conclui que a Legação do Brasil em Tóquio foi estabelecida em primeiro lugar para atender as reivindicações da oligarquia cafeeira paulista. Antes de ser concretizado o primeiro acordo, existiram correspondências favoráveis e contrárias dos ministros plenipotenciários no Japão no Itamaraty sobre a introdução dos japoneses. Alguns exemplos são Henrique Lisboa e M.C. Gonçalves Pereira a favor, e Oliveira Lima e Luis Guimarães contra. Os argumentos contrários possuíam um similar caráter político e racial, e os favoráveis buscavam preencher a demanda da mão de obra na lavoura paulista e enxergavam os imigrantes japoneses como bons trabalhadores, sendo positivas as relações entre as duas nações<sup>89</sup>.

### 1.3 Relações nipo-brasileiras: a peculiar imigração japonesa

O fenômeno da imigração japonesa para o Brasil foi objeto de vários estudos na segunda metade do século XX, principalmente nas áreas de Antropologia e Sociologia, em razão da própria curiosidade instigada acerca da interação de indivíduos de base cultural tão diferente (brasileiros e japoneses). Além disso, outras características como o início retardatário desse fluxo e a intervenção ativa do governo nipônico no processo contribuíram para tornar a imigração japonesa um caso peculiar, quando comparado com outros fluxos recebidos pelo Brasil, a chamar a atenção de estudiosos<sup>90</sup>.

O Japão não possuiu inicialmente interesses concretos de enviar seus emigrantes para o Brasil, a preferência era pelos Estados Unidos. Tampouco o Brasil possuía uma preferência por imigrantes asiáticos, as políticas imigratórias brasileiras valorizavam o imigrante branco e europeu. Apesar disso, o país até hoje possui a maior comunidade de japoneses fora do Japão, que se deve ao processo imigratório entre os dois países iniciado na primeira década do século XX. A primeira relação formalmente estabelecida pelos dois países foi o já citado Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895. Apesar disso, foi escasso o contato entre as duas nações nos primeiros anos, que só se estreitou com o início da vinda de

<sup>89</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. O império do Sol nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**, 2010, p. 34-39.

<sup>90</sup> MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 1.

japoneses para o Brasil. A principal característica das relações nipo-brasileiras anteriores à Segunda Guerra Mundial foi a predominância absoluta da temática migratória<sup>91</sup>.

Nos relatórios Ministeriais das Relações Exteriores até 1908, são tratados apenas assuntos burocráticos da legação brasileira no Japão como prestação de contas, mudança nos quadros de funcionários e comentários sobre a possibilidade de iniciar uma corrente migratória para o Brasil. Após essa data, continua-se a tratar de assuntos burocráticos e começam a aparecer questões relacionadas à imigração que já se iniciava e que viria a ser o principal assunto dos dois países por muitos anos<sup>92</sup>.

Inicialmente o Brasil não oferecia ao Japão vantagens em relação aos outros países. Um ponto importante era o elevado custo de transporte. Em virtude da distância, a passagem para o Brasil era uma das mais caras para o Japão. Apenas em 1906 ocorreu a missão exploratória de Ryu Mizuno, o presidente da Companhia Imperial de Emigração<sup>93</sup>. Em 1905, Fukashi Suguimura assumiu o posto de Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil. Assim que Suguimura pisou em terras brasileiras, ele empreendeu uma viagem de inspeção a Minas Gerais e depois a São Paulo. Ele solicitou uma entrevista com o Secretário da Agricultura de São Paulo e percebe-se uma forte impressão de bem-estar por parte de Suguimura e sua equipe, que foram muito bem recebidos em São Paulo. Seguem abaixo alguns trechos do relatório de Suguimura:

*Durante a entrevista que mantive com o Senhor Presidente da República, no mês de dezembro, manifestou ele vivo interesse pela viagem, oferecendo-me vários préstimos para facilitar minha missão. No dia da partida, qual não foi minha surpresa ao saber da reserva de um vagão especial para nossa viagem a São Paulo. Chegamos a São Paulo, éramos aguardados pelo Governador, acompanhado de seu secretário e mais três seguranças. Fomos conduzidos ao hotel em carruagem privativa do Presidente da República<sup>94</sup>.*

*No dia seguinte, o Secretário do Interior, em pessoa, nos acompanhou, para explicar em detalhes o funcionamento de administração estadual, a situação da malha ferroviária, o Porto de Santos e seu movimento de exportação, a produção de café e outros gêneros. Diversas pessoas compunham a comitiva, cada uma delas tentando explicar e facilitar nossos entendimentos. Tivemos, depois, ciência de que diplomatas de outras nações nunca tiveram o tratamento a nós dispensado<sup>95</sup>.*

O relatório de Suguimura também conta com uma calorosa recepção na cidade de Ribeirão Preto, contendo uma multidão a espera dos japoneses, alunos uniformizados e organizados ecoando gritos de “Viva o Japão!” e além disso uma banda que entoou o hino do

<sup>91</sup> Ibidem, p. 76-94

<sup>92</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>94</sup> REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991, p. 15.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 15.

Japão. Os diplomatas se surpreenderam e Suguimura associa tal tratamento a imagem que foi gerada com a vitória do Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

*Pessoalmente, credito esses surpreendentes fatos ao reconhecimento que os brasileiros nos dão como os grandes vencedores da guerra contra a Rússia; pela superioridade do nosso exército e marinha. Não resta dúvida que, até então, ninguém conhecia o Japão, um país tão longínquo*<sup>96</sup>.

Suguimura destacou os resultados quantitativos da imigração italiana para o Brasil e o clima propício para as plantações. Com a suspensão dos fluxos de italianos proveniente do Decreto Prinetti, seria natural que o Brasil recebesse “de braços abertos” os emigrantes japoneses. Em relação as declarações de que os japoneses não conseguiriam se adaptar as condições do Brasil e ao clima, Suguimura trouxe o exemplo dos imigrantes italianos, que passaram por diversas dificuldades mas alguns já haviam se tornado donos de terras. Além disso, o comércio de São Paulo foi considerado próspero pelo ministro, com um intercâmbio cultural que poderia ser voltado a exportação de seda e produtos típicos japoneses<sup>97</sup>.

O relatório de Suguimura foi enviado em 30 de junho de 1905, juntamente com os documentos: “contrato de imigração Brasil-Japão; modelo do contrato firmado para os imigrantes russos, para ingresso na Colônia Nova Odessa; e a Constituição do Estado de São Paulo”<sup>98</sup>. Um aspecto importante foi que ao ser lido pelos conservadores Membros de Relações Exteriores, contrários a introdução de imigrantes japoneses no país, eles tiveram de rever as suas posições. Este documento foi muito significativo, pois motivou Ryu Mizuno a visitar o Brasil em 1906 e trazer posteriormente a primeira grande leva de imigrantes japoneses<sup>99</sup>.

Ryu Mizuno administrava uma fábrica de enlatados quando teve acesso ao relatório Suguimura. Muitos o julgaram como louco pela empreitada, mas ele insistiu em conhecer as condições de vida no Brasil. Ele conseguiu principalmente apoio do ministro da Indústria e Comércio Kikujiroo Ishii e fundou a Companhia Imperial de Imigração *Kookoku Shokumin Kaisha*. Ryu Mizuno partiu de Yokohama em 21 de dezembro de 1905. Durante a viagem ele conheceu o jovem Teijiro Suzuki, que passou a acompanhá-lo na sua tentativa pioneira rumo ao Brasil. Antes de chegarem ao Brasil, Mizuno e Suzuki passaram pelo Chile, Peru e Argentina<sup>100</sup>.

Em março de 1906 eles desembarcaram no porto do Rio de Janeiro e se

<sup>96</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 44-47.

dirigiram para Petrópolis, a cidade onde se localizavam todos os corpos consulares estrangeiros, por causa do surto de febre amarela que assolava o centro do Rio de Janeiro no período. O encontro com o Ministro Suguimura foi produtivo, ele ficou interessado pela proposta e lhes prometeu todo o auxílio, além de designar o intérprete do Ministério Arajiro Miura para acompanhá-los. Eles partiram para São Paulo e entraram em contato com o diretor-presidente da Sociedade Imigratória de São Paulo, Bento Bueno. Também se encontraram com o Governador Jorge Tiririçá e o Secretário da Agricultura Carlos Botelho<sup>101</sup>.

Eles concluíram de forma conjunta que não seria possível trazer os imigrantes japoneses naquele momento, pela falta de normas destinadas a este grupo imigrante. Era necessário aguardar a promulgação de uma nova lei imigratória, sendo assim Ryu Mizuno e Suzuki decidiram retornar para Petrópolis para informar ao Ministro Suguimura que eles iriam voltar para o Japão e preparar o caminho enquanto se realizavam os entendimentos diplomáticos. O reencontro com o ministro não aconteceu, pois ele teve um derrame cerebral e acabou falecendo. Ryu Mizuno ficou arrasado e chorou pela perda de seu incentivador. “Suguimura, assim como Mizuno, sonhava em dia implantar uma colônia japonesa em terras brasileiras”<sup>102</sup>.

Ryu Mizuno retornou ao Japão acompanhado da família de Suguimura. Chegando na “Terra do Sol Nascente”, ele publicou seu roteiro de viagem para a América do Sul em um artigo no Jornal Kyo Kadoo. Em 1907, Ryu Mizuno teve conhecimento que a nova lei de imigração já havia sido promulgada. Dirigiu-se novamente a Petrópolis e teve um encontro com o Ministro Utida, que substituiu Suguimura após sua morte. Utida se interessou pelos planos de Ryu Mizuno e o comunicou sobre o Estado do Rio de Janeiro, que estava desejando imigrantes no interior. Mizuno seguiu imediatamente para uma viagem de inspeção no local, que teve uma duração de quatro meses<sup>103</sup>.

Na verdade, já havia no Brasil, em Macaé (RJ), na Fazenda Santo Antonio, seis famílias japonesas que, incentivadas pelo relatório Suguimura, deixaram o Japão em 10 de maio de 1906. Eram os Honda, Kumabe, Yasuda, Marutama, Nagase e Torii. Mais tarde, conseguiram mais três adeptos para a aventura: os senhores Arikawa, Matsushita e Nishizawa, que embarcaram em Yokohama no dia 25 de julho de 1906 e chegaram a São Paulo no dia 21 de Outubro<sup>104</sup>.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 49-50.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 50-51.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 51.

Após a inspeção, Ryu Mizuno retornou ao Rio de Janeiro e manteve contato constante com o Governador do Rio Alfredo Backer e o Diretor da Imigração. Em 6 de novembro de 1907, o Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Carlos Botelho assinou os termos do acordo que permitiu a imigração japonesa para o Brasil. Quatro dias depois, Mizuno firmou os mesmos termos com o estado do Rio de Janeiro. O documento estabelecia a entrada de japoneses durante três anos, sendo 1000 imigrantes por ano. As famílias deveriam ser formadas por 3 a 10 trabalhadores para as lavouras de café, com idades entre 12 a 45 anos, independentemente do sexo. O pagamento de 200 mil réis mensais seria pago pelo governo de São Paulo ou pelos fazendeiros. Aqueles que se destinassem para o Estado do Rio de Janeiro deveriam desbravar as terras doadas na colônia de Santo Antônio em Macaé<sup>105</sup>.

Após 52 dias de viagem, a primeira remessa de imigrantes japoneses para a lavoura paulista chegou ao Brasil pelo navio Kasato-Maru. A data de sua chegada em 28 de junho de 1908 no porto de Santos ficou marcada como o início da imigração japonesa para o país. Mesmo que já tivessem ocorrido experiências anteriores, essa trouxe uma abertura para a vinda significativa de japoneses. Apesar disso, os japoneses da primeira leva do Kasato-Maru ficaram frustrados com a realidade encontrada no Brasil. Em menos de dois anos, apenas um terço dos pioneiros permaneceram trabalhando na lavoura cafeeira. Tal decepção não foi apenas dos imigrantes, mas também dos fazendeiros que não gostaram da pouca habilidade dos japoneses com o café. Além disso, existiram dificuldades de adaptação pelas culturas serem tão diferentes e abusos por parte dos fazendeiros, que possuíam mentalidades escravistas. As fugas noturnas das famílias japonesas eram frequentes e mesmo a migração para outros locais do país<sup>106</sup>.

O governo paulista continuou a subsidiar a imigração japonesa até 1914, quando suspendeu temporariamente pela justificativa de problemas financeiros. A Primeira Guerra Mundial trouxe uma dificuldade para a obtenção de mão de obra europeia, assim os subsídios retornaram em 1917. Em 1922 São Paulo encerrou de vez o financiamento para a vinda dos imigrantes japoneses<sup>107</sup>. Isso poderia ter causado o fim do fluxo de japoneses para o Brasil, entretanto foi a partir deste momento que cresceu a imigração japonesa para o Brasil. As reações contra a imigração japonesa começaram a crescer no mundo, baseadas

<sup>105</sup> Ibidem, p. 51-52.

<sup>106</sup> MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 84.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 84.

principalmente na ideia do “perigo japonês” ou também “perigo amarelo”<sup>108</sup>.

O ponto culminante para o Japão na questão da emigração é a proibição definitiva das entradas nos Estados Unidos, em 1924. Até lá, aquele país é o destino preferencial dos japoneses, apesar do clima de hostilidade. Com a proibição, o Japão precisa buscar alternativas: nas Américas, o Peru, México, Canadá seguem o exemplo norte-americano. Restam países como a Bolívia, o Paraguai e a Colômbia que recebem pequenos contingentes. Na Oceania, os países sob protetorado inglês ou francês impedem a entrada de japoneses, até como trabalhadores temporários. O Brasil está ainda aberto, sem proibição explícita. A alternativa torna-se efetivamente o Brasil. O mesmo ano de 1924 coincide com o corte dos subsídios à viagem dos imigrantes pelo governo paulista. A partir daquele ano então, o governo japonês passa a sustentar as vindas para o Brasil<sup>109</sup>.

A partir do custeio da vinda de imigrantes japoneses a partir do Japão, teve início o período mais significativo da imigração japonesa para o Brasil (1924-1941). Passam a vir imigrantes japoneses de todos os locais do Japão, não apenas das províncias com tradição a emigração como Kagoshima, Kumamoto e Okinawa. Segue abaixo os períodos da imigração japonesa, sendo A Fase experimental (1908-1923); Imigração tutelada ou de massa (1924-1941) e Pós-Segunda Guerra Mundial (1952-1963).

Figura 1. As fases da imigração japonesa para o Brasil

IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO %		
total de imigrantes	234.636	100.0%
1908- 1923	31.414	13.4%
1924-1941	137.572	67.1%
1952-1963	45.650	19.5%

Fonte: Suzuki, 1969, p. 16 apud Sakurai, 1999, p. 9.

As companhias de emigração japonesas tiveram um papel importante, pois convocavam a população e a convenciam das vantagens de emigrar. A formação das companhias foi encorajada pelo aumento potencial da emigração. A primeira companhia privada foi criada no ano de 1891 e até o ano de 1908 foram fundadas outras cinquenta. O recrutamento e envio de emigrantes se tornou um lucrativo negócio no Japão<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 8.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>110</sup> DEZEM, Rogério. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. **Burajiru Kenkyuu/Revista de Estudos Brasileiros**, p. 121-145, 2014, p. 6.

As mais proeminentes destas companhias no início do século XX foram a Togo Imin Kaisha (Companhia de Imigração Oriental), a Tairiku Shokumin Kaisha (Companhia de Imigração Continental), a Morioka Imin Kaisha (Companhia de Imigração Morioka), a Kokoku Shokumin Kabushikikaisha (Companhia de Colonização Kokoku), a Takemura Yoemon Kaisha (Companhia de Colonização e Fixação Takemura) e a Meiji Shokumin Kaisha (Companhia de Imigração Meiji)<sup>111</sup>.

Uma característica significativa da emigração japonesa é que o governo encorajou a criação das companhias até o início da Primeira Guerra Mundial. Ele subsidiou uma parte do processo até alcançar o controle efetivo das companhias<sup>112</sup>. Algumas foram extintas e as restantes foram fundidas em 1917 na Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K.). A companhia passou a exercer um papel significativo na segunda fase da imigração japonesa para o Brasil, através da função tutelar do governo japonês. Por isso a autora Célia Sakurai define a imigração japonesa para o Brasil como uma imigração tutelada, com uma postura ativa e diferenciada do governo em relação aos seus emigrantes<sup>113</sup>.

## SESSÃO 2. REVISTAS ILUSTRADAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O JAPÃO

### 2.1 Representação e charge

O conceito de representação é de grande relevância para a análise das fontes imagéticas e pictóricas. Roger Chartier aponta que sua construção acompanhou as renovações historiográficas a partir de críticas sofridas em meados das décadas de 1960 e 1970. A história possuía uma dupla vertente no período, a história das mentalidades, serial ou quantitativa. O seu espaço de dominação institucional encontrou-se ameaçado pelas novas disciplinas, que apresentavam objetos mais amplos, como a linguística, psicologia e etnologia. Dessa forma, foi lançado um verdadeiro desafio à história, que colocou em questão os seus objetos. A resposta veio através de uma renovação com caráter duplo, em

<sup>111</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 10-11.

que ocorreu a captação de novos objetos e o não abandono aos postulados da História Social<sup>114</sup>.

Foi realizado um retorno das inspirações dos primeiros Annales da década de 1930, a História das Mentalidades ou Psicologia Histórica se construía como um domínio distinto da “velha história das ideias” e das conjunturas e estruturas. Neste sentido, o foco nas hierarquias das relações e certezas metodológicas foi abrindo espaço para a subjetividade. Isso permitiu que o conceito de representação e também o de imaginário fossem construídos<sup>115</sup>.

Roger Chartier afirma que embora as representações do mundo social aspirem à universalidade, são determinadas por interesses do grupo que as constroem. As percepções do social não são discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que impõem uma autoridade. Assim sendo, o autor investiga as representações através da suposição de que estão sempre colocadas em um campo de concorrências e competições, onde existem fortes relações de poder e dominação. As lutas de representações não apresentam inferioridade em relação as lutas econômicas para compreensão dos mecanismos de imposição e dominação, algo que se afasta da “história de vistas curtas”<sup>116</sup>.

Desse modo, Chartier incorpora de Bourdieu várias problemáticas relacionadas às representações. As lutas de representações nas quais existem imposições e lutas pelo monopólio da visão legítima do mundo social; a violência simbólica que depende do consentimento (arbitrário) de quem a sofre; o ser-percebido dos indivíduos e grupos sociais, firmemente arraigados nas determinações sociais de produção e de classe – todas essas problemáticas indicam que o conceito de representações coletivas tem muito pouco a ver com noções pós-modernas de que o real não existe, a não ser na linguagem<sup>117</sup>.

Através de Bourdieu (1998) e Francisco Falcon (2000), Francismar A. L. de Carvalho<sup>118</sup> indica que as representações não se opõem ao real, mas se constituem por diversas determinações sociais para tornarem-se matrizes de classificação do próprio mundo social, do próprio real. Dessa forma, as representações como forças reguladoras da vida

<sup>114</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução). p. 13 – 28.

<sup>115</sup> ESPIG, Márcia Janet. “O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História”. **Revista Textura**, Canoas, n.9, novembro 2003 a junho 2004. p. 49-50.

<sup>116</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução). p. 17.

<sup>117</sup> DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005, p. 151. 3

<sup>118</sup> Ibidem, p. 151-152.

coletiva e do exercício do poder, permeadas pelo que podemos associar ao poder simbólico<sup>119</sup>, permitem o diálogo com diversos autores.

Stuart Hall demonstra que o conceito de representação passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. A representação é uma das práticas centrais que produzem a cultura, ela diz respeito aos “significados compartilhados”. A linguagem é fundamental, pois através dela são construídos e transmitidos os sentidos que podem ser compartilhados. “Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais”<sup>120</sup>.

A linguagem é capaz de construir significados porque opera através de um sistema representacional, em que existem os signos e os símbolos. Eles podem ser sonoros, escritos, imagéticos e materiais, representam conceitos, ideias e sentimentos. Para Hall, a representação pela linguagem é essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos<sup>121</sup>. O conceito de “cultura” é apresentado pelo autor como um dos mais complexos das ciências sociais. A importância do sentido para a definição do conceito foi intensificada a partir da chamada “virada cultural”, em que a cultura não passou a ser mais enxergada como um conjunto de coisas, mas sim como um conjunto de práticas. Para a constatação de que dois indivíduos pertencem a mesma cultura, é necessário que exista a compreensão, os “significados compartilhados”.

Em parte, nós damos significados a objetos, pessoas e eventos por meio de paradigmas de interpretação que levamos a eles. Em parte, damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas. É o uso que fazemos de uma pilha de tijolos com argamassa que faz disso uma “casa”; e o que sentimos, pensamos ou dizemos a respeito dela é o que faz dessa “casa” um “lar”. Em outra parte ainda, nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos<sup>122</sup>.

O estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida social. Os sentidos são elaborados em diferentes áreas e perpassados através de variados processos e práticas, o chamado circuito cultural. Os sentidos cultivam a identidade

<sup>119</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 21.

e a noção de pertencimento, são constantemente elaborados e compartilhados através das interações sociais. Eles também são produzidos por uma variedade de mídias, especialmente as de massa na atualidade. “Em outras palavras, a questão do sentido relaciona-se a todos os diferentes momentos e práticas em nosso ‘circuito cultural’, na construção da identidade e na demarcação das diferenças, na produção e no consumo, bem como na regulação da conduta social”<sup>123</sup>.

Os diferentes elementos, como as palavras, expressões, gestos, roupas e sons são parte da realidade natural e material. Dessa forma, constroem e transmitem significados, porém não possuem sentidos claros apenas em si mesmos, mas agem como veículos ou meios que carregam os sentidos. Eles operam como signos, que são as representações dos conceitos, ideias e sentimentos que tornam possível a interpretação, a leitura dos significados compartilhados<sup>124</sup>.

Um ponto importante é que qualquer sistema representacional que trabalhe nos termos dos símbolos e signos pode ser compreendido de acordo com os princípios de representação pela linguagem. Sendo assim, a fotografia consiste em um sistema representacional, pois “utiliza imagens sobre um papel fotossensível para transmitir um sentido fotográfico a respeito de determinado indivíduo, acontecimento ou cena”<sup>125</sup>. As charges também podem ser encaradas dessa forma, pois as imagens contidas em seus traços têm por principal objetivo representar o sentido de uma situação e questioná-la através do humor.

Rozinaldo Antônio Miani define as charges como representações humorísticas, caricaturais e de caráter político. Elas satirizam fatos específicos e são herdeiras das caricaturas. Antes mesmo do primeiro jornal de caricaturas de São Paulo, publicado inicialmente em 1865 por Ângelo Agostini e chamado de Diabo Coxo, a história da caricatura no Brasil já estava associada à crítica dos costumes e também da política. O termo “caricatura” era genérico e aplicado a todos os desenhos humorísticos, “desde que desencadeasse o riso, a crítica escarnecedora e a sátira contundente”<sup>126</sup>.

A caricatura foi generalizada como um “retrato”, pela semelhança entre os termos “caricatura” e “cara”. Entretanto, Miani destaca que isso se trata de uma associação grosseira, pois “caricatura” vem de *caricare*, que em italiano significa “carregar”. “Por esta interpretação, a caricatura seria então aquela imagem em que se ‘carregam’ os traços

<sup>123</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>126</sup> MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte (São Paulo)**, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012. p. 38.

mais evidentes e destacados de um fato ou pessoa, principalmente os seus defeitos, com a finalidade de levar ao riso”<sup>127</sup>.

O conceito de narcisismo das pequenas diferenças de Freud é significativo para a compreensão da ação de caricaturar o outro. Ele surgiu através da influência do trabalho de Alfred Ernest Crawley, que utilizou a noção de *taboo of personal isolation*. Esse termo está associado a iniciaiva do autor de evidenciar o que fica em jogo quando se trata das relações entre os indivíduos. Um aspecto que faz parte narcisismo das pequenas diferenças é o de caracterizar o outro. Dessa forma, ocorre simultaneamente o apagamento da diferença no interior de outra etnia e a elevação de traços como características universais daquele grupo<sup>128</sup>.

Há uma coexistência entre diferenciação e indiferenciação no interior do narcisismo das pequenas diferenças. Pois ao se elevar alguns traços do outro à categoria de excentricidade, fora esses traços, já não se vê mais nada, sofre-se uma cegueira perceptiva e a sensibilidade torna-se assim estereotipada. Forte recurso psíquico esse que transforma a alteridade em uma caricatura, da qual se pode rir não um riso libertador – mas de escárnio<sup>129</sup>.

As cracterísticas estereotipadas eram muito comuns nas charges publicadas nas revistas ilustradas cariocas, como será apresentado em relação aos japoneses. A charge, como uma herdeira da caricatura, foi conquistando espaço e ficou associada aos desenhos humorísticos de natureza política, vinculados à imprensa. O principal objetivo das charges é o de ilustrar e apresentar uma opinião a respeito de determinado acontecimento histórico, utilizando como principal recurso a sátira. A charge se constitui como uma modalidade das linguagens iconográficas, onde também estão inseridos a caricatura, o cartum e as histórias em quadrinhos. São meios de representação construídos através da imagem produzida pelo traço humano. Uma característica marcante da charge é a sua efemeridade, pois geralmente é esquecida quando o acontecimento a que ela se refere é esquecido da memória individual ou social. Apesar disso, a charge se transforma em fonte e permanece viva na memória histórica<sup>130</sup>.

A importância da charge enquanto texto decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas,

<sup>127</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>128</sup> REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo Cesar. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 2, p. 16-27, 2011. p. 19.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>130</sup> MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. *9ª Arte (São Paulo)*, v. 1, n. 1, 2012. p. 39-42.

também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação<sup>131</sup>.

Sobre a sua apresentação, geralmente a charge possuiu um único quadro, diferentemente dos quadrinhos, que são apresentados por sequências narrativas de quadros. Entretanto, isso não consiste em uma regra rígida, pois as charges podem ser apresentadas em dois ou mais quadros, como veremos em alguns exemplos no presente trabalho. O que a define a charge é a relação com os acontecimentos políticos e o uso do humor<sup>132</sup>. Sobre a finalidade da charge, Rozinaldo Antônio Miani destaca que se trata de uma forma de expressão dissertativa.

[...] expor uma ideia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arazoados, princípios, programas ou ideologia<sup>133</sup>.

Em relação aos elementos estéticos, as charges apresentam características comuns em desenhos, como a linha, espaço, plano, ponto de enfoque, luz e sombra, volume, movimento, narrativa, balão de onomatopéia, etc. Não necessariamente todos esses elementos vão aparecer em todas as charges. A maior parte das charges vem acompanhada por textos, uma vez que o elemento linguístico se torna significativo para tornar explícita a intencionalidade da charge. Ou mesmo complementar o sentido humorístico e político proposto na ilustração. Em diversas charges, só é possível a compreensão do sentido através da associação entre a imagem e o texto<sup>134</sup>.

Onici Claro Flores aponta que a escrita e a ilustração se integram de tal forma que fica difícil, senão impossível, ler a charge e compreendê-la sem relacionar esses aspectos. É necessário considerar os dois códigos de forma complementar e associá-los ao interdiscurso que se faz presente, como a memória. O discurso verbal e as ilustrações vão se revezar quando vinculados ao narrador. “Já o discurso icônico do narrador e o verbal das personagens mantêm uma relação hierárquica. O verbal introduz-se no icônico complementando-o, ilustrando o comportamento enunciativo das personagens criadas pelo

<sup>131</sup> FLORES, Onici Claro. *A leitura da charge*. Editora da ULBRA, 2002. p. 10.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>133</sup> Cagnin s/d apud Miani, 2012, p. 40.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

narrador”<sup>135</sup>.

Quando o narrador intervém de forma mais decidida no texto da charge, ele pode aparecer como um personagem. Não é uma regra, mas se trata de um recurso comum. Quando isso ocorre, o texto mantém uma distinção entre os enunciados do narrador e dos personagens. O discurso do narrador geralmente virá em um retângulo e o do personagem em um balão ligado ao personagem. São articuladas nas charges as relações entre autor, narrador e personagens na mesma vinheta. Elas possuem um aspecto conclusivo, como uma réplica de um dado evento social notório, que envolve quem assina, quem narra e os personagens. Dessa forma, as charges reúnem instâncias discursivas textuais e extratextuais<sup>136</sup>.

O narrador da charge é o responsável pelo jogo interativo com os leitores, ele dá voz, expressão e personalidade às charges. Ele estabelece os vínculos entre o texto e contexto, logo a sua existência é dependente da publicação. Já os personagens existem através do próprio texto. Em princípio são ficcionais, mas as características físicas, comportamentos e falas trazem uma maior ou menor verossimilhança e os enunciados assumidos dão vazão aos papéis assumidos pelos personagens<sup>137</sup>.

É importante observar as relações entre autor, narrador e personagens para realizara análise das charges. Como essas relações são apresentadas nas charges enquanto produtos e em seus processos de constituição. Os pontos de partida para compreendê-las são os conceitos de enunciado e enunciação. A enunciação consiste no “acontecimento constituído pela aparição de um enunciado”<sup>138</sup>. E o enunciado é o produto do ato de enunciação, logo o texto.

A articulação entre o enunciado e a enunciação coloca em funcionamento um aparato linguístico que não constitui marcas linguísticas particulares. Fora do contexto, as marcas da enunciação no enunciado se tornam vazias. Com isso, a função é a de veicular o texto a situações de produção e reconhecimento. O “eu” é sempre aquele que assume a palavra, é alguém representado no texto que se lê.

“Tais tipos de marcas são formas linguísticas por meio das quais o imaginário social se inscreve nos discursos e os coloca em circulação, introduzindo o contexto extralinguístico no texto produzido”<sup>139</sup>. Dessa forma, o enunciado e o sentido veiculado se fundam em um sistema de regras que são intersubjetivas e integrantes do imaginário social.

<sup>135</sup> FLORES, Onici Claro. *A leitura da charge*. Editora da ULBRA, 2002, p. 14.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

<sup>138</sup> Ducrot, 1987, p. 168 apud Flores, 2002, p. 15.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

Não é possível dissociar o enunciado das suas condições reais de enunciação, pois ele está nelas enredado<sup>140</sup>.

Um ponto significativo é que as charges se popularizaram em jornais e periódicos inicialmente para estimular o consumo. Mas as charges foram ganhando espaço como materiais de opinião, o que revela a potencialidade política e ideológica das charges como manifestações de linguagem. “A charge acaba sendo uma espécie de ‘editorial gráfico’ [...] e por vezes ela atingiu o status de grande meio de expressão”<sup>141</sup>.

Em diversas vezes as charges aparecem isoladas nas publicações, sem nenhum texto verbal que faça referência a temática abordada ou mesmo indicação de autoria. Miani destaca que isso rompe com a falsa assertiva de que a imagem serve apenas como um elemento decorativo ou complementar ao texto linguístico. “A charge não se restringe a reproduzir, reeditando o texto verbal no código visual, nem tem como objetivo ilustrar uma notícia, mas também interpretá-la”<sup>142</sup>. Dessa forma, a charge apresenta uma autonomia interpretativa.

Dois conceitos unificam os domínios imagéticos – o de representação e o de signo – o lado perceptível e o lado mental reúnem-se em algo que os representa e, apesar das controvérsias teóricas existentes, tem-se de aceitar diferenças prototípicas entre linguagem verbal e imagem. As imagens propriamente ditas permitem uma apreensão mais rápida porque são percebidas como totalidades. Já a linguagem verbal é discreta, decomponível etc. A separação verbal e visual, contudo, não é tão radical quanto parece à primeira vista. Trata-se de outra relação difícil de ser demarcada, a não ser em seus pontos extremos<sup>143</sup>.

Apesar da autonomia da charge, não se pode analisá-la de forma totalmente autônoma, pois a charge participa de um contexto comunicativo maior, que é o jornal, revista, ou outro veículo impresso. “Sua significação se assenta em intersecções de sentido com a produção textual verbal, caracterizando-a como uma produção intertextual. As charges se integram, dão sentido e compõem os textos e essa unidade não deve ser quebrada”<sup>144</sup>. Um ponto a ser destacado é que se torna difícil identificar a autoria de boa parte das charges. Algumas não eram assinadas, ou possuíam apenas rúbricas ou símbolos de

<sup>140</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>141</sup> Marigoni, 1996, p.86 apud Miani, 2012, p. 41.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>143</sup> FLORES, Onici Claro. **A leitura da charge**. Editora da ULBRA, 2002, p. 24.

<sup>144</sup> MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte (São Paulo)**, v. 1, n. 1, , 2012. p. 41..

autoria<sup>145</sup>.

## 2.2 Sobre as revistas ilustradas e os chargistas

As primeiras décadas do século XX, período de ascensão das revistas ilustradas no Brasil, acompanham transformações relacionadas a percepção do tempo, suas ambiguidades e a chamada Belle Époque Carioca. A modernidade é apresentada por Marshal Berman<sup>146</sup> como um conjunto de experiências vitais relacionadas ao tempo, espaço, possibilidades e perigos de vida. Dessa forma, a modernidade carrega uma ambiguidade, porque ao mesmo tempo em que promete aventuras, inovações, poder, crescimento e transformações, ela também carrega consigo a ameaça de destruição do que temos e somos. “Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”.<sup>147</sup>

Mashal Berman indica que o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por diversas fontes. Um exemplo são as grandes descobertas científicas, que tornaram possível uma mudança da imagem do universo e também do lugar ocupado pelos seres humanos. Outra influência foi a industrialização da produção, que propiciou a transformação do conhecimento científico nas novas tecnologias. O conhecimento científico se tornou capaz de criar e destruir ambientes, acelerar o ritmo da vida, construir novas formas de poder corporativo e de luta de classes.

Os Estados Nacionais se alargaram, tornaram-se cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos. Eles expandiram seu poder através da direção e manipulação das pessoas e instituições, dentro de um mercado capitalista mundial flutuante em permanente expansão. Os processos sociais que deram vida ao turbilhão do século XX são definidos por Marshal Berman como “modernização”<sup>148</sup>. O autor subdividiu a modernidade em três fases. A primeira se encontra no período entre o início do século XVI

<sup>145</sup> Foram privilegiadas na presente pesquisa as charges que não localizamos já analisadas em outros trabalhos. Dessa forma, não foi possível constatar a autoria de algumas. Por não estarem assinadas, ou mesmo possuírem referências em que não foi possível associar a um chargista específico.

<sup>146</sup> MARSHALL, BERMAN. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. **Tradução para o português por Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.** Introdução.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 12-13.

até o final do século XVIII. Foi quando teve início a experiência da vida moderna por parte das pessoas, ocorreu um estado de semicegueira nesse processo inicial de adaptação.

Já a segunda fase começou com a onda revolucionária de 1790 e os seus desdobramentos. Ocorreu a formação de um público moderno de forma abrupta e também dramática, pois estava relacionado a um sentimento comum de vivência de um período revolucionário. Ocorreram convulsões em “todos os níveis da vida pessoal, social e política”. Marshal Berman aponta que essa fase possuiu uma dicotomia, porque apesar de várias modificações, ainda se tratava de um período transitório. Até o período final da segunda fase, no século XIX, o público moderno ainda não havia vivenciado um mundo moderno por inteiro. Dessa forma, existia a sensação de se estar vivendo em dois mundos ao mesmo tempo. A partir desses aspectos foi desdobrada a ideia de modernismo e modernização<sup>149</sup>.

A terceira fase compreende o século XX, quando o processo de modernização se expandiu de tal forma que foi possível abarcar virtualmente o mundo. Foi um período em que a cultura mundial do modernismo atingiu diversos triunfos na arte, tecnologia, etc. Também foi presente nesse momento uma ideia de fragmentação, perda de nitidez, em que o sentido da vida entrou em questão. “Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade”<sup>150</sup>.

As revistas ilustradas cariocas se inserem principalmente na terceira fase, quando ocorreu a chamada *Belle Époque*<sup>151</sup>. O nome já indica sua procedência, *Belle Époque* em francês significa “Bela Época”. Foi um período de grande otimismo, relativa paz e grandes transformações culturais, artísticas e tecnológicas. É normalmente apresentada na bibliografia entre finais do século XIX e o início do XX. Seu auge ocorreu nos anos de 1900 e encontrou o seu final em 1914, com a Primeira Guerra Mundial.

Não se tratou de algo homogêneo, mas sim uma “montanha-russa de emoções”. Isso se justifica porque o período da terceira fase da modernidade foi marcado por uma fragmentação, como já citado anteriormente. Sendo assim, ao mesmo tempo em que as renovações maravilhavam a população, também traziam uma sensação de perda e estranhamento. Paris, o berço da *Belle Époque*, já não era mais considerada um exemplo máximo de desenvolvimento, porém permaneceu como a capital cultural do mundo. O plano de Napoleão III e Barão Haussmann para a modernização da cidade contou com:

<sup>149</sup> Ibidem, p. 13-14.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>151</sup> LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da XI Semana.**

o alargamento de avenidas, a construção de novos prédios, a demolição de comércios e moradias antigas, a ‘higienização’ com uma rede de água e esgoto e, aos poucos, a cidade enfim se concebeu sob o formato que fez com que ela fosse chamada de ‘Ville Lumière’-Cidade Luz<sup>152</sup>.

No Brasil, a *Belle Époque* foi associada a Proclamação da República e ao governo de Campos Sales (1898-1902). Esse período foi marcado por um esforço de modernização perante o mundo, a proposta principal era do país se apresentar como uma nação moderna. Através dessa influência, diversas cidades buscaram seguir o que estava em voga em na capital francesa. Esse movimento teve duração até o ano de 1922, com a Semana de Arte moderna. A cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, serviu como uma vitrine para os novos modismos e paradigmas, um cartão de visitas da imagem que se queria construir<sup>153</sup>.

O Distrito Federal era um pólo exportador de cultura para as outras cidades do país, era no Rio de Janeiro que as novidades vindas da Europa chegavam primeiro, para a seguir serem adotadas em outras localidades do Brasil. A cidade era o que pode ser considerada a porta de entrada do país, além de ser o símbolo da brasilidade, tanto no âmbito interno do país, quanto para o resto do mundo<sup>154</sup>.

O incentivo a modernização foi refletido em diversos âmbitos, a exemplo das reformas realizadas durante o mandato do presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906. As famosas “reformas de Pereira Passos” buscaram europeizar e aburguesar a cidade do Rio de Janeiro. Foram realizadas renovações na área urbanística, sanitária e comportamental, condensadas na frase “o Rio civiliza-se”. Através de tais renovações as autoridades buscavam um afastamento da imagem de um passado colonial, trazendo uma adequação ao então presente moderno. Um ponto que não pode ser ignorado é o caráter conservador e excludente dessas reformas, que não tinham como objetivo beneficiar a população mais pobre<sup>155</sup>.

Entre as diversas mudanças realizadas durante as reformas de Pereira Passos, a abertura da “grande avenida” e o alargamento de outras ruas desalojou uma parte significativa da população, sem se preocupar para onde essas pessoas iriam. Dessa forma, os desalojados foram viver em áreas próximas, dando origem as favelas nos morros que

<sup>152</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 5-6.

<sup>154</sup> GRALHA, Fernando. *A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)*. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em História. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF. p. 67..

<sup>155</sup> SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.

permeiam a cidade. Outra parte também se destinou para os subúrbios. Além disso, foi instituído um código de conduta, que objetivava por fim aos vendedores ambulantes, o que demonstrava o caráter elitista das reformas<sup>156</sup>.

No debate modernista, é bastante controverso o sentido do moderno. Se de um lado ele é prontamente associado à materialidade das conquistas tecnológicas e ao desenvolvimento do processo urbano industrial, de outro é marcante sua vinculação à esfera das ideias e das representações, enfatizando-se a urgência de construir um ‘modo de ser nacional’, capaz de traduzir o pensamento brasileiro e seu lugar no concerto civilizatório. As revistas apresentam-se como órgão de ponta na construção, na veiculação e na difusão do ideário moderno, compreendido em sua mais ampla acepção<sup>157</sup>.

Pode-se observar que a cidade do Rio de Janeiro apresentava grande relevância no período, por ser a então capital e pela influência do moderno, na Belle Époque carioca. As revistas ilustradas cariocas refletiam essa tendência a modernização, com a adoção de leituras mais dinâmicas, fotografias e charges, temáticas relacionadas aos modismos e à vida urbana. Mônica Pimenta Velloso indica que uma das principais funções das revistas ilustradas era trazer uma familiaridade ao público das novas coordenadas espaço temporais. A ideia de aceleração do ritmo de vida era incorporada aos leitores através de leituras rápidas, curtas, farto material iconográfico e a utilização do humor<sup>158</sup>.

Ana Luiza Martins<sup>159</sup> aponta que desde o século XIX os periódicos já eram considerados documentos pertinentes para o rastreamento do passado, mesmo que com restrições. A Nova História potencializou o gênero “revista” como fonte, em que o “conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos”<sup>160</sup>.

Nas revistas ilustradas, o diálogo com as linguagens visuais era expressivo. As propagandas, ilustrações e caricaturas possuíam um forte impacto. Um recurso utilizado nos editoriais de lançamento era o argumento de que textos explicativos só iriam aparecer quando fosse necessário, em oposição aos fartos recursos visuais. Este aspecto se trata da centralidade do visual. A veiculação da linguagem modernista era extremamente dinâmica

<sup>156</sup> DE SOUZA ROCHA, Amara Silva. A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 2, 2007. p. 67.

<sup>157</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A**, 2006. p. 316.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 327.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 329.

<sup>160</sup> MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. **História (São Paulo)**, v. 22, p. 59-79, 2003, p. 60.

nas revistas semanais ilustradas. A criação de símbolos consistia em uma significativa estratégia discursiva, que buscava garantir uma pronta comunicação com os leitores<sup>161</sup>.

Os personagens atuavam como mediadores entre o mundo do texto e o do leitor, na acepção de Chartier. Dirigiam-se, portanto, a um leitor que se supunha ativo, sendo capaz de dar novos sentidos e significados ao texto – até porque este é, potencialmente, mercadoria, e como tal deve conter marcas identitárias de investimento no público leitor, o qual deve ser pensado, portanto, no jogo da simultaneidade entre objeto e sujeito<sup>162</sup>.

As revistas semanais apresentavam vínculos de estruturação da rede de sociabilidade, o que assegurava uma identidade em relação ao universo da imprensa periódica. Um exemplo foi a publicação da revista *D. Quixote* na ocasião de seu primeiro aniversário. Pode-se observar abaixo a utilização do humor para atrair os leitores, em um tom participativo na montagem do texto, incentivando-os a decifrá-lo.

Agradecemos pelo Correio da Manhã a seleta notícia de que o imparcial *D. Quixote* (a melhor revista da semana, que não tem medo de Careta) declara com toda razão na Tribuna da rua, ao país inteiro, que, na época moderna, não há no Rio jornal do Comércio do Brasil como ele (salvo seja), que por tratar de teatro e esporte nessa época teatral é o jornal das moças e da moda. À noite sairemos com a lanterna acesa para que a gazeta dê notícias do nosso aniversário na seção do turfe. Toca música enquanto o auto faz Fon-Fon e eu o Tico-Tico malho<sup>163</sup>.

Na presente pesquisa, serão analisadas algumas charges e fotografias relacionadas ao Japão (capítulo 2) e a imigração japonesa (capítulo 3), publicadas nas revistas ilustradas cariocas *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Revista da Semana* e *Careta*. A revista ilustrada *Fon-Fon!* foi fundada por Jorge Schmidt, circulou entre 1907 e 1958. Schmidt também era editor e proprietário de outras revistas, sendo elas a *Kosmos* e *Careta*. Maria Cecília Zanon indica que a revista *Fon-Fon!* foi um importante documento sobre a vida sociocultural do país. Consistia em uma das melhores revistas ilustradas de sua época e retratava a vida privada brasileira. Por meio de seus registros cômicos, a revista refletia a visão de mundo da sociedade burguesa do início do século XX e também influenciava o comportamento da elite carioca. *Fon-Fon!* se apresentava como um “semanário alegre, político, crítico e esfusante, noticioso avariado, telegraphia sem arame, chronica

<sup>161</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 326-327.**

<sup>162</sup> Ibidem, p. 326.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 329.

epidêmica” e foi um periódico de grande penetração popular<sup>164</sup>.

Sobre a direção de *Fon-Fon!*, de início foi formada por intelectuais como Gonzaga Duque, Lima Campos e Mário Pederneiras, identificados com o “clima simbolista”. Os ilustradores eram os renomados nomes de Raul Pederneiras, Calixto e J. Carlos. O nome da revista foi criação do cartunista e poeta Emílio Meneses, que representava a onomatopéia do som da buzina dos automóveis<sup>165</sup>.

Quando fundada, a revista tinha como personagem principal um chofer chamado Fon Fon, o que reforçava a idéia de uma publicação fortemente identificada com os valores da modernidade. A presença marcante de fotografias, charges e caricaturas coloridas, e o recurso às técnicas de ilustração, litografia e xilogravura traduziam visualmente essa identificação<sup>166</sup>.

O semanário possuía um repertório<sup>167</sup> temático variado, que tratava dos costumes e cotidiano carioca, crítica de arte, teatral, cinematográfica, literatura, moda, atualidades, curiosidades, sátira política, crônica social, etc. Um aspecto a ser destacado é que a revista trazia flagrantes de nomes da elite carioca, como artistas e políticos. Isso será trabalhado no subtítulo “Japonismo”, que incluem as curiosidades sobre a “Terra do Sol Nascente” e os modismos relacionados ao Japão que foram adotados no Brasil. Foram encontradas algumas fotografias da série *Fon-Fon! no Rio* em que pode-se observar brasileiros vestidos “à japoneza”, o que demonstra um pouco do modismo relacionado ao Japão.

No ano de 1915 o semanário mudou de proprietário e direção. Sérgio Silva passou a ser o novo editor-proprietário de *Fon-Fon!* e foi até sua última publicação. Mario Pederneiras havia ficado sozinho na direção, mas juntaram-se a ele Álvaro Moreira, este como diretor, e vários nomes, como Hermes Fontes, Olegário Pinheiro Guimarães, Ribeiro Couto. As ilustrações ficaram a cargo de Correia Dias, com eventuais colaborações de outros artistas, a exemplo de Di Cavalcanti e Fabian. A revista apresentou nesse período uma identificação ao movimento modernista, que foi acentuada na década de 1920.

A partir da década de 1930, o significativo espaço para a sátira política e crônica social foi perdendo força, dando lugar à figura feminina e divulgação de modelos de comportamento, beleza, elegância e luxo. Temáticas relacionadas à domesticidade passaram

<sup>164</sup> ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do nas páginas do Fon-Fon!. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 2, p. 217-235, 2007. p. 17-18.

<sup>165</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Fon-Fon! < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>> acesso 30.05.2022.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>167</sup> *Idem*.

a conviver com publicações relacionadas a literatura e notícias cotidianas. Além disso, as ilustrações principalmente elaboradas através de charges foram perdendo espaço para as fotografias<sup>168</sup>.

A partir da Era Vargas, portanto, houve um investimento da publicação em um temário relacionado a afirmação de papéis ideais para a mulher. Nota-se também a intensificação do uso de material (fotografias, textos informativos etc.) sobre a infância, sempre de conteúdo disciplinador<sup>169</sup>.

Em relação a citação acima, deve-se destacar essa mesma tendência nas revistas *O Malho*, *Revista da Semana* e *Careta*. Por isso, foi decidido realizar o corte de análise das fontes voltado ao período que compreende a Primeira República (1889-1930). Outra questão apontada por Monica Pimenta Velloso é que na história da imprensa, o contexto da Primeira República se destaca como expressivo, porque tem início o processo de comunicação em massa<sup>170</sup>. Também se justifica o corte pela maior aparição de charges nesse período e uma grande quantidade de publicações relacionadas ao Japão e a imigração japonesa, que se construía no imaginário carioca e nacional no período. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as publicações passaram a enfatizar o espírito patriótico. A tentativa de mudança no direcionamento da revista fez com que *Fon-Fon!* se aproximasse do foto-jornalismo de atualidades. O último número do semanário foi publicado em agosto 1958, pouco tempo depois da morte de Vargas<sup>171</sup>.

A revista ilustrada carioca *O Malho!* circulou entre os anos de 1902 e 1954. Voltada a linha humorística assim como *Fon-Fon!*, era famosa pela variedade temática e sátiras políticas. Seu fundador e diretor foi o caricaturista Crispim do Amaral. Na direção também se encontrava Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, que já tinha comandado o jornal carioca *A Tribuna*. Em 1904, foram incorporados a equipe de *O Malho* importantes articulistas que eram ligados a “geração boêmia”, um grupo de literatos do Rio de Janeiro. Alguns de seus membros foram Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre<sup>172</sup>.

O Malho reuniu em suas páginas o maior número de desenhistas da época.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 1-2.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>170</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A**, 2006. p. 313.

<sup>171</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Fon-Fon! < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>> acesso 30.05.2022. p. 2.

<sup>172</sup> MALHO, O. Verbetes temático. < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/malho-o>> acesso 30.05.2022.

Além de J. Carlos, que participou de sua direção, desenharam para a revista Calixto Cordeiro, Raul, Gil (Carlos Leoni), J. Ramos Lobão, Alfredo Storni, Yantok, Cícero Valadares, Ângelo Agostini, Seth, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Augusto Rocha, Ariosto, Loureiro, Luís Peixoto, Nássara, Téo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Andres, Guevara. Entre os colaboradores podem ser ainda citados João do Rio, Lindolfo Collor, Batista Jor, Miranda Rosa, Elói Pontes, Hildebrando Martins, Claudinei Martins e Raul de Azevedo<sup>173</sup>.

A revista possuía posições ativas em relação a política nacional, como o combate a candidatura de Rui Barbosa em 1910. “A partir de 1918, passou a ser dirigida por Álvaro Moreira e J. Carlos, mantendo-se como uma das mais prestigiosas revistas de crítica do país”. A posição de *O Malho* em 1929, colocando-se em oposição à Aliança Liberal, resultou no seu empastelamento<sup>174</sup> após a vitória da Revolução de 1930. A redação foi incendiada e fechada, a revista permaneceu alguns meses sem ser editada. Após o seu retorno, já não apresentava o mesmo vigor e liberdade em suas críticas, em virtude da censura do Estado Novo. Seu último volume foi publicado em janeiro de 1954.

Em relação a presente temática, a revista *O Malho* se mostrou uma das mais significativas, pois a variedade das publicações relacionadas ao Japão e a imigração japonesa foi grande. Pode-se observar também um tom mais crítico e direto que as outras revistas em análise. Foram encontradas diversas charges relacionadas a Guerra Russo-Japonesa, ao Japonismo e foi a revista em foi localizada a maior quantidade de charges sobre a imigração japonesa.

*A Revista da Semana* foi um periódico ilustrado que circulou entre 1900 e 1959. Foi fundada por Álvaro Tefé e editada pela Companhia Editorial Americana. Medeiros e Albuquerque e de Raul Pederneiras auxiliaram em sua formação. “Em seu primeiro número, lançado em 20 de maio de 1900, a revista anunciou ter como principal objetivo oferecer ao público notas interessantes e ilustrações, trazendo também reportagens fotográficas sobre as festas do IV Centenário do Descobrimento do Brasil”<sup>175</sup>. Pouco tempo depois, o *Jornal do Brasil* a adquiriu e ela passou a ser utilizada como um suplemento literário.

Desde seu primeiro número, a Revista da Semana contou com colaboradores de peso. As ilustrações ficaram a cargo, entre outros, de Raul Pederneiras,

<sup>173</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>174</sup> A palavra empastelamento significa o ato de empastelar, misturar linhas e/ou caracteres de modo confuso. Quando relacionado a materias tipográficos, pode significar a inutilização do trabalho em curso < <https://www.dicio.com.br/empastelamento/>> acesso 30.05.2022.

<sup>175</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Revista da Semana. Verbete. < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>> acesso em 01.06.2022.

Luís Peixoto, Bambino, Amaro do Amaral, Julião e Correia Dimas. Intelectuais como Olavo Bilac, Escragnole Doria, João do Rio, Pedro Lessa, Félix Pacheco, Angel Guerra e Menotti Del Picchia também foram assíduos em suas páginas ao longo do tempo. Periódico de variedades, voltado para conteúdos relativos à arte e à cultura, a *Revista da Semana* concedeu espaço à literatura, à crítica, à moda, ao comportamento, a concursos, às notícias do cotidiano, ao colunismo social, às crônicas políticas e policiais, às competições esportivas, às campanhas políticas e às grandes foto-reportagens.

A *Revista da Semana* se destacou por ter sido o único periódico que publicou fotos da Revolta da Vacina, em 1904. Desde o seu lançamento, utilizava métodos fotoquímicos pioneiros, como o fotozinco e fotogravura. A *Revista da Semana* possuía um público amplo e fiel e conquistou a medalha de ouro na Exposição de Turim em 1911. Apesar de seu perfil eclético, se apresentava de forma ativa ao contexto político de sua época. Em 1915 o periódico foi vendido a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. A partir disso, foi alterado sensivelmente seu perfil editorial, pois passou a focar em temas voltados ao público feminino. A revista possuía colunas como o “Jornal das Famílias” e “Consultório da Mulher”. A primeira apresentava aspectos como moda, beleza, educação, já a segunda era voltada a respostas a cartas de leitoras.

Apesar desse tom de amenidades, a *Revista da Semana* não perdeu totalmente suas publicações voltadas à política nacional. “Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, combinou temas amenos, como o veraneio elegante em Petrópolis, com a realidade da guerra em seu aspecto mais duro”<sup>176</sup>. Duante as décadas de 1930 e 1940 o periódico resistiu às mudanças que a imprensa brasileira passou, como destaca Nelson Werneck Sodré (1998). A partir da década de 1940, a revista *O Cruzeiro* inaugurou o foto-jornalismo, uma nova tendência editorial que influenciou a imprensa.

Os periódicos tradicionais tentaram se adaptar aos novos padrões, mas muitos perderam sua identidade e foram aos poucos deixando de circular. A *Revista da Semana* se tornou sensacionalista na década de 1950, mas em 1959 encerrou seus trabalhos. Em relação a nossos objetivos de pesquisa, constatamos que a *Revista da Semana* realizou algumas publicações relacionadas a curiosidades sobre o Japão, também sobre a Guerra Russo-Japonesa e a Primeira Guerra Mundial.

A revista ilustrada *Careta* circulou no Rio de Janeiro entre 1908 e 1960. Foi fundada por Jorge Schmidt (proprietário-editor) e J. Carlos (diretor e ilustrador). Em 1921, J. Carlos deixou a equipe de *Careta* e foi para a direção de *O Malho*. Ele permaneceu lá até

<sup>176</sup> Ibidem, p. 2.

1935, depois retornou à *Careta* e ficou até 1950, quando faleceu. Outros artistas que compuseram a equipe da revista foram Belmante, Malagute, Raul Pederneiras e Theo. A revista possuía um caráter satírico e humorístico, o que podemos perceber no próprio título.

Evidenciava seu desejo de atingir um público com P maiúsculo, alusão aos apreciadores do jornalismo elegante. Entretanto, segundo Nelson Werneck Sodré, tornou-se popular como nenhuma outra revista de sua época, sendo encontrada nos engraxates, barbeiros e consultórios. As últimas páginas também eram dedicadas aos reclames, sempre numerosos<sup>177</sup>.

*Careta* é apresentado por Carolina Vianna Dantas como uma revista com excelente padrão gráfico. Possuía capa colorida e amplo uso de ilustrações e fotografias. Assim como as outras revistas, possuía um repertório eclético e mundano, e fazia amplo uso do humor. A revista contou com afamados literatos de sua época, identificados com o parnasianismo. Alguns nomes foram Olavo Bilac, Martins Fontes, Olegário Mariano, Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Emílio de Meneses, Bastos Tigre e Luís Edmundo. Posteriormente, também participaram como colaboradores Lima Barreto, Viriato Correia, Umberto Peregrino e J. Frazão, etc.

*Careta* assumiu posições políticas em meio às polêmicas de sua época. Apoiou Rui Barbosa na Campanha Civilista em 1910 e satirizou Getúlio Vargas em diversos momentos. Durante o período do Estado Novo, as charges de *Careta* eram uma estratégia de oposição a Vargas, seu tom satírico conseguiu sobreviver à censura. Com a morte do diretor Jorge Schmidt em 1935, seu filho Roberto assumiu a direção. A partir da década de 1940, as já citadas inovações na imprensa e o fotojornalismo trouxeram pressões e reformulações.

Essas novas tendências provocaram uma demanda por reformulações nos periódicos ilustrados já existentes. Paralelamente ao surgimento desse novo padrão editorial, nos anos de 1940 estava em curso no Rio de Janeiro um movimento de concentração da imprensa. De acordo com Nelson Werneck Sodré, essa concentração era tão marcante que periódicos que haviam marcado época desde o início do século XX, como *Careta*, *Fon Fon*, *O Malho* e a *Revista da Semana* entraram em declínio e foram, aos poucos, desaparecendo<sup>178</sup>.

A revista finalizou seus trabalhos em 1960, após 52 anos ininterruptos de publicações. Dantas destaca que até em seus últimos números, *Careta* foi firme ao seu projeto gráfico inicial, com crítica política e dos costumes, se afastando dos padrões ditados

<sup>177</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Revista *Careta*. < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf> > acesso 01.06.2022.

<sup>178</sup> Idem.

pelo fotojornalismo. Em relação as representações do Japão e a imigração japonesa, foram localizadas em *Careta* diversas publicações relacionadas a propagandas e curiosidades.

### 2.3 Sobre os artistas do traço

Em relação aos chargistas, ganham destaque no trabalho os nomes de Raul Pederneiras, Ângelo Agostini, J.Carlos, Carlixto Cordeiro, Alfredo Cândido e Alfredo Storni. Foram identificadas charges sobre o Japão e a imigração japonesa com a autoria de Pederneiras, Ângelo Agostini, Alfredo Cândido e Storni. Como algumas charges não possuem assinatura ou a mesma encontra-se ilegível, não foi possível identificar os artistas específicos que as produziram. Apesar disso, se faz válido apresentar também as trajetórias e características artísticas dos autores J. Carlos e Calixto Cordeiro. Mesmo que não identificados como autores das imagens no presente trabalho, eles foram influentes no cenário das revistas ilustradas e realizaram parcerias com Pederneiras e Agostini, logo podem ter contribuído para a elaboração de algumas imagens apresentadas no trabalho.

Raul Paranhos Pederneiras (1874-1953) nasceu no Rio de Janeiro e tinha como irmão o poeta Mário Pederneiras. cursou direito e atuou na área como professor da Universidade do Brasil, também escreveu um livro sobre direito institucional e foi delegado. Ficou conhecido como um homem notável, pois foi capaz de transitar de forma significativa entre inúmeras áreas. Foi caricaturista, poeta, tetrólogo, compositor e jornalista, este último contando o cargo de presidente da Associação Brasileira de Imprensa por dois mandatos<sup>179</sup>.

O primeiro trabalho caricatural de Raul Pederneiras foi publicado em 20 de julho de 1898 na revista *O Mercúrio*. Ele já havia produzido textos humorísticos, mas foi a primeira imagem de sua autoria publicada. Na charge de estréia o autor já demonstrou as marcas de seu estilo. Ele possuiu características estáveis, com mudanças pontuais e sutis durante toda a sua carreira. Pederneiras utilizava uma forte presença de trocadilhos, frases curtas e a contraposição entre os valores tradicionais e as novidades do período<sup>180</sup>.

Raul Pederneiras se apresentava disponível para diferentes demandas editoriais, possuía versatilidade e um grande mercado que o procurava. “Encarnava aquilo de

<sup>179</sup> SILVA, Rogério Souza. Entre caricaturas e trocadilhos: Raul Pederneiras e seu passeio pelas linguagens. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, p. 1-14, 2011, p. 1.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 2.

Benjamin chamou de autor como produtor. O que leva a pensar no artista dentro das relações de produção em uma sociedade capitalista. Contudo, essas características não eliminam os traços próprios de suas criações visuais”<sup>181</sup>.

O autor fazia parte do grupo de intelectuais cariocas que possuíam influência nas instituições oficiais de saber do país, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras. Um dos caminhos utilizados por esse grupo para questionar aspectos da sociedade e episódios específicos foram as charges publicadas nas revistas ilustradas, com o uso da sátira e do humor. “Na Revista da Semana seus desenhos marcariam essa publicação durante muitos anos. Porém, foi na revista *Fon-Fon!*, ao lado de K. Lixto e Luis, que o autor alcançou sua maturidade como caricaturista e cronista de humor”<sup>182</sup>.

Uma das primeiras críticas de Pederneiras em *Fon-Fon!* foi relacionada ao projeto de reforma ortográfica iniciado em 1907. O projeto possuiu apoio da Academia Brasileira de Letras e foi concluído em 1912. *Fon-Fon!* apresentou na seção “Novo Dicionário” o aspecto superficial de tal reforma. Essa seção não era assinada, mas possuía a contribuição de Raul Pederneiras, Luis e K.Lixto. Rogério Souza Silva destacou que a colaboração de Pederneiras foi fundamental para as publicações dessa seção.

Ele era o mestre dos trocadilhos, do entendimento amplo e dúbio das palavras e, acima de tudo, era um filólogo, pois, como já foi colocado, ele publicou um dicionário de gírias. É importante analisar esse Novo Dicionário porque as palavras ali colocadas aparecem dentro de seu contexto histórico. Nas quase quarenta edições que foram pesquisadas os verbetes podem ser vistos pelo seu viés político (quando havia a intenção de se criticar algum aspecto do regime republicano ou algum de seus dirigentes), em seguida os que apontavam confusões etimológicas, quando palavras com grafias idênticas tinham as suas definições mescladas e, por fim, as de características sócio-culturais (quando uma palavra era fruto de percepções sociais novas que se desenharam no início do século XX)<sup>183</sup>.

Em relação a Ângelo Agostini, um ponto a ser destacado é que sua biografia apresenta diversas lacunas. Existem por exemplo períodos pouco analisados sobre sua atuação profissional e divergências sobre o seu ano e local de nascimento. No *Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos* de Cavalcanti (1973), o nascimento do caricaturista data 1843, em Vercelli na Itália. Porém, existem controvérsias, como no *Dicionário Bio-Bibliográfico* de Sobrinho (1937), que indica que Ângelo Agostini nasceu em 1842 em

<sup>181</sup> Ibidem, p. 3

<sup>182</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 5-6.

Farcelle<sup>184</sup>.

Agostini nasceu na Itália, mas viveu lá poucos anos. Foi para a França na companhia de sua avó materna, onde permaneceu por mais de dez anos e iniciou a sua formação artística. A época em que ele viveu em Paris foi significativa para a sua formação, pois a cidade era um dos principais pontos culturais da Europa. Esse clima influenciava os artistas e os jornais que publicavam caricaturas e charges faziam sucesso. A maior parte das referências bibliográficas concorda que Agostini chegou ao Brasil ainda bem jovem, mas já como um artista<sup>185</sup>.

A motivação de sua vinda não é clara, mas se sabe que a mãe de Agostini se casou com o jornalista português Antônio Pedro Marques de Almeida e seguiu viagem para o Brasil. Agostini veio para o Rio de Janeiro e depois se destinou a São Paulo. Em uma passagem da história *Cabrião* o artista explicou o porquê de ter vindo para o Novo Mundo. “*A América era então a monomania de quasi todos os parisienses. Era para mim ainda mais alguma coisa: o meu sonho de artista: o meu futuro*”<sup>186</sup>.

O primeiro trabalho de Ângelo Agostini no país data setembro de 1864, na revista paulista *Diabo Coxo*. A revista possuía um formato inovador, com grande destaque para as caricaturas e charges. É importante destacar que é possível que as ideias visões políticas de Agostini voltadas ao abolicionismo e ao liberalismo tenham começado a ganhar força já nessa época, através do contato do artista com os colaboradores da revista. *Diabo Coxo* era redigida por Luis Gama e a revista possuía a participação de Sizenando Nabuco, irmão mais novo de Joaquim Nabuco. O artista atuou em diversas revistas, com destaque para a *Revista Illustrada*<sup>187</sup>.

Em 1876 Angelo Agostini fundou a Revista Illustrada, que foi considerada sua grande obra e mereceu elogios desde seus contemporâneos, como Joaquim Nabuco, que a chamou de bíblia abolicionista, até outros como Herman Lima, que empreendeu um estudo minucioso sobre os caricaturistas no Brasil, e Monteiro Lobato, importante ícone na literatura brasileira que comparou a revista de Agostini em importância documental aos trabalhos de Debret e Rugendas, além de considerar o artista como o maior talento da caricatura no Brasil<sup>188</sup>.

A *Revista Illustrada* foi de inteira responsabilidade de Agostini até o ano de 1888 e

<sup>184</sup> DE JESUS SILVA, Rosângela. Angelo Agostini: crítica de arte, política e cultura no Brasil do Segundo Reinado. *Revista de História da Arte e da Cultura*, n. 6, p. 107-122, 2006, p. 108.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 109-110.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 112.

foi o periódico em que ele passou mais tempo. A revista apresentava críticas afiadas a diversas questões, sempre com as influências voltadas ao abolicionismo e liberalismo. Acredita-se inclusive que através dessas publicações o artista tenha ganhado diversos aliados, mas também inimigos. A atuação de Agostini na *Revista da Semana* compreende o período em que existem mais análises e críticas sobre o autor na bibliografia. No final de 1888 o artista se divorciou de sua primeira esposa, a portuguesa D. Maria Palha. Ele partiu para a Europa com sua ex-aluna Abigail de Andrade.

A estada do nosso artista na Europa é mais uma das lacunas que não conseguimos preencher. Uma suspeita que levantamos é que, devido às condições em que deixou o Brasil, tenha cultivado inimigos de grande porte e, portanto, seria conveniente manter-se afastado por um tempo. Um trecho de uma carta sua publicada pela *Illustrada* parece dar alguma sustentação a essa hipótese: Não sei se poderei regressar este inverno, mas, o mais breve possível, para ahi sigo, ancioso de tornar a ver todos esses bons amigos dos tempos difíceis. Tenho além d'isso muitas saudades da pátria – hoje duplamente livre – e onde passei os melhores dias da minha vida'<sup>189</sup>.

Agostini retornou ao Brasil e participou entre 1895 a 1909 de quase todas as exposições gerais da Escola Nacional de Belas Artes. Em 1895 fundou a revista *D. Quixote*, que teve duração até 1903. Esse período mostra um descontentamento do artista com a realidade brasileira, em que os seus ideais republicanos não se concretizaram como ele esperava. Em virtude dos anos fora, o seu prestígio no país já não era o mesmo. Apesar disso, o artista continuou produzindo e também fez participações em *O Tico tico* e *O Malho*, essa última em que ele publicou os últimos trabalhos de sua carreira como chargista<sup>190</sup>.

A imagem número 7 intitulada *A gloria do Japão* possui autoria do chargista português Alfredo Cândido (1879-1960). Não foram encontrados artigos ou livros focados no artista, mas ele foi citado em alguns trabalhos que abordavam as caricaturas e charges. Ele colaborou em diversos periódicos, como *A cidade do Rio*, *A Paródia* e *O Gafanhoto*. Foi fundador e proprietário da revista *A Larva*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1903 e 1904. As publicações eram voltadas principalmente a oposições ao governo de Rodrigues Alves, com destaque para as reformas do Porto, o higienismo e anexação do Acre. Suas publicações em *A Larva* serviram como influências para a revista *O Malho*, periódico em que ele também publicou diversas charges<sup>191</sup>.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 113-114.

<sup>191</sup> JUSTEN, Janine Figueiredo de Souza. Biografias da imagem [livro eletrônico] : por uma outra história da imprensa ilustrada / Janine Figueiredo de Souza Justen. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021, p. 123-148.

Alfredo Candido, filho de um construtor, tem como razão de sua vinda de Portugal ao Brasil o trabalho de seu pai, que recebera, em 1900, um convite oficial para trabalhar nas obras de “renovação urbana” da cidade do Rio de Janeiro (Lima, 1963: 1133). Nesse caso, tanto sua origem social como o capital social de que dispunha sua família lhe permitiram o acesso a oportunidades vantajosas economicamente, assim como o cultivo de boas relações com o poder político local, questões que lhe favoreceram, por exemplo, nos processos de fundação e comercialização de sua primeira revista, *A Larva* (1902-1903); uma “publicação de críticas extremamente virulentas contra o governo de Rodrigues Alves” (Lima, 1963: 1134) e que teria inspirado, em diversos aspectos, o projeto editorial d’*O Malho* em termos de mensuração da audiência quanto à sátira política e à escolha da narração humorística do cotidiano das instituições públicas<sup>192</sup>.

Alfredo Storni (1881-1966) foi o autor da charge *Imigração Japoneza* (imagem 35). Nascido no Rio Grande do Sul, o artista criou sua própria revista em 1904, chamada *O Gafanhoto*. A partir do número 190 da revista *O Malho*, Storni publicou o seu primeiro desenho assinado. Se tratou de uma charge representando o político gaúcho Pinheiro Machado, representado como um cavaleiro da “opinião pública”. Uma característica dessa charge foi que autor e personagem se mesclaram, o próprio artista declarou que o personagem apresentava suas visões<sup>193</sup>.

Em 1906, Storni lançou na revista *O Tico-Tico* o *Zé Macaco*, outro personagem que caminhava com a opinião pública. No início, os trabalhos de Storni possuíam um tom informal por parte das revistas, ele era considerado como um “correspondente especial do Rio Grande do Sul”, apresentando principalmente charges sobre políticos gaúchos. Em 1907 o artista foi convidado para atuar de forma efetiva em *O Malho*, assim ele se mudou para o Rio de Janeiro e passou a abordar temas mais amplos como a política nacional e internacional<sup>194</sup>.

Storni não poupava o leitor de imagens grotescas e violentas, se sua crítica severa apontava para isso. O uso da alegoria (representar uma entidade abstrata, a “opinião pública”, como uma figura humana sobre a qual se aplica um letreiro identificador) era comum a todos os caricaturistas, e acompanharia as charges políticas de Storni durante toda a carreira. Herman Lima (1963, p. 1228), elogioso, diz que o jovem Storni fugia à repetição do estilo estático das charges políticas, cheias de figurões confabulando, e “movimentava os seus bonecos com uma liberdade de veterano na caricatura”<sup>195</sup>.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>193</sup> JASMIN, Marcelo Gantus. **a pedagogia da subjetividade moderna nas historietas de O Tico-Tico**. 2021. Tese de Doutorado. PUC-Rio, p. 107-108.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 109-110.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 108-109.

O trabalho de J. Carlos (1884-1950) foi considerado uma verdadeira revolução na produção humorística no Brasil. Natural do Rio de Janeiro, José Carlos de Brito e Cunha ou apenas J.Carlos, atuou como chargista, ilustrador e designer gráfico. Suas obras eram caracterizadas por detalhes com inspirações da *art nouveau* e *art déco*, diversos pesquisadores o definem como um dos pioneiros do modernismo no Brasil<sup>196</sup>. Os traços de J.Carlos possuíam beleza e simpatia, semelhantes aos personagens dos desenhos animados. Em uma exposição organizada pelo governo brasileiro, as caricaturas de J.Carlos chamaram a atenção de Walt Disney, que o convidou para trabalhar com ele. O artista não teve interesse na época e permitiu que Disney levasse o *layout* do personagem Zé Carioca, que chegou a virar animação alguns anos depois<sup>197</sup>.

Suas publicações, embora impressas em periódicos, eternizaram personagens como a Melindrosa, O Malandro, a Sogra e o Funcionário, os chamados ‘tipos’ urbanos. Seus traços delicados transbordaram personalidade, equivalem a palavras, desenhando crônicas sobre o dia-a-dia da cidade. Transformaram em ícones, quase em arquétipos citadinos, personagens familiares aos cariocas do início do século passado<sup>198</sup>.

Sua primeira charge foi publicada em 1902 na revista O Tagarela. Ele atuou também em *O Tico-Tico*, *Careta* e *O Malho!*. Nas duas últimas, ele atuou como ilustrador e também diretor das revistas. “Desde a primeira charge publicada em O Tagarela, em 23 de agosto de 1902, à última impressão na revista Careta, estima-se que J.Carlos tenha produzido 100 mil obras, quantidade que, brincou o próprio artista, ‘daria para cobrir a Avenida Rio Branco’”<sup>199</sup>.

Calixto Cordeiro (1877-1957) foi natural da cidade de Niterói. Uma de suas características foi a extensa produção entre 1898 até 1957. Ele foi considerado um dos artistas mais importantes do período, um dos temas marcantes que o artista publicou foram as sátiras relacionadas as elites econômicas e políticas, além das modernizações no cenário carioca<sup>200</sup>.

Seu primeiro trabalho foi na revista *O Mercúrio*. Ele também trabalhou em *O Malho!* como diretor artístico ao lado de Raul Pederneiras. Também trabalhou com Pederneiras em *O Avança!*, revista fundada em parceria entre os dois. Colaborou na revista *Kosmos* e no ano de 1907 assumiu a direção artística de *Fon-Fon!*, trabalhando novamente com Raul Pederneiras.

<sup>196</sup> < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/17/cultura/1571343794\\_768005.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/17/cultura/1571343794_768005.html) > acesso em 26.05.2023.

<sup>197</sup> LUSTOSA, Isabel. J. Carlos, o cronista do traço. **História Cultural e Imagem: os mundos da forma e do sentido. Rio de Janeiro**, v. 7, 1995, p. 68-70.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>200</sup> DEALTRY, Giovanna. Margens da Belle Epoque carioca pelo traço de Calixto Cordeiro. **Alceu**, v. 9, n. 18, p. 117-130, 2009, p. 120.

Lançou a revista *O Degas* e atuou em Dom Quixote. Calixto abordou de diferentes formas os “elementos perigosos”, incluindo ele mesmo em algumas charges para trazer críticas ao lugar de definição dos sujeitos dentro das modernizações da cidade<sup>201</sup>.

Calixto chama atenção justamente para o caráter “mágico” da transformação dos considerados “elementos perigosos” da época. Tudo não passa de um truque ou será que a solução desejada não seria realmente essa? Uma máquina que ao mudar a vestimenta do sujeito, mudasse conseqüentemente sua identidade. A correção, nesse caso, está em acordo com a cidade moderna que Pereira Passos irá criar. Cidade e cidadãos precisam ser remodelados quase que cenograficamente, para que possam combinar com os novos ideais de progresso. Por isso, os concursos que premiavam as “fachadas” mais bonitas da Avenida Central ou a proibição oficial de andar descalço ou em mangas de camisa pelas ruas do centro<sup>202</sup>.

Um ponto a ser destacado é que os temas e abordagens presentes nas charges não eram apenas de acordo com as opiniões dos artistas, mas sofriam fortes influências das agências de notícias transnacionais. O que era levado em consideração não eram efetivamente as demandas informativas dos locais, mas interesses do poder dos meios de comunicação. “A participação efetiva dos povos africanos, asiáticos, oceânicos e latino-americanos no desenho do mundo – a começar pelos seus próprios quinhões – só teria início décadas mais tarde, com as lutas anti-coloniais de libertação nacional na segunda metade do século XX”<sup>203</sup>. Dessa forma, as publicações relacionadas ao Japão e a imigração japonesa nas revistas ilustradas cariocas eram um reflexo das visões internacionais propagadas por essas agências de origem europeia.

As primeiras agências foram a Havas (1835), Reuters (1851) e Wolff (1849). Elas surgiram nos países mais industrializados do continente europeu na época, que eram a França, Reino Unido e Prússia. As redes telegráficas foram importantes para a propagação das informações pelos países. Os contatos por meio de redes telegráficas com a Europa foram inaugurados no Brasil em 1874, com o cabo Lisboa-Recife, que conectava toda a América do Sul com a Europa. Essa ligação teve iniciativa britânica. Após cinco anos foi realizada outra ligação, dessa vez um cabo francês que ligava a Europa ao Caribe, com uma ramificação para o Brasil. No mesmo ano foi produzida uma ligação de origem alemã, que ia do Mar do Norte aos Açores e depois para a Libéria, onde possuía uma bifurcação com o

<sup>201</sup> Ibidem, p. 120-121.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>203</sup> AGUIAR, Pedro. O império das agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 17, p. 18-38, 2015, p. 20.

Recife – BA, um dos pontos costeiros do Brasil mais próximos da África<sup>204</sup>.

Através do exposto, foi possível perceber a relevância desses artistas com sua ampla atuação nas revistas ilustradas cariocas na primeira metade do século XX. Mesmo em charges não assinadas ou de autoria não identificada, como no caso do presente trabalho que valorizou as imagens que ainda não haviam sido exploradas na bibliografia, é possível que essas figuras tenham contribuído para as suas publicações. Serão apresentadas nos capítulos que seguem as representações relacionadas ao Japão e a imigração japonesa para o Brasil. Será demonstrado que as construções relacionadas ao Japão e a imigração japonesa foram permeadas por estereótipos, com destaque para o *samurai* e o de *gueixa*, além de questões importantes como a indesejabilidade racial pelos amarelos.

#### 2.4 A Guerra Russo-Japonesa: o rato que virou urso, do Japão subjugado a guerreiro

Apesar do Japonismo ser bem anterior a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), optou-se no presente trabalho por apresentar os dois tópicos na ordem inversa. Isso se justifica porque as publicações relacionadas ao Japão nas revistas ilustradas sofreram uma intensificação a partir da guerra. Pouco se sabia sobre a exótica “Terra das Cerejeiras”<sup>205</sup> até os primeiros anos do século XX. Outro fator é que a “Moda do Japão” foi presente nas revistas ilustradas principalmente através de propagandas e curiosidades, publicadas com certa frequência até o final da década de 1920. Enquanto que as publicações relacionadas ao conflito se restringiram ao período de sua ocorrência.

Primeiramente o Japão e os japoneses foram representados por metáforas ocidentais como o exotismo da gueixa e a bravura do samurai. Imagens persistentes até os dias de hoje no imaginário coletivo e que acabaram se tornando a-históricas como representação do Japão e do povo japonês<sup>206</sup>.

As vitórias do Japão nas guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) repercutiram de forma positiva nas elites políticas brasileiras. Em especial a Guerra Russo-Japonesa, que representou pela primeira vez na história a derrota de uma

<sup>204</sup> Ibidem, p. 20-22.

<sup>205</sup> Termo utilizado para definir o Japão. Existiram vários, divulgados principalmente pelos primeiros relatos de viajantes. Terra das *mussumês*, Terra do Sol Nascente, Nippon (significa também Japão).

<sup>206</sup> DEZEM, Rogério. **Matizes do "Amarelo": a Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)**. Editora Humanitas, 2005. p. 291.

potência europeia para uma asiática<sup>207</sup>. Ao longo da guerra, as vitórias e o nacionalismo nipônico contagiaram as revistas ilustradas, pois o Japão se tornou uma constante em diversas edições. “A partir da guerra, que foi interpretada como ‘uma das mais bellas epopéias da energia humana’, um ‘novo’ Japão mostrava-se para o mundo. Para a surpresa de muitos e certeza de alguns o exotismo da raça amarela metamorfoseava-se em ‘perigo’.”<sup>208</sup>

As revistas *O Malho* e *Revista da Semana* reforçaram uma imagem favorável do Japão durante a Guerra Russo-Japonesa. Foram publicados hinos, cenas de vitórias, propagandas e até ocorreu o *Escrutínio Russo-Japonez*, uma pesquisa de opinião dos leitores de *O Malho*. A inexistência da imigração japonesa para o Brasil, que só teve sua primeira iniciativa em 1907 e seu início efetivo em quantidades a partir de 1908, contribuíram para uma idealização do japonês como uma “surpresa agradável”<sup>209</sup>.

A Guerra Russo-Japonesa embora não seja muito comentada ou conhecida no Brasil, é importante, pois foi o primeiro conflito moderno após a Guerra Franco-Prussiana que ocorreu de 1870 a 1871 e também é um conflito que coincide com o período entre a Belle Époque e a Paz Armada. Tal conflito mudou a perspectiva de países não europeus, de forma que puderam vir a criar a esperança de vencer uma potência europeia<sup>210</sup>.

Rogério Suzuki indica que as transformações resultantes da Era ou Restauração Meiji levaram o Japão a procurar por novos mercados na Ásia. O Império russo, que já era considerado potência no período, passava por um momento de estagnação consequente do governo Czarista. O Império necessitava de um porto de águas quentes, em virtude de seus portos não se apresentarem acessíveis durante todo o ano por causa do clima frio. A Ásia foi escolhida como uma opção, porém os interesses das duas nações entraram em choque. Tanto o Japão como a Rússia desejavam expandir sua influência no leste asiático<sup>211</sup>.

Após diversas tentativas fracassadas de se encontrar uma solução diplomática entre os dois países, o Japão optou pela guerra. Um ponto destacado por Rogério Suzuki<sup>212</sup> é que na visão das demais nações, o Japão não possuía grandes chances de vitória. Isso porque o Japão havia se modernizado recentemente, além de possuir um território muito inferior ao

<sup>207</sup> TAKEUCHI, M. Y. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, p. 30.

<sup>208</sup> DEZEM, Rogério. **Matizes do "Amarelo": a Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)**. Editora Humanitas, 2005. p. 268.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 291.

<sup>210</sup> SUZUKI, Rogério Iuji Okamoto. Guerra russo-japonesa. Monografia (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,RJ). 2019, p. 12.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 12.

Império Russo. A modernização também alterou a doutrina militar dos japoneses, que não possuíam tanta experiência de combate com o Ocidente em relação ao Império Russo. Outro fator que podemos destacar é a questão racial, que enxergava os asiáticos como pertencentes a uma raça inferior que os russos<sup>213</sup>.

Entretanto, os japoneses foram vitoriosos e os russos sofreram duras baixas com sua marinha dizimada. Rogério Suzuki apresenta alguns dos motivos que desencadearam a vitória da nação japonesa. Um aspecto significativo é que os russos consideraram o conflito como uma campanha “rápida e fácil”. “A industrialização possibilitou acentuar ainda mais a diferença entre países europeus e países do leste asiático, seja pela tecnologia ou pela imagem de atraso que imprimia às nações não ocidentais”<sup>214</sup>.

Outra questão é a comparação entre a formação histórica e social do Japão e da Rússia. As modernizações provenientes da Era ou Restauração Meiji possibilitaram um rápido e significativo crescimento do Japão. Também foi oferecido em escala o ensino a população e ocorreu a formação das forças armadas. A diminuição do analfabetismo resultou em recrutas mais instruídos, o que facilitava no treinamento. Além disso, desde a Era Edo era cultivado um sentimento de nacionalismo influenciado por questões religiosas, que se intensificou na Era Meiji<sup>215</sup>.

Já a Rússia, com uma enorme vantagem territorial e de homens, com uma força de aproximadamente 3,5 milhões na época, não possuía um exército homogêneo. A maioria dos militares era de pouca qualificação, sendo o exército um reflexo do governo Czarista e sua sociedade conservadora, que teve como resultado uma classe de oficiais que deixou a desejar. Era comum a falta de cooperação entre os oficiais e a maior parte dos conscritos era analfabeta, sem nenhum tipo de educação formal. Isso dificultava o desenvolvimento de habilidades militares, ou mesmo promoções na carreira<sup>216</sup>.

Um dos reflexos da pouca atenção que o Czar deu ao conflito foi que o efetivo de alta qualificação do exército foi mantido na parte ocidental do país. O maior medo era de possíveis ataques nas fronteiras por países europeus. Para a campanha contra o Japão foram

<sup>213</sup> Este tema será detalhado em um subtítulo no capítulo 3. Entretanto, é importante a indicação de que as crenças que levaram a uma visão de superioridade da raça branca e da determinação biológica da capacidade civilizadora estavam profundamente arraigadas no pensamento ocidental, como indica Giralda Seyferth (1995). Ideologias permeadas pelo racismo, como o darwinismo social, antropossociologia e eugenia possuíam o estatuto de “ciências” principalmente a partir da metade do século XIX. Dessa forma, os russos (brancos) eram considerados racialmente (o que envolve aspectos físicos, intelectuais e culturais) superiores aos japoneses (amarelos).

<sup>214</sup> SUZUKI, Rogério Iuji Okamoto. Guerra russo-japonesa. Monografia (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,RJ). 2019, p. 14.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 17-18.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 28.

enviados os soldados de pouca qualificação. Em relação aos serviços de inteligência, boa parte das informações era obtida pelos militares que participavam como observadores de outros correspondentes em outros locais, como Coreia e China. A questão é que a maior parte dos russos não sabia a língua desses países, logo havia a necessidade de intérpretes. E o pouco que tinham acesso era condicionado ao que os japoneses permitiam que fosse visto’’<sup>217</sup>.

A seguir serão apresentadas algumas publicações relacionadas ao conflito nas revistas ilustradas cariocas. Privilegiamos para a presente pesquisa as que compreendemos como mais relevantes e inovadoras, no sentido de que não localizamos outras pesquisas que as tenham abordado. A primeira publicação de relevância sobre a Guerra Russo-Japonesa publicada nas revistas ilustradas cariocas foi o *Escrutínio Russo-Japonez*.

Apesar de não fazer parte das fontes de tipo imagético, com o uso de charges e fotografias, é importante que seja citada. Publicado inicialmente em 12 de março de 1904 pela revista *O Malho*, o escrutínio consistiu em um convite para os leitores enviarem suas opiniões e preferências relacionadas ao conflito entre Rússia e Japão. A iniciativa não possuía grandes expectativas por parte de seus idealizadores, mas o grande volume de respostas se mostrou surpreendente. A votação foi baseada em um questionário simples, composto pelas perguntas<sup>218</sup>:

1. *Interessa-se pelo conflito Russo-Japonez?*
2. *Por qual dos dous países manifesta os seus votos?*
3. *Por que?*

Foi recebido um total de quase seis mil respostas ao escrutínio, mas a revista publicou apenas uma pequena parcela. A maior parte das cartas vinha assinada por pseudônimos. O que tinha a intenção de ser apenas mais um entretenimento de *O Malho* “acabou se tornando um espelho da mentalidade de boa parte dos leitores da região Sudeste e Nordeste do país, e até mesmo de alguns estrangeiros aqui radicados’’<sup>219</sup>.

Pode-se perceber que apesar da desvantagem japonesa em relação ao território e disponibilidade de soldados, os leitores de *O Malho* demonstraram desde a primeira apuração da votação uma maior preferência pelo Japão. Constata-se no trecho abaixo, 549 votos a favor do Japão contra 231 votos pela Rússia. Rogério Dezem levanta alguns dos

<sup>217</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>218</sup> DEZEM, R. **Matizes do “Amarelo”**: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 243.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 244.

possíveis motivos para tais resultados. Para explicar essa preferência pelos japoneses, o autor destacou a variedade de adjetivos adotados nas respostas dos leitores a favor do Japão.

O pequeno arquipélago nipônico era visto como ‘a nobre nação do sol levante’, ‘intrépido e destemido’, possuidor de uma ‘grandeza militar’ e que ‘caminha a passos tão largos para o progresso’. Por seu turno, o povo japonês era, segundo a opinião dos leitores, um fiel retrato de sua nação. [...] Idealizados sempre com ‘sympathia’, os japoneses eram frequentemente citados como ‘civilizados’, ‘patriotas’, ‘valentes’, ‘briosos’, ‘pacientes’, ‘laboriosos’, ‘viris’, possuidores de ‘refinados dosto estético’ e admirados ‘por desprezar a morte’<sup>220</sup>.

Figura 2. O escrutínio russo-japonês



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0078, 12 de março de 1904, p. 17, AFBN/RJ

Os motivos que levaram aos votos positivos para o Japão são os mais variados possíveis. Não cabe aqui a apresentação de todas as respostas analisadas pelo autor, mas ganha destaque a questão dos perigos e a raça. Em relação aos perigos, a resposta de J. Thomas do estado da Bahia é significativa, pois ele enxergava a atitude dos japoneses como um exemplo para o Brasil.

[...] o fraco em lueta desigual, é um povo recentemente admitido ao convívio das nações civilisadas, é uma lição dada ao extravasamento de ambição das grandes potencias, insaciaveis em suas conquistas, e neste particular o exemplo deve ser ponderado pelo Brasil, ameaçado, como está pelos

<sup>220</sup> Ibidem, p. 249.

jingoistas da América do Norte e alemães, para reflectir seriamente e tirar dahi as derivativas que bem lhe aprouver<sup>221</sup>.

Os dois perigos para a nação brasileira apresentados pelo leitor J. Thomas são o “perigo norte-americano”, em que o presidente Franklin D. Roosevelt incentivava uma política onde os Estados Unidos se transformariam nos “guardiões da América”. E o outro perigo é o alemão, baseado no princípio de *Deutschstum* (germanidade), fortalecido pela imigração alemã na América e também no medo de expansão do II Reich.

Uma das justificativas para as construções negativas relacionadas aos japoneses era o “perigo amarelo”, uma denominação utilizada pela primeira vez pelo Kaiser Guilherme II. No período final do século XIX, a situação do II Reich se encontrava em um impasse. Sendo assim, Guilherme II buscou alianças defensivas principalmente com a Inglaterra e a Rússia. O temor era voltado a possibilidade de sofrer um ataque desses países. “Vislumbrando uma aliança com o recém coroado Czar Nicolau II da Rússia, Guilherme II manifestou publicamente em 1894 ‘seu ódio a raça amarela’ devido ao suposto perigo político que ela representava”<sup>222</sup>.

A ação de Guilherme II visava desviar as atenções da Rússia que estavam voltadas à Ásia. O principal ponto de discórdia eram os interesses dos russos e japoneses ao território chinês. “Nesse contexto, a veiculação da idéia de ‘perigo amarelo’ (*gelbe Gefahr*) atendia perfeitamente aos planos alemães. Acreditava-se que a expansão político-militar do Japão na Coreia e na China ameaçava diretamente o Império russo”<sup>223</sup>. Sendo assim, o “perigo amarelo” ficou relacionado ao imperialismo japonês.

Márcia Yumi Takeuchi expõe que o posicionamento do Japão entre as potências militares preocupava o Itamaraty. Foi determinado que as atenções fossem voltadas ao Japão e a guerra que mobilizava a opinião pública mundial. “A correspondência enviada pela Legação do Brasil em Tóquio se concentrou, em 1904 e 1905, na Guerra Russo-Japonesa, informando ao Governo Federal os sucessos japoneses”<sup>224</sup>.

Em relação a questão racial, Dezem indica que boa parte da opinião política mundial interpretava o embate como um conflito simbólico entre duas raças, a branca e a amarela. Este aspecto foi presente nas respostas do escrutínio. Apesar dos japoneses serem considerados como pertencentes a uma raça inferior, por terem se modernizado rapidamente

<sup>221</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>222</sup> Ibidem, 147.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>224</sup> TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas**: Preconceito e Imaginário Social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016, p. 68.

e entrada na partilha do imperialismo, eram vistos pela maior parte dos leitores através de aspectos positivos<sup>225</sup>.

Também é válida a observação de que existiam admiradores do Japão, em virtude principalmente do exotismo que o Japão significava. O Japonismo ou Moda do Japão, mesmo que ainda em sua fase inicial no Brasil, estava ganhando espaço no momento. Esse aspecto gerou também uma simpatia com o “País do Sol Nascente”<sup>226</sup>. As votações foram encerradas em abril de 1904 pelo excessivo número de respostas. Existiu uma grande disparidade nos votos, sendo 4.169 votos a favor do Japão e apenas 1.132 votos pela Rússia. As ilustrações publicadas nas revistas ilustradas sobre a Guerra Russo-Japonesa tiveram um papel importante na reformulação dos discursos presentes no imaginário coletivo nacional. “Constatamos que, a partir desse primeiro momento, o Japão e os japoneses passaram a fazer parte do cotidiano da imprensa ilustrada brasileira”<sup>227</sup>.

A charge abaixo foi publicada pela revista *O Malho* em 1904. Ela apresenta dois homens vestidos com roupas sociais, com terno, colarinho, sapatos lustrados, etc. Através do sistema de oposições homólogas apresentado por Bourdieu, o fora(público)/dentro(privado) trazem sentidos diferenciados. Ao masculino estavam reservados os assuntos exteriores, como o trabalho, política, etc. Já ao feminino os assuntos privados, como o lar, família, cuidados pessoais, etc. A escolha de utilização de duas figuras masculinas na charge juntamente com as roupas formais traz o indicativo de que se trata de um assunto público.

A charge a seguir é acompanhada do texto:

“- *O que eu lhe posso garantir, meu caro, é a victoria dos japonezes.*  
- *Engana-se, a Rússia nunca se muscou das refregas...*”.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 251-252.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 253.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 257.

Figura 3. Os partidários

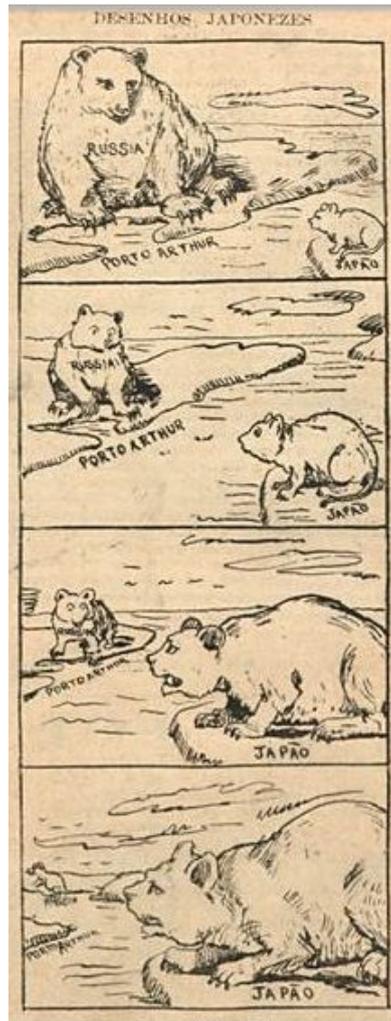


O Malho, Rio de Janeiro, n. 0078, 12 de março de 1904, p. 18, AFBN/RJ

Existiam opiniões favoráveis e contrárias ao Japão, assim como demonstrado no *Escrutínio Russo-Japonez*. A primeira frase da conversa é significativa, pois nela não é perceptível nenhuma piada evidente, mas sim uma afirmação. Já a segunda, faz um jogo de palavras entre a palavra “muscou” com a cidade russa Moscou. A data de publicação da charge, 12 de março de 1904, coincide com a primeira publicação de respostas ao escrutínio. Logo, tudo indica que a charge é uma sátira aos resultados da votação.

A charge a seguir consiste na que apresenta mais diretamente a mudança de imagem do Japão a partir da Guerra Russo-Japonesa, dessa forma ela foi escolhida como um subtítulo no presente trabalho.

Figura 4. Desenhos japonezes



O Malho, Rio de Janeiro, n. 104, 10 de setembro de 1904, p. 10, AFBN/RJ

A imagem vem acompanhada de um pequeno texto.

- 1° - A Rússia era assim.
- 2° - Depois ficou assim.
- 3° - Depois ficou assim
- 4° - E depois ficou assim  
(Depois... veremos!)

Stuart Hall<sup>228</sup> indica que o circuito cultural faz com o que sentidos sejam compartilhados por aqueles que compreendem uma mesma linguagem. Sendo assim, os elementos escolhidos na representação carregam ideias, transmitem mensagens embutidas que são os signos. A charge apresenta dois animais, um rato e um urso. O arquétipo do

<sup>228</sup> HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 144.

rato<sup>229</sup> geralmente é associado a um animal pequeno e impuro. Mesmo que existam também qualidades a esta imagem, como inteligência e habilidade, em comparação com o urso o sentido da diferença de tamanho e força entre os animais ganha destaque.

Já o urso possui uma imagem oposta a do rato, é um animal forte e imponente. “O urso, frequentemente encontrado em brasões, simboliza força e destreza. É um animal feroz que demonstra essa característica especialmente quando age em defesa da sua família. No Norte da Europa, ele - e não o leão - é o rei dos animais”<sup>230</sup>. Pode-se observar que no primeiro quadro, o grande urso representa a Rússia em Port Arthur. E o pequeno rato é o Japão, na margem oposta em seu primeiro ataque no conflito. Na noite de 8 para 9 de fevereiro de 1904, o almirante Heiachiro Togo (1847-1912) lançou um ataque surpresa sobre a esquadra russa fundeada na base de Port Arthur. “Os contemporâneos consideram-na um dos mais audaciosos e bem sucedidos raids da história naval de todos os tempos”<sup>231</sup>.

Mesmo que a historiografia posterior tenha visto a qualidade do ataque com olhos mais críticos, pois a operação não alcançou de primeira o seu principal objetivo que era o de destruir a esquadra russa, foi a partir da incursão que teve início o processo de vitória do Japão. Após o primeiro ataque, o almirante Togo direcionou seus navios nas Elliots Islands e foram realizadas sucessivas tentativas de bloqueio de Porth Arthur, porém sem êxito decisivo.

Também foram utilizadas minas e ocorreram confrontos fragmentários entre os rivais, o que levou à destruição da esquadra russa no Báltico. O cerco terrestre foi o principal responsável pela fuga desesperada dos russos em direção a Vladivostok. Logo depois, a batalha do Mar Amarelo ou Round Island em agosto de 1904, resultou na vitória dos japoneses<sup>232</sup>. Dessa forma, compreende-se como na charge ocorre uma metamorfose do rato (Japão) em urso a partir da batalha de Porth Arthur. E a Rússia foi inferiorizada já no ataque inicial, sendo transformada de urso a rato. A charge traz a ideia de que a imagem do Japão estava em um processo de mudança a partir dos resultados a guerra. Foi construída uma imagem de “masculinização”, em que o Japão passa a ser admirado no sentido de um guerreiro, audacioso, corajoso e um exemplo a ser seguido.

<sup>229</sup> < <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/rato/>> acesso 10.12.2022

<sup>230</sup> < <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/urso/>> acesso 10.12.2022

<sup>231</sup> SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues et al. Wenceslau de Moraes e a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. 2009, p. 12.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 12.

Figura 5. Menino prodígio... e prodígio



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0106, 24 de setembro de 1904, p. 5, AFBN/RJ

A charge acompanha o texto:

*Zé Povo: - Bem diz o rifão: O espinho que ha de picar logo de pequeno traz a ponta... Está ahi a prova: este petiz só fez dous annos e anda numa ponta colossal. Parece os japonezes...*

*Petiz: - Ande lá, seu maganão! Você é o culpado desta ponta...*

Através da associação entre imagem e texto, compreende-se que o menino representado na charge de *O Malho* é uma construção imagética do Japão na Guerra Russo-Japonesa. A criança definida como *petiz* está representada no masculino. A lança ereta em sua mão, maior que seu próprio tamanho, pode ser enxergada como um símbolo fálico, como cita Bourdieu<sup>233</sup>. Além disso, são visíveis várias medalhas em seu peito. E os bonecos no chão parecem pessoas que estão aos seus pés, como súditos. Dessa forma, a figura consiste em um ser poderoso, dominador, mas também muito jovem e imaturo. O Japão recém modernizado era um prodígio ao enfrentar nações “mais velhas”. Porém, o sucesso poderia subir a cabeça e isso poderia também trazer um perigo, como o “perigo amarelo”. “Em

<sup>233</sup> BORDIEU, p. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

resumo, a ascensão japonesa passou a suscitar desconfianças de que o Japão não se contentaria com o que conseguira até então, mas continuaria sua política expansionista rumo ao domínio completa da Manchúria e da China’’<sup>234</sup>.

O outro personagem é o Zé Povo, a revista *O Malho* foi uma das primeiras a utilizá-lo no início do século XX. Seu principal objetivo era o de servir como um porta-voz da opinião do público das revistas ilustradas. Consistia em uma aliança entre o orador (autor) e o auditório (leitores), o que legitimava a intervenção dos caricaturistas nos debates políticos<sup>235</sup>. Conclui-se que a visão do Japão como uma nação prodígio, mas também perigosa, se tratava de um dos reflexos da opinião pública. E essa ideia carrega em si uma dualidade, pois ao mesmo tempo em que o Japão está sendo encarado como um exemplo positivo, também é visto como um perigo.

A seguir, serão apresentadas as imagens 6 e 7. A primeira possui o texto:

*Empenhada a acção com um vigor impetuoso de parte a parte, a artilharia japoneza sentiu-se grandemente hostilizada pelo fogo inimigo. Com a calma habitual de tão vantajosa lhes tem sido, os japonezes certificaram-se bem do ponto estratégico de onde os russos atiravam centenas de granas, e, descoberto, executaram um movimento rapido com seus canhões poderosos, iniciando então uma represalia terrível que, em pouco tempo, desbaratou a bateria russa, que julgou prudente retirar-se. Restava apenas no ponto alvejado um canhão fumegante, guarnecido por dous bravos artilheiros. Em torno, mortos e feridos, jaziam os soldados do Czar. Os gemidos dolorosos casavam-se sinistramente com as explosões das granadas! Os dous artilheiros russos disparado o ultimo tiro, preparavam-se para se retirar, quando a pontaria certa dos japonezes despedaçou-lhes a carreta de sua peça. Foi como se lhes despedaçassem a alma! Bramiam como leões! Amaldiçoaram os japonezes! Mas, certamente, as suas imprecações envoltas nos ais! Dos feridos e dos estertores dos moribundos, traduzio-as o céu pela saudação aos martyres: - Aye! Czar!*

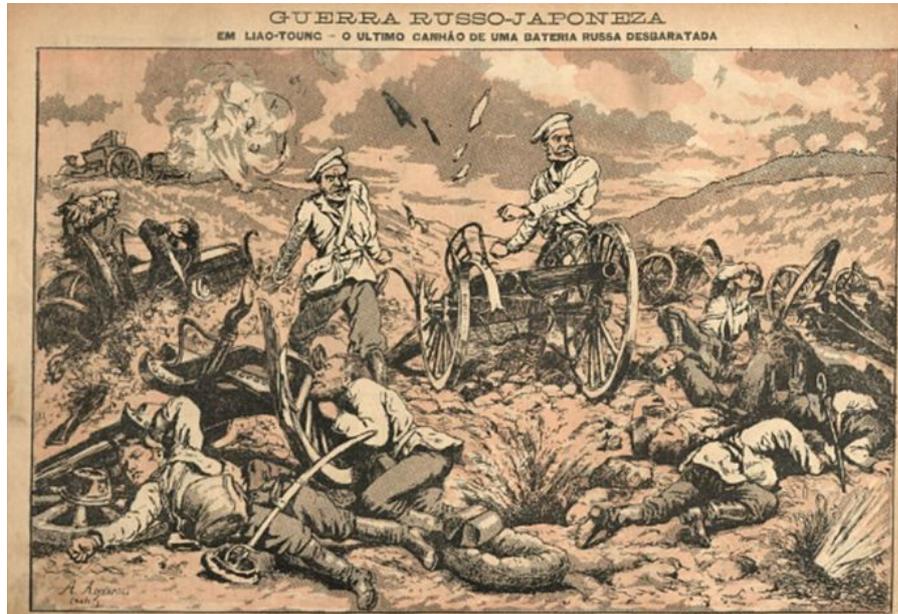
A imagem 7 possui o texto:

*O presente quadro representa bem a tempera da fibra guerreira dos bravos nippões. Não ha dificuldade que eles não superem com esforço e perseverança, nem temeridade que não commetam, para vencerem o inimigo. Quando mal se precataram, as forças do Czar, sob o comando de Kuropatkine, viram-se fortemente hostilizadas pela artilharia japoneza, collocada sobre uma imminencia escarpada, onde nunca humanos pés haviam attingido. Para chegarem a taes alturas e surprehenderem assim o inimigo, os japonezes guindaram a pulso, uma a uma, todas as boccas de fogo da sua bateria de campanha, empregando inauditos e quasi sobrehumanos esforços. Tiveram, porém, a ventura de verem taes esforços coroados pelo maior exito: os russos, attonitos, mediram por esse feito o denodo dos inimigos e, ainda uma vez... bateram em retirada.*

<sup>234</sup> TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas**: Preconceito e Imaginário Social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016, p. 68.

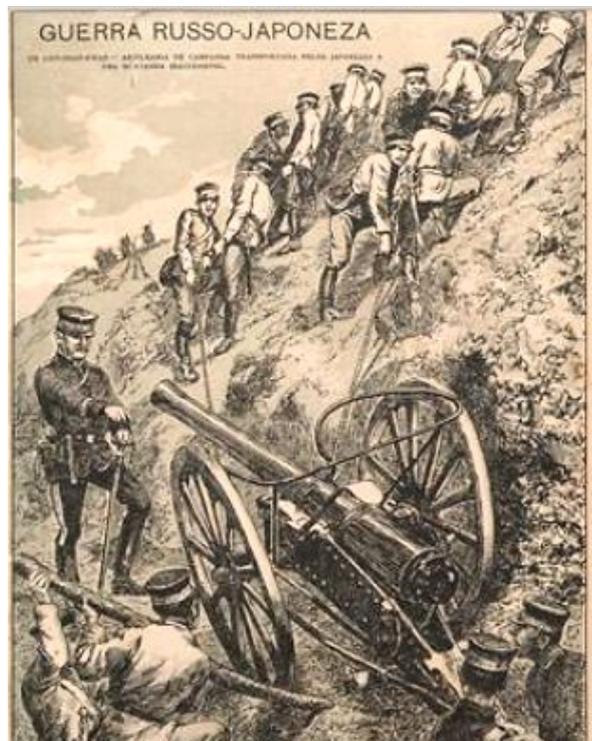
<sup>235</sup> RIBEIRO, Pedro Krause. Memórias de Zé Povo ou memórias individuais?- O povo na retórica da charge e a legitimação dos discursos políticos dos caricaturistas na imprensa carioca do início do século XX. **Anais do XIV Encontro Regional Anpuh-Rio**, 2010, p. 4-6.

Figura 6. Guerra Russo-Japoneza



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0106(2), 24 de setembro de 1904, p. 19, AFBN/RJ

Figura 7. Guerra Russo-Japoneza



O Malho, Rio de Janeiro, n. 107, 1 de outubro de 1904, p. 11, AFBN/RJ

As charges acima foram publicadas na revista *O Malho* com um pequeno intervalo de tempo, sendo a 6 em 24 de setembro de 1904, e a 7 em 1 de outubro do mesmo ano. São importantes algumas observações para a compreensão das imagens e suas relações. A charge 6 retrata os soldados russos em Liao-Toung. Na imagem constata-se apenas dois homens de pé, todos os outros estão mortos ou feridos. A roda esquerda do canhão está quebrada e a expressão dos homens é de espanto, com os olhos arregalados. De acordo com o texto, pode-se concluir que os russos tiveram seu ponto de ataque descoberto pelos japoneses, que rapidamente os “desbarataram”<sup>236</sup>, que significa algo desordenado, desperdiçado.

Já a imagem 7 apresenta características significativamente opostas. Em primeiro lugar, na charge constata-se todos os soldados japoneses em condições de combate, não se vê nenhum ferido. Um ponto significativo é que todos, tirando o possível capitão que foca o olhar para o canhão, estão com suas cabeças erguidas mesmo aparentando estar em um momento de esforço. A postura do capitão é ereta e ele se apoia em uma espada. Pelo ângulo da imagem, o canhão ganha protagonismo e pode ser enxergado como um objeto imponente. Podemos enxergar a espada e o canhão como os objetos fálicos citados por Bourdieu (2003) e McClintock (2010). Na imagem anterior, o ângulo do canhão não passa a mesma mensagem.

Na imagem, os soldados estão organizados (o oposto de desbaratados) em duas fileiras, transportando o canhão para cima da colina. De acordo com o texto, observa-se uma exaltação por parte do autor, que valoriza a fibra guerreira e perseverança dos japoneses. Rogério Dezem indica que essa comparação entre os russos e japoneses, valorizando os últimos, foi algo comum nas revistas ilustradas durante a Guerra Russo-Japonesa.

Vimos que a influência da imprensa ilustrada brasileira sobre as opiniões acerca dos rumos do conflito sempre esteve favorável aos japoneses, se omitindo com relação aos russos. Edificando no imaginário nacional a figura do “bravo, leal e heróico japonês” mesmo nas adversidades. Tríade que, anos mais tarde, foi substituída por “fanático, desleal e traiçoeiro”<sup>237</sup>.

Assim como nas charges anteriores, pode-se observar a figura masculina de um soldado na charge 8, que foi publicada pela revista *O Malho* em 1904, com autoria de Alfredo Cândido. Não foram encontradas imagens diretamente relacionadas ao conflito em que o Japão tenha aparecido como o guerreiro tradicional japonês, o *samurai*. Entretanto, o

<sup>236</sup> <[https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues\\_brasileiro/desbarata#:~:text=1%20Gasto%20\(dinheiro%2C%20bens%2C,Suas%20gavetas%20estavam%20sempre%20desbaratadas.>](https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues_brasileiro/desbarata#:~:text=1%20Gasto%20(dinheiro%2C%20bens%2C,Suas%20gavetas%20estavam%20sempre%20desbaratadas.>) acesso 03.06.2022.

<sup>237</sup> DEZEM, R. **Matizes do “Amarelo”**: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 270.

*bushido* (filosofia samurai) influenciou na formação das forças armadas japonesas. Os soldados japoneses pós Era Meiji carregavam muito das tradições, como o nacionalismo, honra e coragem.

A ideia do bushido foi amplamente propagandeada no Japão poucos anos depois, durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), cristalizando-se no imaginário da nação sendo um conflito no qual os soldados identificavam-se amplamente com os samurais e nas palavras do Conde Okuma Shigenobu (1838-1922) [1907, p. xi]: “A performance do verdadeiro espírito dos samurais japoneses [que lutaram na Guerra Russo-Japonesa] é radicalmente diferente dos homens que aparecem para lutar na linha de frente apenas com a expectativa de condecorações e dinheiro diante de seus olhos”<sup>238</sup>.

A próxima charge vem acompanhada do seguinte texto:

*Japão: - A glória é minha! Tenho pintado o sete, tenho feito das tripas coração, vai vou subindo e pintando o padre. Tinta não falta... A Rússia é um bom tinteiro!*

O personagem em si não possui características físicas que o representem como um japonês, como os característicos olhos puxados ou acessórios (katana, coque). Apesar disso, existe uma faixa em suas costas escrito “Japão”. A representação do “soldado japonês” em traços ocidentais pode indicar que o autor quis trazer a ideia da ocidentalização do exército japonês. O soldado está em uma escada escrevendo a palavra “glória” na parede. Na lata de tinta, estão escritas as palavras “o sangue das vitórias”. A mensagem na charge apresentada através de um humor ácido é que o Japão está ascendendo a partir dos resultados da Guerra Russo-Japonesa. O sangue dos russos estava sendo a tinta para o sucesso dos japoneses, o que demonstra uma imagem de violência, implacabilidade e crueldade com o inimigo.

<sup>238</sup> GONÇALVES, Edelson Geraldo. A influência do ethos do sul do japão na formação do bushido, p. 230.

Figura 8. A gloria do Japão



O Malho, Rio de Janeiro, n. 011, 29 de outubro de 1904, p. 18, AFBN/RJ

Figura 9. Na pharmacia



Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 00229, 2 de outubro de 1904, p. 9, AFBN/RJ

A charge vem acompanhada do texto:

- *Como foi? Eu lhe digo: vamos para a batalha de flores quando me arrumaram na cara uma rosa do Japão...*

- *Uma rosa?!*

- *Sim, senhor, com as folhas e o vaso...*

A charge foi publicada pela *Revista da Semana* em 2 de outubro de 1904, com autoria de Raul Pederneiras. Estão presentes na imagem 3 personagens, eles estão em um local comercial, uma farmácia de acordo com o texto. O homem da esquerda está com o nariz e rosto com curativos. Ao seu lado tem uma mulher que provavelmente é sua esposa. Também está presente um senhor calvo, que usa óculos.

O casal possui uma expressão séria e o senhor calvo (farmacêutico) leva a mão à boca, em tom de espanto ou curiosidade pela causa dos ferimentos. Apesar de não ser algo muito evidente, o texto demonstra que a charge consiste em uma sátira a Guerra Russo-Japonesa. A “rosa do Japão” é apresentada como algo traiçoeiro, que aparentemente não poderia causar nenhum dano, mas surpreendeu o personagem da charge. Nesse caso o Japão não é representado pelo masculino, mas sim pelo feminino pois é uma flor. Entretanto, assim como na charge do rato e urso, algo frágil, inofensivo e inferior pode se metamorfosear.

Na próxima imagem, capa da *Revista da Semana* publicada em 1905, observa-se 3 figuras masculinas. Pelas vestimentas e características físicas, que o da esquerda representa o Japão. É visível em sua cintura a bainha de uma espada, o que carrega o signo das pretensões guerreiras. Outro aspecto é o olhar incisivo ao outro homem, que pelas características representa a Rússia. E com uma altura bem superior, a figura de Tio Sam (Estados Unidos) observa sorrindo para a situação. É significativo indicar que foram os norte-americanos que forçaram a abertura do Japão xogunal, com a chegada de Comodoro Perry. Os Estados Unidos podem ser enxergados como um país imperialista “senior”, que sorri com a malícia de quem já tomou atitudes similares antes.

Figura 10. Japão, Rússia e Tio Sam



Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 00266, 18 de junho de 1905, p. 3, AFBN/RJ

A charge a seguir, publicada pela *Revista da Semana* em 23 de julho de 1905 e com autoria de Raul Pederneiras, apresenta um homem com uniforme militar. Novamente, se trata de mais uma charge com um soldado japonês. Diferentemente da charge 8, o personagem é representado com os olhos puxados. Ele encara a sua frente um grande e desproporcional porrete ou cacete, um instrumento resistente que é utilizado como arma para golpear. No objeto vem escrito “sucessos de novembro”.

A forma ereta em que está o objeto e a expressão do homem (boca aberta, como se estivesse admirado) remetem aos instrumentos fálicos citados por Bourdieu (2003) e McClintock (2010). São formas de salientar a virilidade masculina, símbolo de poder, imperialismo, da guerra. A metáfora por trás de “dar um grande cacete” em alguém equivale a dominação, ser capaz de subjugar o outro. Nesse caso é uma sátira a Guerra Russo-Japonesa, que estava caminhando para a vitória dos japoneses.

Figura 11. O conselho de guerra



Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 00271(1), 23 de julho de 1905, p. 4, AFBN/RJ

Texto que acompanha a charge: *Irra! Que grande cacete!*

Através do exposto no subtítulo, pode-se observar que a Guerra Russo-Japonesa foi tema de diversas publicações nas revistas ilustradas cariocas. O Japão, como a primeira nação asiática que foi capaz de vencer uma europeia mesmo em desvantagem, ganhou um significativo protagonismo nesse momento. Sua imagem de pequeno e inofensivo rato foi metamorfoseada para um grande e imponente urso. Ao “dar um grande cacete” nos russos, a imagem do Japão foi “masculinizada”. A “Terra do Sol Nascente” passou a ser um exemplo positivo, mas também um perigo que merecia atenção.

## 2.5 Japonismo ou “Moda do Japão”, o Japão gueixa

El arquetipo indiscutible del *Japonismo* lo constituye la figura idealizada de la geisha, cuya imagen fue recreada por la literatura de Pierre Loti (1850-1923), como *Madame Chrysanthème*, y la ópera de Giacomo Puccini (1858-1924), como *Madama Butterfly*. Visualmente, la geisha se corresponde con la protagonista de las apreciadas estampas japonesas *ukiyo-e*, cuyo elegante trazado y vistoridad cromática fueron objeto de admiración en los círculos artísticos europeos y americanos. Para los artistas, la geisha fue, además de la figura portadora del colorista y decorado kimono, un símbolo del encanto del Japón tradicional<sup>239</sup>.

O estereótipo de *gueixa* foi o principal arquétipo do Japonismo, como citado acima. Tal imagem carregava consigo um fetiche, próprio do discurso orientalista. É importante destacar que nem todas as mulheres japonesas eram gueixas, assim como nem todos os homens eram guerreiros samurais. O estereótipo, como apresenta Homi Bhabha, é a principal estratégia discursiva do discurso colonial. O “outro” é enxergado em um lugar que já é conhecido e que se repete, em um processo de ambivalência<sup>240</sup>.

O sujeito colonial no discurso e o exercício do poder colonial através do discurso, são construções que exigem uma articulação das formas da diferença. Essa formas são as raciais e sexuais. Tal articulação se torna crucial, considerando que o corpo está sempre inscrito tanto na “economia do prazer e do desejo” como “na economia do discurso, da dominação e do prazer”<sup>241</sup>.

No discurso colonial, é natural sexualizar o símbolo da figura feminina japonesa, a *gueixa*. Existe inclusive algo bem comum, que é a associação da *gueixa* a prostituição. Existiam sim prostitutas no Japão, mas não eram as gueixas. Eram as *yujo*, que não possuíam uma imagem idealizada de beleza como as gueixas. A beleza das gueixas se associada justamente a uma questão oculta, algo diferente da estética ocidental.

O prefixo guei significa arte, e a palavra gueixa foi criada para designar “aquelas que vivem da arte”. As gueixas foram os primeiros elementos mais próximos do feminismo que o Japão possuiu; seu mundo, envolto por sonhos, romance, luxo e exclusividade é o que mais fascina o sexo masculino, remetendo-os à imagem de “mulher per-feita, bonita, delicada, inteligente, atenciosa e vaidosa”. Essas artistas eram as poucas mulheres que conseguiam independência financeira em uma cultura

<sup>239</sup> TOMÁS, V. David Almazán; DAVID, Vicente. La seducción de Oriente: de la chinoiserie al japonismo. *Revista Artigrama*, p. 83-106, 2003, p. 91.

<sup>240</sup> BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. *O local da cultura*, p. 105-128, 1998, p. 105.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 107.

extremamente patriarcal, conquistando uma liberdade que não é concedida ao papel das esposas<sup>242</sup>.

O autor Junichiro Tanizaki indica em seu ensaio que as mulheres das antigas classe média e alta pouco se mostravam em público. E quando o faziam, “ocultavam-se no fundo de liteiras”. Em suas mansões escuras elas passavam a maior parte de suas vidas, na “penumbra”. O vestuário masculino era mais vistoso que o feminino. E o costume de enegrecer os dentes na maquiagem, poderia ser uma tentativa dos antigos de “escurecer todo e qualquer espaço branco que não fosse a face da mulher pela introdução de sombras na cavidade bucal”<sup>243</sup>.

Em outras palavras, nossos ancestrais viam a mulher como uma obra em *makie* ou em madrepérola, algo cuja relação com as sombras era indissolúvel, e tudo faziam para imergi-la na penumbra ocultando-lhe braços e pernas em mangas e quimonos longos e destacando-lhe apenas a cabeça<sup>244</sup>.

Em relação às origens do Japonismo, David Almazán Tomás<sup>245</sup> aponta que desde finais do Renascimento, o referente para os liames comerciais e influências artísticas foi a China. Primeiramente na dinastia Ming (1368-1644) e depois pela dinastia Qing (1644-1911). O Barroco e o Rococó foram tendências decorativas europeias exóticas, influenciadas pela denominada *Chinoiserie*. Sua origem remete ao colecionismo de objetos chineses, como porcelana, panelas, móveis, tecidos, etc. Surgiram no Oriente oficinas especializadas na produção de manufaturas voltadas ao gosto ocidental. Também surgiram produções ocidentais que imitavam os objetos chineses.

O segredo da produção da porcelana legítima chinesa não chegou ao Ocidente pelo menos até o início do XVIII. Tanto as peças originais como as imitações chinesas foram utilizadas para a decoração dos interiores dos palácios. Principalmente as legítimas, representavam esplendor e luxo. Os temas que aparecem ligados a *Chinoiserie* são variados, como vegetais, flores, animais e paisagens.

A Espanha apresenta algumas particularidades em relação a difusão da moda oriental. Junto com Portugal, foi um dos primeiros países a alcançar o Extremo Oriente. Em relação ao Japão, o contato com espanhóis e portugueses originou a arte *Namban*, que

<sup>242</sup> PERUFO, Dangelma Maria; CAVALLI, Vanessa. A Obra Cinematográfica como Formadora de Sentidos: uma análise do filme Memórias de uma Gueixa. *Revista GEMInIS*, v. 1, n. 1, p. 317-338, 2010, p. 325.

<sup>243</sup> TANIZAKI, J. Em louvor da sombra. 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 48.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>245</sup> TOMÁS, V. David Almazán; DAVID, Vicente. La seducción de Oriente: de la chinoiserie al japonismo. *Revista Artígrama*, p. 83-106, 2003. p. 92-93.

consiste na arte japonesa realizada com técnicas e temas ocidentais. Também se refere a arte realizada para a exportação, fundamentalmente para a coroa e ordens religiosas. Catarina de Áustria foi uma das mais significativas impulsoras do colecionismo do Extremo Oriente. “En el siglo XVIII, com los Borbones, desde Felipe V e Isabel de Farnesio, la Chinoiserie aparece como renovada influencia desde Francia e Italia, fundamentalmente a través de porcelanas y charoles, esto es, paneles lacados”<sup>246</sup>.

Celina Kuniyoshi é uma das principais autoras brasileiras que é considerada referência sobre o Japonismo. Ela indica que na história das relações entre o Ocidente e o Japão houve dois momentos extraordinários, capazes de constituir um imaginário específico em torno do encontro de povos tão distintos e ainda estimular a imaginação dos ocidentais e dos japoneses. O primeiro momento foi a partir do primeiro contato, no século XVI e o segundo no século XIX<sup>247</sup>. O retorno dos integrantes das missões estrangeiras encarregadas de estabelecer tratados de paz e amizade com o Japão significaram o início do desvendar de segredos do misterioso Japão<sup>248</sup>.

O país que permaneceu por séculos isolado, agora seria conhecido principalmente através de sua arte. Em 1858 os diplomatas tiveram oportunidade de conhecer Edo, a capital japonesa. Os estrangeiros tiveram contato com diversos produtos, no que consideravam “um mundo novo, mais autêntico”. Das coleções de objetos artísticos saíram as ilustrações para os relatos de missões no País do Sol Nascente.

Além desses relatos e de outros que continuaram surgindo, as exposições universais constituíram momentos privilegiados para a divulgação do Japão, país recém-aberto ao intercâmbio internacional bem como para a expansão do entusiasmo pela arte japonesa, posto que, depois da exibição do público em geral, os objetos eram adquiridos por instituições culturais, que organizavam novas mostras, ou por artistas e intelectuais e até mesmo por comerciantes de arte que os revendiam aos colecionadores de “curiosidades nipônicas”<sup>249</sup>.

Em 1867 o Japão inaugurou sua participação oficial em eventos internacionais, na Exposição Universal de Paris. Foram enviados milhares de objetos que evocavam diversos aspectos da vida japonesa, desde maquetes residenciais, produções locais, estampas, contos ilustrados, leques, etc. A exposição resultou em uma descoberta da arte japonesa pelo Ocidente, que provocou uma grande paixão nos meios artísticos e um modismo. O crítico de arte e colecionador francês Philippe Burty inventou a palavra *Japonisme* para descrever o

<sup>246</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>247</sup> KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998. p. 25.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 74-75.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 75.

entusiasmo pelos produtos japoneses que havia se criado na Paris dos anos 1860<sup>250</sup>.

A novidade do ingresso do Japão no rol das nações amigas, o acesso do olhar a esse país misterioso, nebuloso, a constatação de que o período de reclusão voluntária não impedira o desenvolvimento de uma cultura própria, diferente e, mais que tudo, insólita e refinada, e não primitiva como se esperava de um povo conservado à margem da transformação industrial européia e norte-americana despertaram no Ocidente uma curiosidade voraz por tudo que se rotulasse japonês. E a cada aspecto da sociedade nipônica revelado, maior se tornava o entusiasmo pelo Japão, de maneira que o País do Sol Nascente transformou-se na “grande descoberta” da segunda metade do século XIX e do começo do século XX<sup>251</sup>.

Dessa forma, através desse segundo encontro entre o Japão e o Ocidente, surgiu o Japonismo. O “Japão artístico” se transformou na “moda do Japão”, que foi capaz de se estender a vários locais do Ocidente. Um ponto interessante destacado por Kuniyoshi é que somente nas décadas de 1960 e 1970 o Japonismo atraiu o interesse dos pesquisadores e sofreu um grande impulso. No final dos anos 70, surgiram novas investigações que buscavam compreender as influências do Japonismo além do contexto francês. O intercâmbio Japão-Europa-Estados Unidos foi muito amplo, pois englobou arquitetura, design, artes gráficas, etc<sup>252</sup>.

Na pintura, além dos impressionistas e outros artistas franceses, pintores de outros países como o norte-americano radicado em Paris e depois em Londres, James McNeil Whistler (1834-1904), os holandeses Vicent Van Gogh e George Hendrik Breitner (1857-1923), sentiram profundamente o impacto dos tons claros, das cores vivas, brilhantes e sem sombras, dos contornos fortes, da superfície plana, da perspectiva da vista aérea, da paginação inusitada e também dos temas presentes nas estampas de Hiroshige, Hokusai e outros artistas da escola Ukiyo-e – cortesãs, atores de teatro, paisagens do Japão, cenas do cotidiano<sup>253</sup>.

A descoberta da arte nipônica coincidiu com a inquietação de muitos artistas quanto aos rumos da estética ocidental. O Japonismo funcionou como um condutor para os artistas encontrarem soluções para suas próprias representações pictóricas, no sentido de ultrapassarem a aparência puramente exótica dos motivos japoneses. O Japonismo influenciou também na arquitetura europeia, nas decorações de interiores e na própria concepção da ideia de casa<sup>254</sup>.

As linhas retas e verticais presentes nas casas japonesas passaram a trazer influências

<sup>250</sup> NUTE, 1993, p. 28 apud KUNIYOSHI, 1998, p. 76.

<sup>251</sup> DANTAS, 1984, p. 20; LITVAK, 1986, p. 109-114 apud KUNIYOSHI, 1998, p. 78.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 80

<sup>253</sup> Ibidem, p. 80-81.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 81.

para as configurações espaciais utilizadas por alguns pintores, que passaram a representar as figuras femininas com a postura em pé, diferente da clássica postura deitada ou recostada em divãs. Outro aspecto significativo apontado por Kuniyoshi foi o alongamento da figura feminina no vestiário. A autora cita o costureiro Paul Poiret, que ficou famoso por eliminar o espartilho através de desenhos inspirados no quimono. Inicialmente, a proposta de Poiret não foi bem aceita na Casa Worth, local que trabalhava em 1903. Porém, em 1906 ele já possuía um estabelecimento próprio e nomeou a peça baseada no quimono de “Confucius”. A roupa fez muito sucesso e Poiret introduziu o vestido retilíneo de uma só peça.

Mey considera que, a partir dessa inovação, não restam dúvidas a respeito a “origem japonesa da moda de 1907-1908”. E acrescentou que, na publicação *Les Robes de Paul Poiret, racontées par Paul Iribe*, há “diversas variações de capas com mangas kimono, que foram fontes de inspiração para a moda de capas até os anos 1920<sup>255</sup>”.

Um aspecto destacado por Kuniyoshi é que a revista portuguesa *Serões* (janeiro de 1911) destacou a relação da Guerra Russo-Japonesa com as transformações do vestiário feminino ocidental. A repercussão da guerra acabou trazendo maiores olhares para o Japão. Mesmo que a vitória tenha significado um fator de “masculinização” da imagem do Japão, como apresentado anteriormente, também foi possível que o Japão se tornasse mais conhecido e influente no lado artístico e cultural. Neste sentido, foram frequentes as influências do quimono, das mangas japonesas, sobriedade e as estampas.

A influência do Japonismo na literatura ocidental surgiu vários anos após a influência nas artes plásticas. Já haviam se passado três décadas de reabertura do Japão quando foi criada a literatura *japonista*. Seu inaugurador foi Pierre Loti, um oficial da marinha francesa que viajou para o Japão. O primeiro romance de sua autoria foi *Madame Chrysantheme*, que alcançou grande sucesso na França e em outros locais. O mesmo escreveu vários outros livros e uma de suas características era contextualizar o Japão com os detalhes das cidades e costumes. Outro japonista de fama internacional foi Lafcadio Hearn, filho de mãe grega e pai irlandês. Ele era jornalista nos Estados Unidos e viajou para o Japão como correspondente da *Harper's Magazine* em 1890. Acabou se encantando pela terra nipônica e se casou com uma filha de samurai. Adotou o nome da família de sua esposa e adquiriu a cidadania japonesa, transformando-se em Koizumi Yakumo. Eles escreveram alguns livros, a exemplo de *Glimpses of Unfamiliar Japan* (1894) e *Kokoro: Hints and Echoes of Japanese*

<sup>255</sup> MEY, 1986, p. 130-140 apud KUNIYOSHI, 1998, p. 83.

*Inner Life* (1894)<sup>256</sup>.

São escassas as referências sobre as influências do Japonismo no Brasil. Através de um exame sobre as artes plásticas brasileiras no início do XX, é constatável uma forte filiação acadêmica. A ruptura com a Academia só ocorreu com os artistas modernistas, a exemplo de Anita Malfatti que pintou os quadros o japonês (1915/1916) e a japonesa (1924)<sup>257</sup>. “Tudo indica que, no caso da pintura brasileira, se houve influências *japonistas*, elas chegaram filtradas pelos movimentos artísticos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos, os quais foram estimulados pela arte japonesa [...]”<sup>258</sup>.

O Japonismo no Brasil pode ser considerado uma forma peculiar de idealismo utópico subdividido em três tipos: o exotismo pitoresco; exotismo da história e exotismo moderno. No exotismo pitoresco, as imagens do Japão estão relacionadas com aquilo que é diferente, original, sem um paralelo com o Ocidente. Assim, temos aspectos ligados à moral japonesa, costumes e tradições. Os relatos dos viajantes evocam aos sonhos utópicos de um país harmônico<sup>259</sup>.

Já o exotismo da história se apresenta mesclado com o tipo anterior (exotismo pitoresco), em que existe uma relação com a tradicionalidade, através do culto aos antepassados e ao imperador. O exotismo moderno se relaciona com as vitórias do Japão, com destaque para a Guerra Russo-Japonesa. Também ganham destaque as modernizações na Era Meiji, que tornaram possível a metamorfose do Japão de feudal a potência industrial e imperialista em um curto período de tempo. “Essas três vertentes de exotismo – conforme a própria definição do conceito, ‘o que vem de fora não é nativo’ – nos fornece alguns indícios quanto às representações do japonês no imaginário político brasileiro de 1890 e 1940”<sup>260</sup>.

O isolamento nipônico no período do xogunato permitiu que os japoneses construíssem a sua identidade sem a interferência estrangeira. Isso trouxe uma consciência de comunidade para a população japonesa. A rápida modernização do Japão no período Meiji o transformou em um exemplo ambíguo, a ser seguido pelas autoridades políticas e intelectuais brasileiras. Essa admiração possuía como argumento contrário o receio do imperialismo e a degenerescência racial proveniente da miscigenação com os japoneses. “Essas são as imagens do imigrante nipônico durante os primeiros tempos da imigração

<sup>256</sup> Ibidem, p. 86-90.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 93-94.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>259</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 141-142.

<sup>260</sup> KUNYOSHI, apud, 1998, p.9. apud TAKEUCHI, 2016, p. 141.

japonesa até os anos 1920, quando essa corrente imigratória se avoluma significativamente’’<sup>261</sup>.

A primeira representação relacionada ao Japão encontrada nas revistas ilustradas cariocas foi publicada na revista *O Malho* em 14 de março de 1903, com autoria de Joaquim Cunha. Através das características físicas como os olhos puxados, cor de cabelo, penteado e vestimentas, chega-se a conclusão de que a imagem se trata de uma *gueixa*. Ela veste o quimono, uma roupa típica do Japão. Sua fisionomia transmite calma e beleza. O Tratado de Amizade e Comércio entre Brasil e Japão foi firmado em 5 de novembro de 1895. Foi a primeira relação formalmente estabelecida entre os dois países. Naquele período, ainda era pouco o que o Brasil sabia sobre o Japão e os japoneses. Para os intelectuais e as políticas de imigração, os japoneses eram considerados como racialmente inferiores<sup>262</sup>. É importante destacar os tons da imagem, voltados ao amarelo, o tipo racial em que os japoneses eram enquadrados. Entretanto, já existiam admirações pela cultura oriental tão distante e diferenciada.

Figura 12. A Gueixa



*O Malho*, Rio de Janeiro, n. 26, 14 de março de 1903, (capa), AFBN/RJ

<sup>261</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)**. EDUSP, 2016, p. 109.

<sup>262</sup> “Segmentos da intelectualidade brasileira, dentre os quais renomados intelectuais, médicos e psiquiatras eugenistas, somaram forças com as elites agrárias ao favorecer o ingresso do imigrante branco, ocidental e católico (CARNEIRO, 2010, p. 64)”.

Sendo assim, as primeiras representações, baseadas em curiosidades sobre a cultura japonesa, se preocupavam em reforçar a ideia do Japão como um local distante, diferente e interessante. Encontramos nesse sentido um aspecto de dualidade. Ao passo que os japoneses não eram desejáveis, possuíam também uma atração exótica. A partir desse exotismo, é possível localizar facilmente nas revistas ilustradas diversas propagandas de produtos japoneses, como roupas, leques, perfumes, etc.

No Brasil o Japonismo se manifestou através da “moda do Japão”, em que foi comum os membros da elite carioca se vestirem “à japoneza”<sup>263</sup>. “Enfim, esse conjunto de elementos estéticos sintetizam a visão de um Japão ‘ainda feminino’.”<sup>264</sup> É importante destacarmos que essa publicação é anterior a Guerra Russo-Japonesa. Apesar da “masculinização” proveniente da vitória na guerra, os olhares do mundo em direção ao Japão foram ampliados<sup>265</sup>. Dessa forma, ficaram evidentes suas modernizações, ambições militares, mas também a cultura exótica japonesa.

A *Revista da Semana* apresentou algumas manchetes voltadas a curiosidades sobre o Japão. Destacamos o amplo uso de fotografias e desenhos. A primeira, publicada em 14 de agosto de 1904 é intitulada *Curiosidades Mundiaes, as religiões japonezas*. Em tom informativo é apresentado o mito dos deuses fundadores, com a imagem de Amaterasu e também é tratado o budismo. Em 16 de outubro de 1904, foi feita outra publicação no mesmo estilo, preocupada em apresentar as divindades japonesas.

<sup>263</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Edusp, p. 26.

<sup>264</sup> DEZEM, R. Matizes do “Amarelo”: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 259.

<sup>265</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. EDUSP, 2016, p. 83.

Figura 13. Curiosidades mundiaes



Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 00222, 14 de agosto de 1904, p. 3, AFBN/RJ

Figura 14. Curiosidades Mundiaes



Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 00231, 16 de outubro de 1904, p. 5, AFBN/RJ

No que diz respeito a literatura, Kuniyoshi indica que os primeiros divulgadores do haikai ou haicai<sup>266</sup> em português foram Afrânio Peixoto, com sua obra *Trovas populares*

<sup>266</sup> Poema minimalista em estilo japonês composto de três versos simples. A versão com k se refere ao estilo tradicional, já a com c consiste na forma brasileira. Ainda hoje existem haicaístas no Brasil, como apresenta GUTTILLA (2018).

*brasileiras* (1919) e Wenceslau Moraes, com o livro *Relance da Alma Japonesa* (1926). A primeira coletânea de haikai escrita em português do Brasil foi de Waldomiro Siqueira Júnior, de 1933. Apesar disso, o primeiro haikai (com k por se tratar do original japonês) escrito em solo brasileiro foi produzido por um imigrante chamado Shuei Uetsuka. Ele chegou em Santos-SP no ano de 1908. Não se tem registro se ele veio pelo Kasato Maru ou não, mas pelo ano é possível concluir que ele pertenceu a um dos grupos pioneiros no estado. O haikai de Shuei Uetsuka representou justamente a suas primeiras impressões sobre a costa brasileira<sup>267</sup>.

*Karetaki o miagete tsukinu iminsen*

A nau-imigrante

Chegando: Vê-se lá no alto

A cascata seca.

O livro *No Extremo Oriente: o Japão*, de Moreira Guimarães, também possuiu relevância no período e pode ser considerado um introdutor das poesias japonesas no Brasil. Sua primeira edição foi publicada pela revista *Kosmos* em 1907. Foi encontrada a propaganda de venda do livro de Moreira Guimarães na revista *Fon-Fon!*, publicada em 25 de abril de 1908. Essa propaganda se repetiu em outros volumes da revista.

Figura 15. No Extremo Oriente



*Fon-Fon!*, Rio de Janeiro, n. 0003, 25 de abril de 1908, p. 34, AFBN/RJ

<sup>267</sup> CLEMENT, R. História do Haikai Brasileiro. 2014. Disponível em: <<https://www.thehaikufoundation.org/omeka/files/original/6922ed1691a22f4edd0aa3291f8017b9.pdf>> Acesso em: 18.06.2023.

O livro possuiu grande divulgação na imprensa, em especial na carioca. A obra reúne características do exotismo pitoresco, exotismo da história e exotismo moderno. A imagem apresentada por Moreira Guimarães em seu livro demonstra os japoneses como um “grande povo” e a “gente mais ocidentalizada de toda a Ásia”. Além disso, O Japão é visto como um modelo de civilização pelas velozes modernizações provenientes da Era Meiji<sup>268</sup>.

Um ponto destacado por Takeuchi, é que a simpatia demonstrada pelo autor de *No Extremo Oriente: o Japão* demonstra uma continuidade da idealização do Japão como Estado e modelo para o Brasil. Apesar disso, as principais qualidades ao Japão e aos japoneses, como “o povo mais ocidentalizado da Ásia”, não eram enxergadas pela maioria dos intelectuais e autoridades nacionalistas brasileiras como algo positivo. A força e a organização dos nipônicos poderiam representar um risco, ou melhor “perigo”, para a nacionalidade brasileira.

Celina Kuniyoshi<sup>269</sup> afirma que o Japonismo no Brasil não se expandiu para diversos campos como ocorreu na Europa, como um fenômeno cultural que ultrapassou os limites das artes plásticas e influenciou a sociedade como um todo entre 1850 e 1920. São escassas as contribuições diretas do Japonismo no Brasil sem o filtro europeu ou norte-americano, com exceção dos relatos de viagem a Terra do Sol Nascente. Apesar disso, a autora salienta que aqui a “moda do Japão” também foi vivida, com suas características próprias.

E essa moda estava diretamente associada ao afã cosmopolita que tomara de assalto a mentalidade do Brasil republicano, na passagem para o século XX. O Brasil ingressava na era moderna com a criação de instituições nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transportes e comunicações. Ostentava grandes planos urbanísticos arrasando os centros antigos das grandes cidades brasileiras. Havia uma vontade de instituir o novo, de estar a par com o que se passava na Europa, principalmente em Paris<sup>270</sup>.

Dessa forma, o Japonismo no Brasil foi presente através principalmente das peças de teatro, publicações relacionadas a curiosidades sobre o Japão, sua cultura e a venda de variados produtos japoneses, com algumas lojas voltadas para esse meio. Uma charge muito significativa, que mescla esse modismo dos produtos japoneses com a imagem construída de um Japão “masculinizado”, exemplo a ser seguido no quesito do desenvolvimento e conflitos militares, foi publicada pela revista *Fon-Fon!* em 1909. A charge é tão importante que foi abordada pelas principais referências sobre o imagético relacionado aos imigrantes

<sup>268</sup> TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas: Preconceito e Imaginário Social (1897-1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016, p. 109-111.

<sup>269</sup> KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998. p. 97-98.

<sup>270</sup> KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998, p. 97.

japoneses nas revistas ilustradas, que são os autores Márcia Yumi Takeuchi (2016), Rogério Dezem (2005) e Celina Kuniyoshi (1998).

Destaca-se que no período da publicação, a imigração japonesa para o Brasil já havia iniciado. Isso se aplica também para o modismo relacionado ao Japão, que permaneceu significativo até meados da década de 1920. Neste sentido, fica evidente que os estereótipos anteriores permaneceram, trazendo influências para as visões relacionadas aos japoneses. A propaganda a seguir é classificada como uma charge, pois a mesma não apenas funciona como um meio de divulgação. No texto que acompanha a charge consta:

*“Affonso Penna: - (Sahindo do Bazar Japão) Snrs. Ministros; já uzamos o Jiu-tsiu nos exercicios dos nossos Marinheiros agora nos vestidos de Kimonos japonezes, que tal? Que figura nós faremos?...”*

*Calmon, D. Campista e Rio Branco: - Bella figura Exmo; trajes excellentes para nosso clima; são de la. Este Bazar Japão tem novidades e coisas ricas a que não se póderezistir.*

*T. de Lyra: - O dentifricio Pebeco, é o melhor da epocha.*

*Hermes: - Que fino chá esta caza vende.*

*Alexandrino: - E outros muitos artigos de luxo e para viagem que só aqui e no Japão se pode obter.*

*Affonso Penna: - A casa mais completa que conheço neste genero é o Bazar do Japão, Avenida Central, 118.”*

Figura 16. Bazar Japão



A imagem possui um grupo de homens saindo da loja Bazar do Japão, localizada no centro do Rio de Janeiro. Eles estão vestindo roupas e acessórios japoneses, como quimono, chapéu típico e sombinhas. Estão vestidos “à japoneza”, um modismo da época. É perceptível que eles carregam pacotes, prováveis produtos que compraram na loja. Através da associação entre texto e imagem, é possível identificar quem são esses personagens representados na charge.

Affonso Penna foi Presidente da República, entre 1906 e 1909. Miguel Calmon Du Pin e Almeida foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas entre 1906 e 1909. Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912. Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra entre 1906 a 1909 e posteriormente presidente entre 1910 e 1914<sup>271</sup>.

No diálogo é evidenciada uma valorização dos produtos e da cultura japonesa, como a luta, o chá e artigos de luxo. Mais do que uma mera exposição dos produtos, se observa o foco de repetir no Brasil a modernidade, “o salto, político e militar-experimentada pelos nipônicos”<sup>272</sup>. A charge mescla os dois principais estereótipos relacionados ao Japão, o de guerreiro *samurai* (masculino) e o de *gueixa* (feminino). O primeiro é demonstrado pela presença exclusiva de homens na imagem. E são “homens da política”, que representam e espaço público, o exterior. Eles representam os assuntos diplomáticos, negócios, etc. Diferentemente das compras femininas, que são mais voltadas a produtos de beleza e lar, os homens também fazem do local de compras um espaço para discutir seus assuntos diplomáticos. Mas sem deixar de apreciar as novidades e os produtos exóticos, afinal era a última moda.

A presente pesquisa constatou diversas propagandas de produtos japoneses e curiosidades relacionadas ao Japão nas quatro revistas escolhidas para o trabalho, *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Revista da Semana* e *Careta*. Também foram encontradas fotografias de brasileiros vestidos “à japoneza”, similares à charge acima. Isso demonstra a influência do Japonismo no imaginário carioca, no público leitor e também consumista dos produtos japoneses.

<sup>271</sup> TAKEUCHI, Marcia Yumoi. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 29-30.

<sup>272</sup>Ibidem, p. 30.

Figura 17. Blusas de linho japonezas

**Blusas de Linho Japonezas**



◎ ◎ **BORDADAS Á MÃO**

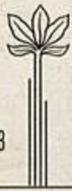
**VERDADEIRA NOVIDADE**

*Grande importação directa de artigos do Japão próprios para presentes. Sedas, Porcellanas, Linhos, Cortinas, Bimbos, Quadros de Xarão com madreperola, Jarros, etc., etc.*

**Preços Reduzidos**

73, RUA GONÇALVES DIAS, 73

**ARMINIO F. ANDRADE, IMPORTADOR**



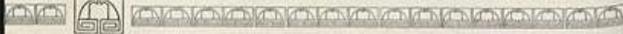
Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0045, 6 de novembro de 1909, p. 23, AFBN/RJ

Figura 18. Casa Nippon

**CASA NIPPON**

**SEDA, LEQUE, PORCELANAS, MOVEIS DE BAMBÚ E DE MADEIRA, GRAVURAS, BRINQUEDOS E MUITOS OUTROS PRODUCTOS DA INDUSTRIA JAPONEZA.**

• **IMPORTAÇÃO DIRECTA DO JAPÃO** •



**168, RUA URUGUAYANA, 168**

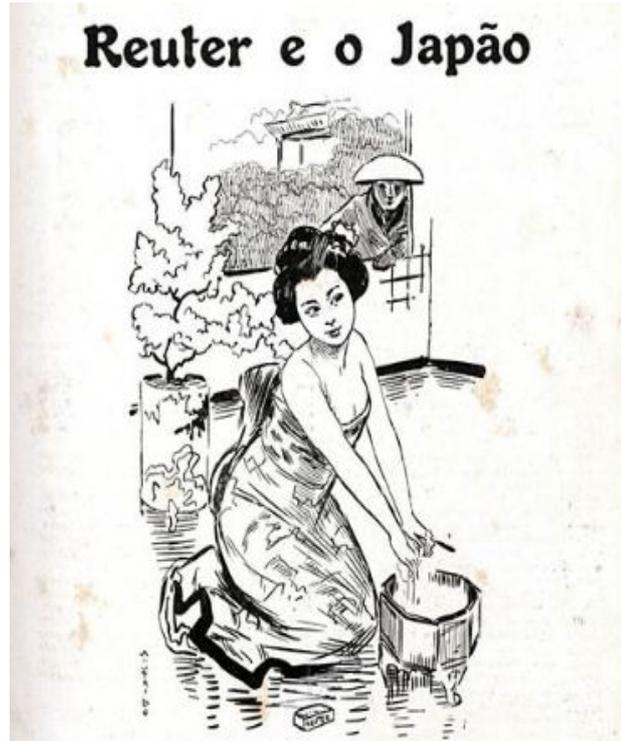
Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0047, 25 de novembro de 1911, p. 53, AFBN/RJ

Figura 19. Sabonete Reuter



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0008, 24 de fevereiro de 1912, p. 7, AFBN/RJ

Figura 20. Sabonete Reuter



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0032(1), 7 de agosto de 1915, p. 9, AFBN/RJ

Figura 21. Mulheres se banhando



Challaye, 1915, p. 17 apud Kuniyoshi, 1998, p. 120.

As imagens 19 e 20 apresentam propagandas do sabonete Reuter. A primeira foi publicada em 1915 pela revista *Fon-Fon!*. A segunda em 1912, pela mesma revista. Esta consiste em uma propaganda que se repete, é possível encontrá-la em outras revistas e em outros períodos, a exemplo de sua aparição em *Careta* no ano de 1911. A primeira imagem

demonstra duas mulheres com características japonesas, como uso de quimonos, penteado típico e o costume de sentar-se no chão. Elas se encaram com expressões suaves e parecem estar conversando enquanto uma lava as mãos com o sabonete Reuter.

A mulher da imagem 20 está na mesma posição, mas está sozinha no cômodo. É visível que ela percebe que é observada por uma figura pela janela. Ao comparar as propagandas com a fotografia (imagem 21), pode-se concluir que as mulheres estão se banhando com o sabonete Reuter. Os textos que acompanham as propagandas do sabonete enaltecem as qualidades das japonesas, como a beleza da pele, do corpo e a higiene. Ambas as propagandas remetem ao imaginário da construção da imagem da *gueixa*. Transmitem feminilidade, beleza e também o fetiche erótico, como demonstrado na imagem 20.

Mary Douglas indica que existia um fetiche da limpeza, sendo o mais “puro” e superior associado ao mais limpo. Nos rituais religiosos, mas não apenas, a reflexão sobre a impureza gera uma oposição entre ordem/desordem, ser/não ser, forma/ausência, vida/morte. “Onde quer que as idéias de impureza estejam fortemente estruturadas, a sua análise revela que põem em jogo estes profundos temas”<sup>273</sup>. Em uma simples propaganda de sabonete, existe a possibilidade de encontrarmos variados sentidos. Na do sabonete Reuter, podemos enxergar a *gueixa* como um símbolo não só do feminino oriental, mas também de pureza. É transmitida uma ideia que ao utilizá-lo, a mulher brasileira poderia incorporar tais qualidades. Nesse sentido, a imagem da gueixa na propaganda consiste em uma imagem positiva.

<sup>273</sup> DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. **Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**, 1976, p. 9.

Figura 22. A brasileira



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0042(1), 15 de outubro de 1921, p. 7, AFBN/RJ

Figura 23. A brasileira



Careta, Rio de Janeiro, n. 0695, 15 de outubro de 1921, p. 27, AFBN/RJ

As imagens 22 e 23 também consistem em uma propaganda que se repete. Podemos encontrá-la em outros volumes e em outras revistas. Um ponto interessante a destacarmos é que a modelo não apresenta traços asiáticos, diferente da propaganda do sabonete Reuter. Essa loja geralmente fazia propagandas com a mesma personagem, que pelo nome, podemos interpretá-la como uma brasileira. Não é a representação de uma japonesa, mas de uma brasileira que está vestida com o modismo do Japão. Esse é um dos principais aspectos do Japonismo no Brasil, a “Moda do Japão” que aqui se incorporou. “A utilização de imagens de mulheres ocidentais em trajes típicos japoneses foi moda na Europa nas décadas de 1860 e 1870, quando o japonismo estava em voga”<sup>274</sup>. Aqui no Brasil não foi muito diferente neste aspecto, só posterior. Nas revistas ilustradas cariocas podemos observar diversas aparições de indivíduos vestidos “à japoneza”.

Figura 24. Chá no Instituto de protecção a criança em Nicteroy.



Careta, Rio de Janeiro, n. 0425, 12 de agosto de 1916, p. 13, AFBN/RJ

<sup>274</sup> DEZEM, R. **Matizes do “Amarelo”**: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 277.

Figura 25. Criança vestida à japoneza.



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 4, 23 de janeiro 1909, p. 18, AFBN/RJ

Figura 26. Fon-Fon em Copacabana



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 46, 13 novembro 1909, p. 7, AFBN/RJ .

Para a análise das fotografias, foram levados em consideração os aspectos (da própria foto) e externos (da publicação, ano, recepção, etc)<sup>275</sup>. A imagem 24, que consiste na verdade em três fotografias, foi publicada pela revista *Careta* em 1916. Pode-se observar apenas figuras femininas, sendo as três últimas crianças. A maior partes das mulheres está vestindo roupas e acessórios japoneses, típicos da “Moda do Japão”. Estão presentes o característico quimono, sombrinha e flores no cabelo. Elas estão em um ambiente aberto, que lembra um jardim ou uma sacada, onde pode-se visualizar a presença da natureza. Essas fotografias não possuem um texto que explique maiores detalhes, como as identidades dessas mulheres. As fotografias possuem apenas a legenda “Chá no Instituto de protecccção a criança em Nicteroy”.

As fotografias 25 e 26 foram publicadas por *Fon-Fon!* em 1909. Transmitem imagens similares, de meninas vestidas com a moda do Japão. Eram comuns as publicações na revista de brasileiros vestidos “à japoneza”. Geralmente eram mulheres, mas também apareciam políticos, intelectuais, viajantes ou suas filhas. A imagem 25 apresenta uma menina. identificada com Sylvia, filha do comerciante Antônio Camacho Filho. Já a seguinte apresenta uma jovem mulher, identificada como Maria da Glória, filha do Dr. Pagliano. “Desse modo, podemos afirmar que esse ‘retrato do Japão’ era adotado também por integrantes da elite urbana do Rio de Janeiro, a então capital da República, o que comprova a circulação desses ideais e sua difusão junto aos setores médios através da imprensa”<sup>276</sup>.

As mulheres das fotografias estão em um clima festivo e vestir-se “à japoneza” praticamente é se fantasiar de gueixa. Mesmo que não fosse comum os brasileiros se vestiresm cotidianamente como japonezes, foi comum a venda dos acessórios, tecidos e o hábito de montar figurinos para posar para fotografias. Isso demonstra que o Japão estava presente no imaginário carioca da época de forma estereotipada.

Como já citado anteriormente, as publicações de curiosidades e notícias relacionadas ao Japão permearam todo o período analisado. A seguir, nas imagens 27, 28 e 29 pode-se constatar publicações voltadas a Exposição Internacional do Centenário da Idenpendência<sup>277</sup>. A exposição aconteceu no Rio de Janeiro, então capital federal. É considerada uma das mais ambiciosas atividades comemorativas até então programadas. Foram apresentados alguns aspectos similares a primeira exposição internacional, realizada

<sup>275</sup> MAUAD, A. M. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editoria/Faperj, p. 365-385, 2006.

<sup>276</sup> TAKEUCHI, M, Y. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, p. 33.

<sup>277</sup> < <https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil>> acesso 06.07.2022.

em Londres no ano de 1851. O símbolo foi o Palácio de Cristal e as “vitrines do progresso”.

“O mais importante, e ainda hoje é assim, era a afirmação do prestígio nacional, representado pelos pavilhões de cada país que constituíam a ossatura das exposições”<sup>278</sup>. Na avenida das Nações ficaram alinhados os palácios de honra das representações estrangeiras. Treze países se fizeram representar, entre eles o Japão, sendo o único país da Ásia na exposição. Tais publicações fizeram o amplo uso de fotografias e valorizaram a influência japonesa no Brasil. É visível a presença dos estereótipos, com destaque para a *gueixa*.

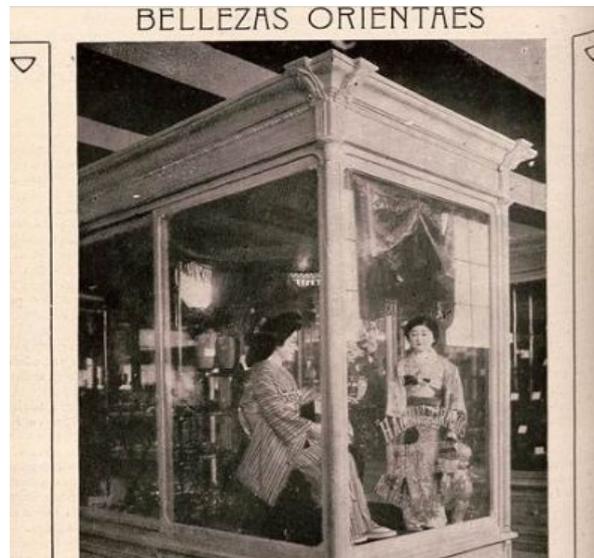
Figura 27. O dia do Japão



Careta, Rio de Janeiro, n. 0735, 22 de julho de 1922, p. 23, AFBN/RJ .

<sup>278</sup> Idem.

Figura 28. Bellezas Orientaes



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0039A, 30 de setembro de 1922, p. 58, AFBN/RJ .

Figura 29. Nas obras do pavilhão japonês



Careta, Rio de Janeiro, n. 0735, 22 de julho de 1922, p. 23, AFBN/RJ .

Entre as publicações sobre a Exposição Internacional do Centenário da Independência, foi localizada uma charge publicada pela revista *Careta*. A imagem acompanha a frase:

- *Está vendo, Exc., os japonezes amarram tudo e não botam um prego.*
- *São diferentes dos americanos que em tudo metem prego... e estopa!*

A charge possui dois homens no canto direito, vestidos com roupas que trazem a ideia de que fazem parte da classe burguesa. Utilizam terno, chapéu, guarda-chuva e gravata. Eles representam a opinião pública, o que se fala ou pensa na rua. O homem mais baixo aponta para os homens que estão trabalhando no meio da imagem. Eles utilizam roupas mais frescas e de tão bem equilibrados nas vigas de bambu, remetem a macacos. A cor utilizada para representá-los (amarelo) também traz ideia do preconceito racial. As representações e discursos que estigmatizaram os japonezes por sua raça foram comuns, como será apresentado no próximo capítulo. Além disso, também existe na imagem uma exaltação aos americanos, pois a expressão “prego sem estopa” era utilizada como um reflexo de desleixo, trabalho mal feito.

### **SESSÃO 3. REPRESENTAÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NAS REVISTAS ILUSTRADAS CARIOCAS**

#### **3.1 Representações sobre a primeira iniciativa para a vinda dos imigrantes japoneses**

A história da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro remonta a antes da imigração pelo *Kasato-maru* em 1908. Com a celebração em 1895 do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil e o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, foi instalada no Rio a primeira Legação Japonesa, tendo sido o primeiro passo nas relações entre os dois países, mas, antecedendo-se a ela, já se viam no Estado do Rio de Janeiro as primeiras pegadas do que se poderia chamar de pré-história da imigração<sup>279</sup>.

É comum a afirmação de que o marco inicial da imigração japonesa para o Brasil foi a chegada de 781 imigrantes japoneses ao porto de Santos pelo navio *Kasato Maru*, em 18 de junho de 1908. Entretanto, investigações minuciosas no Arquivo Nacional e na Biblioteca do Itamaraty trouxeram fontes de que o estado do Rio de Janeiro já havia recebido japoneses

<sup>279</sup> SHIKADA, A. *et al.* **História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2008, p. VIII.

antes da chegada do *Kasato Maru*. A maior parte dos autores que exploraram a temática não citaram a informação do pioneirismo do Rio de Janeiro<sup>280</sup>. Através de levantamento bibliográfico em plataformas online e referências impressas, foi possível constatar que ocorreu um ofuscamento da temática e ainda são poucas as pesquisas voltadas a imigração japonesa para o estado do Rio de Janeiro<sup>281</sup>.

Existem evidências esparsas de japoneses no Rio de Janeiro ainda no século XIX, como o tocador de charamela conhecido como vovô Akiba, o professor de jiu-jitsu da Guarda Real chamado Manji Takezawa e o aristocrata Wasaburo Otake, este último que possuiu uma presença notória. Ele é considerado por muitos como o primeiro japonês a chegar ao Brasil. Ele recebeu um convite do neto de D. Pedro II para acompanhá-lo em sua viagem de retorno ao Brasil. Wasaburo Otake chegou ao Brasil em 1889 como integrante do cruzador brasileiro Almirante Barroso. O japonês ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro, mas foi expulso após a Revolta da Armada e retornou ao Japão. Em 1897 ele foi integrado à Legação Japonesa com o cargo de intérprete<sup>282</sup>.

Wasaburo Otake se destacou pelo lançamento do primeiro Dicionário Japonês-Português em 1918 e do Dicionário Japonês-Português em 1925. Publicou, também, um livro sobre Conversação Português-Japonês e trabalhou na Embaixada do Brasil até a interrupção das relações diplomáticas por ocasião da Segunda Guerra Mundial<sup>283</sup>.

Apesar dos esparsos pioneiros, a primeira tentativa voltada a introdução de um grupo de imigrantes japoneses no Brasil ocorreu em 1894. A companhia especializada em emigração *Kichisa-Imin-Kaisha* entrou em contato com a companhia paulista Prado & Jordão. Em virtude da inexistência de um tratado de reciprocidade que trouxesse garantias para ambos, a ideia não prosseguiu. Em 5 de novembro de 1895 foi firmado em Paris o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países<sup>284</sup>. Em 1897, quase dois anos após o tratado, o jornal *O Lynce* publicou sobre a expectativa da entrada de imigrantes japoneses no estado do Rio de Janeiro<sup>285</sup>.

<sup>280</sup> MARTINS, Ismênia de Lima et al. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. **TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza e TAKEUCHI, Marcia Yumi**, 2010, p. 150.

<sup>281</sup> Foram utilizadas como principais referências para o tema os trabalhos de (NETO, 2015), (MARTINS et al., 2002), (SHIKADA, 2008) e (CUNHA, 2020).

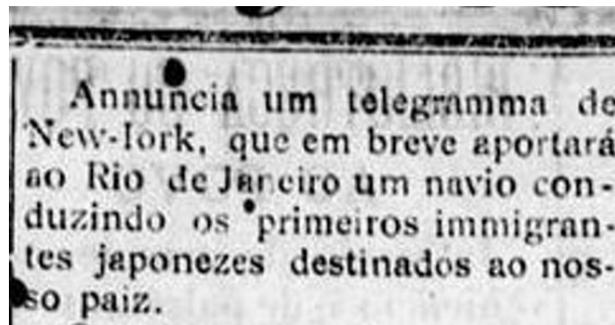
<sup>282</sup> MARTINS, Ismênia de Lima et al. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. **TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza e TAKEUCHI, Marcia Yumi**, 2010, p. 150.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>284</sup> REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991, p. 34.

<sup>285</sup> CUNHA, Fernando Cesar Pereira da. A imigração japonesa no Brasil: o caso do “pioneirismo” macaense (1890-1945). INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (UFF

Figura 30. publicação de O Lynce sobre japoneses



O Lynce, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1897, Propriedade de uma Associação, a fonte foi citada por (CUNHA, 2020).

É importante ressaltar que *O Lynce* era um jornal local de Macaé e um dos seus colaboradores era o político Alfredo Backer, que veio a se tornar presidente do estado do Rio de Janeiro em 1906. Como será demonstrado nas charges a seguir, a figura de Backer ficou associada a entrada dos imigrantes japoneses no Rio de Janeiro. Apesar de não terem sido localizados trabalhos ou fontes que indiquem que Backer foi de fato um grande incentivador da imigração japonesa, o jornal *O Lynce* publicou diversas notícias sobre o assunto. Esse fato pode representar a influência de Backer em divulgar a imigração japonesa através do periódico<sup>286</sup>.

Em 26 de julho de 1907 ocorreu uma sondagem na região de Macaé-RJ voltada a introdução de imigrantes japoneses, o jornal *O Lynce* noticiou o episódio em duas edições. Através dessa sondagem, foi firmado um contrato em novembro de 1907 que permitiu a formação da primeira colônia de imigrantes japoneses, localizada na Fazenda Santo Antônio em Macaé.

Por parte do Estado era interessante que os japoneses desenvolvessem tais as terras, da baixada fluminense, e também fundassem indústrias na região, já para o Japão seria proveitosa a possibilidade de uma redução nas insurreições populares por conta dos problemas sociais que ocorriam no período; por fim, Ryu Mizuno teria lucro em sua empresa através das viagens feitas pelos imigrantes. Tendo esses benefícios sido levados em conta, foi assinado o contrato entre Alfredo Backer, macaense e presidente do estado do Rio de Janeiro, e Raphael Monteiro, agente da Companhia Imperial de Emigração<sup>287</sup>.

CAMPOS DOS GOYTACAZES), 2020., p. 54.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>287</sup> Idem.

A iniciativa da Fazenda Santo Antônio foi liderada por Saburo Kumabe, que incentivado pelo relatório do Ministro Fukashi Sugumura<sup>288</sup>, desenvolveu um projeto de implementar uma colônia de imigrantes japoneses no Brasil. Kumabe liderou a iniciativa, levando um grupo de seis famílias japonesas, incluindo sua própria. “Eram os Honda, Kumabe, Yasuda, Marutama, Nagase e Torii”<sup>289</sup>. Um ponto importante é que um dos objetivos de Kumabe era o de se estabelecer na colônia e posteriormente atrair mais imigrantes, ele não buscava obter lucros e retornar ao Japão. A ideia era que a colônia se tornasse um “novo Japão” para os seus imigrantes<sup>290</sup>.

Cada imigrante recebeu 15 hectares e o direito de viver no local sem custos por até 10 anos. Apesar dos esforços, a experiência durou apenas poucos anos. Os colonos não possuíam experiência com o trabalho agrícola e fatores como a impropriedade de terras para o cultivo e falta de investimento necessário causaram o fim da colônia<sup>291</sup>. Apesar disso, a colônia da fazenda Santo Antônio é considerada a primeira experiência de introdução de imigrantes japoneses no Brasil que se concretizou<sup>292</sup>.

Através de buscas relacionadas a imigração japonesa nas revistas ilustradas cariocas, foram encontradas na revista *O Malho* algumas charges que retrataram a chegada dos imigrantes japoneses no Rio de Janeiro, no período anterior ao *Kasato Maru*. A charge a seguir representa a assinatura do acordo para a implementação da colônia de Santo Antônio.

A charge acompanha o texto:

*O japonês: Yamagata Nodzú Koroki Nodgi Togo Oyama Kamimura Oku?*

*Alfredo Backer: Oui! Aceito com especial agrado a proposta do presidente da Companhia de Emigração do Japão para a introdução de imigrantes japoneses no território fluminense. Sou capaz de assinar já o contracto!*

*Nilo Peçanha (á parte): - Puxa! Este Backer sahiu melhor do que a encomenda. Não só entende perfeitamente o idioma japonês, como não cochila para resolver as questões...*

*Zé Povo: - Faz ele muito bem! Tudo é povoamento do sólo, e os japoneses são cabras escovados. Não andamos aqui a mastigar marmelada sem sahir de cêpa torta... Pois que venham os bravos nippões ensinar-nos a pegar... me! Antes eles do que essa fradaria que nos há de fazer descascar arroz... com a tromba!...*

<sup>288</sup> O relatório Sugumura foi tratado em maiores detalhes no capítulo 1.

<sup>289</sup> REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991, p. 51.

<sup>290</sup> NETO, Marcionilo Euro Carlos. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E O ENSINO DE JAPONÊS. **Anais do VI SAPPIL-Estudos de Linguagem**, p. 354-369, 2015, p. 357.

<sup>291</sup> SHIKADA, Akiyoshi et al. História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

<sup>292</sup> NETO, Marcionilo Euro Carlos. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E O ENSINO DE JAPONÊS. **Anais do VI SAPPIL-Estudos de Linguagem**, p. 354-369, 2015, p. 357-359.

Figura 31. A imigração japonesa na Praia Grande



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0253, 20 de julho de 1907, p. 7, AFBN/RJ .

O homem alto e curvado com uma caneta na mão assinando o documento é Alfredo Backer, o presidente do estado do Rio de Janeiro. O homem sorridente e mais baixo, que segura o documento e observa Backer é Rafael Monteiro, que representava a Companhia Imperial de Imigração. Já o homem de olhos puxados que sorri é possivelmente o japonês Ryu Mizuno, o dono da Companhia Imperial de Imigração. Mesmo que ele não estivesse fisicamente no momento da assinatura, a iniciativa tinha o potencial de trazer diversos lucros para a sua empresa. Além disso, Ryu Mizuno foi uma figura importante para a introdução dos imigrantes japoneses no país, logo faz sentido representá-lo em um momento como o da imagem.

Também estão presentes as figuras de Nilo Peçanha, que era o vice-presidente do Brasil e Zé Povo, um personagem que representava a opinião pública. O humor se constrói com todos os personagens vestidos “à japonesa” com quimonos, sandálias, chapéu e as tradicionais katanas (espadas samurais). Diferentemente dos brasileiros que se caracterizavam como japoneses em momento festivos, nessas charges a ideia apresenta um sentido diferenciado. Em tons de crítica e humor, os personagens estão fortemente influenciados pelo Japão e “vestem a camisa” do país nipônico. É visível também a

bandeira do Japão na toalha da mesa em que está sendo assinado o documento.

O único personagem em trajes ocidentais é Zé Povo, que apresenta uma fala irônica, mas ao mesmo tempo com traços da imagem que o Japão conquistou após a Guerra Russo-Japonesa. Os “bravos nippões” são aqueles que se modernizaram muito rápido, venceram a guerra e agora estão vindo como imigrantes para o Brasil.

Outra questão abordada na fala de Zé Povo é o plantio do arroz, tema presente em outras charges relacionadas aos japoneses, como no caso da imagem 39. O arroz era um produto comum no Japão e o seu cultivo foi uma das atividades exercidas pelos imigrantes japoneses nas colônias formadas no país. A fala do deputado fluminense Nestor Ascoli é significativa nesse sentido, pois demonstra que um dos objetivos das autoridades japonesas era o plantio do arroz no Rio de Janeiro.

O plano dos Japonezes no Estado do Rio de Janeiro é considerável. Pretendem na Baixada Fluminense produzir em arroz, uma riqueza igual, senão superior, á que São Paulo produz em café. A superprodução não os deve atemorizar, porque elles saberão evita-la com o senso eminentemente economico e previdente que admiravelmente os distingue. Mas, mesmo que elles não possam fazer tanto nesse sentido, o que é certo é que farão muito, produzirão muito, em todos os ramos da actividade industrial e agrícola<sup>293</sup>.

A charge a seguir apresenta um grupo de políticos da época e um dos temas em debate é a entrada dos japoneses no país. O trecho que acompanha a imagem consiste em:

*Zé Povo: - Senhores, a propaganda no exterior está custando os olhos da cara, mas os resultados estão aparecendo: Magali e uns araras americanos convenceram-se de que isto aqui era o El-Dorado, vieram conquistá-lo, mas levaram uma esfrega mestra em Bhéos.*

*Calmon: - De malucos ninguém se livra!... Mas tanto dá resultado a propaganda, que além dos europeus, os japonezes estão entrando em penca. E não vêm só imigrantes: já temos uma casa japonesa na Avenida, outra na Travessa do Ouvidor, em S. Paulo há diversas e até um cinematographo japonês. Os suíços ahi vêm estabelecer queijarias, etc... etc.*

*Rio Branco: - E nas Buropicas não se falla hoje noutra cousa sinão no Brazil. O Congresso de Haya foi uma bomba, e si não estamos ha mais tempo na ponta, é devido aos ministros vadios ou pouco competentes que passaram pela repartição das Relações Exteriores.*

*Alexandrino: - Até o Doumer disse em Bordeaux que a nossa esquadra, em breve, estaria igual á da França!*

*Zé Povo: - Isso é que é entusiasmo! Viva a República!*

*Penna: - Está tudo muito bom e muito bonito; mas arrumem as cousas de fôrma que no fim da festa não se faça feio, estourando toda esta joça! Porque em verdade lhes digo: Vocês estão indo com muita sede ao pote!...*

<sup>293</sup> ASCOLI, 1924, p. 17 apud CUNHA, 2020, p. 57.

Figura 32. Entusiasmo esfriado



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0273, 7 de dezembro de 1907, p. 3, AFBN/RJ.

Os personagens apresentam cabeças em tamanhos desproporcionais, algo comum em caricaturas. Isso também pode representá-los como detentores de opiniões, até porque o grupo era formado por políticos. Estão presentes Barão de Rio Branco<sup>294</sup>, Ministro das Relações Exteriores; Afonso Penna<sup>295</sup>, presidente da República; Alexandrino Faria de Alencar, Senador da República; Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Calmon de Pin havia retornado em 1906 de uma missão ao Oriente e foi eleito como deputado federal. Ele se destacou na Câmara como um dos principais adversários do Convênio de Taubaté, uma iniciativa firmada entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de valorizar o preço do café<sup>296</sup>.

Calmon acreditava que a intervenção só trazia benefícios a São Paulo e resultava em um ônus a economia nacional. Sua fala é a única na charge que cita diretamente os japoneses. Ela diz respeito a propaganda do Brasil no exterior, com o objetivo de atrair imigrantes para a lavoura. Mas tal propaganda deu resultados não tão esperados, como a entrada “em penca” de japoneses. É importante destacar que a charge é de 1907, anterior a chegada de levas numerosas após o *Kasato Maru*. Apesar disso, a charge demonstra que no período já existiam críticas a iniciativa e a ideia dos japoneses como seres que se espalharam

<sup>294</sup> <https://antigo.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades/132-barao-do-rio-branco>

<sup>295</sup> <https://atlas.fgv.br/verbetes/afonso-pena>

<sup>296</sup> BRANDI, Paulo. <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CALMON,%20Miguel.pdf>> acesso 02.06.2023

de forma desordenada. Essa imagem do japonês como um “invasor” será presente em outras charges posteriores.

Figura 33. Imigração japonesa no Estado do Rio



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0260, 7 de setembro de 1907, p. 24, AFBN/RJ.

A charge acima acompanha o texto:

*Alfredo Backer: - Bem vindos sejam, amigos nippões! Já por ahi andam a dizer mal de vós, como si, vindo descascar arroz com a trompa, num trabalho colossal, não viesses concorrer para a barateza d'essa mercadoria indispensável! Fazei ouvidos de mercador, que eu mandarei os linguarudos comer arroz com dois páozinhos! Entrem, zimpáticos!*

A charge apresenta novamente a figura de Alfredo Backer, dessa vez com os braços abertos para receber os imigrantes japoneses. Observa-se um clima festivo, com um dançarino ao fundo, uma lanterna festiva e os imigrantes com roupas típicas. No texto, os japoneses são retratados como “amigos nippões” de Backer. E apesar do que “andam a dizer mal”, ou seja, os discursos contrários a entrada dos japoneses, eles devem fazer “ouvidos de mercador”. Dessa forma, devem ignorar isso e se animar para a sua nova experiência no Rio de Janeiro. O humor da charge se faz pelos trocadilhos, como no caso de eles serem descritos como “zimpáticos”, sendo que os personagens e o próprio Backer apresentam expressões sérias, sisudas.

### 3.2 Os amarelos

A idéia de raça no Brasil foi, contudo, uma invenção peculiar, inspirada nos vários determinismos raciais europeus e norte-americanos e na presunção da superioridade da civilização ocidental moderna. A mestiçagem e seus efeitos constituiu o tema central da interpretação orgânica há história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação<sup>297</sup>.

Uma das primeiras classificações taxonômicas foi a de Lineu, em 1758. Ele identificou seis tipos raciais, sendo eles: americano, europeu, asiático, africano, *Homo ferus* (selvagem) e *Homo monstruosus* (anormal). Em 1806, Blumenbach apresentou as cinco raças: caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia. Georges Curvier apresentou uma classificação que dividia a humanidade em três subespécies, a caucasiana, etiópica e mongólica. Ele também subdividiu os grupos de acordo com critérios físicos e culturais. As primeiras classificações não questionavam a unidade da espécie humana, mas a partir da classificação de Curvier surgiram as teorias deterministas. Elas tentavam encontrar explicações para as diferenças físicas e culturais através das “leis da natureza”<sup>298</sup>.

Existiram duas grandes vertentes que condensavam as visões dos intelectuais sobre a origem dos seres humanos. A visão monogenista consistia na ideia de uma fonte comum, em que a humanidade era una. Ela foi dominante até meados do século XIX e possuía relação com as escrituras bíblicas. Apesar da origem comum, existiam diferenças entre os mais perfeitos (próximos do Éden) e os menos perfeitos (degenerados). Ainda no século XIX surgiu a visão poligenista, que se tornou uma alternativa condizente com os avanços das ciências biológicas. Essa teoria defendia que existiram diversos centros de criação que se relacionavam com as diferenças raciais. Essa visão favorecia uma interpretação biológica voltada a análise dos comportamentos humanos, que se tornaram relacionados as leis biológicas e naturais. Através das influências da visão poligenista, foram desenvolvidas teorias que interpretavam as capacidades humanas de frenologia, antropometria e a craniologia técnica<sup>299</sup>.

Apenas com a publicação de *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin, que o embate entre os defensores das visões monogenistas e poligenistas se amenizaram. A obra de Darwin, mesmo que tivesse predecessores, se tornou um paradigma na época. Através do

<sup>297</sup> SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário antropológico*, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994, p. 179.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>299</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 38-40.

modelo evolucionista apresentado pelo autor, o conceito de raça se enquadrava em uma conotação original, pois abordava relações com a natureza, mas também com as disciplinas sociais. Apesar disso, ocorreram diversas interpretações que se apropriaram dos conceitos de Darwin, mas distorciam suas propostas<sup>300</sup>.

Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passavam a ser aplicados aos mais variados ramos do conhecimento: na psicologia, com H. Magnus e sua teoria sobre as cores, que supunha uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor (1877); na linguística, com Franz Bopp e sua procura das raízes comuns da linguagem (1867); na pedagogia, com os estudos do desenvolvimento infantil; na literatura naturalista, com a introdução de personagens e enredos condicionados pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Bucle<sup>301</sup>.

A eugenia surgiu nesse contexto de classificações e estudos sobre os tipos raciais. Ela foi criada no final século XIX por Francis Galton e se tratou de um conjunto de ideias e práticas voltadas ao “melhoramento da raça humana” tendo como principal base o estudo da hereditariedade. Foi nas primeiras décadas do século XX que a eugenia ganhou um maior espaço entre as autoridades brasileiras, visto que ela fornecia explicações para a situação de “atraso” do país. O Brasil era considerado um país atrasado em virtude da sua grande quantidade de negros e mestiços resultante da escravidão, logo um dos principais projetos relacionados a imigração foi o branqueamento da população<sup>302</sup>.

Um ponto importante é que a maior parte dos teóricos do período enxergaram o conceito de raça como um fator significativo e condenavam a mestiçagem, favorecendo a pureza racial e o destaque da raça branca como a mais pura. Entretanto, os darwinistas sociais defendiam que apesar da diversidade das combinações, seria possível branquear as futuras gerações e criar “mestiços melhorados”<sup>303</sup>. Tais mestiços seriam resultados de cruzamentos com imigrantes europeus brancos, logo o projeto de imigração para o Brasil, mas também para diversos países principalmente durante o período da Grande Imigração, favoreceu a entrada de imigrantes brancos.

A invenção da raça brasileira branca partiu de uma visão peculiar dos resultados da mestiçagem, com base na ideia de seleção social de Lapouge e com influência dos eugenistas. Os cientistas brasileiros se diferiam dos europeus no sentido de idealizar o tipo

<sup>300</sup> Ibidem, p. 43-44.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>302</sup> MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143**, 1999, p. 121.

<sup>303</sup> SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário antropológico**, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994, p. 180.

de mestiço superior, branqueado. Esse ponto propõe que os “mestiços superiores” seriam melhores que os trabalhadores nacionais, em sua maioria negros e descendentes de escravos<sup>304</sup>.

O ideário do branqueamento afirmava a inferioridade irremediável de grande parte da população nacional (negros, índios e mestiços de todos os matizes), mas imaginava que esta mesma população poderia transformar em brasileiros/latinos todos aqueles brancos “superiores” encarregados de fazê-la “desaparecer” fenotipicamente. Nessa lógica, foram condenadas as migrações asiáticas e negras pelo que poderiam representar de atraso ou comprometimento do processo de branqueamento<sup>305</sup>.

Como já apresentado no capítulo 1, os imigrantes japoneses não eram considerados ideais. Foram enxergados inclusive como “meros substitutos” aos europeus. A caracterização racial dos japoneses como amarelos consistia em uma marca negativa, que os inferiorizava em relação aos imigrantes europeus. Essas visões se refletiram em algumas charges publicadas nas revistas ilustradas, em que o “amarelo” era um símbolo de atraso, feiura e perigo.

É importante destacar que as críticas em relação a imigração japonesa baseadas no aspecto racial existiram desde o período anterior ao *Kasato Maru* e permaneceram após a liberação de numerosas entradas. Dentro das revistas analisadas no presente trabalho, as duas publicações em *O Malho* apresentadas a seguir foram consideradas as mais relevantes. A imagem 34 pertence ao período pré *Kasato Maru* e a 35 foi publicada no após a chegada do marco inicial da imigração japonesa, quando o governo de São Paulo estava fechando diversos contratos voltados a introdução de imigrantes japoneses. Elas não foram encontradas abordadas por outros autores, além de concentrarem a maior parte dos argumentos de ordem racial que desqualificavam a imigração japonesa para o Brasil.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 181-182.

Figura 34. Quadro de futuro



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0254, 27 de julho de 1907, p. 12, AFBN/RJ .

A charge acompa o trecho:

*O Dr. Alfredo Backer, autor da imigração japonesa no Estado do Rio, apresentando o primeiro producto do cruzamento da raça nipponica com a 3º dynmanisação africana...*

A charge intitulada “Quadro de Futuro” consiste em mais uma que associa a imagem de Alfredo Backer a imigração japonesa. O presidente do Rio de Janeiro está sentado em um toco de madeira e no seu colo é visível um personagem menor, como se fosse uma criança com o seu responsável. Ele apresenta traços faciais exagerados e associados aos negros, como o nariz largo, lábios grossos e cabelos crespos. A figura seria o mal resultado dos filhos de japoneses com os descendentes de africanos no país, algo associado a feiura e degeneração racial. É um monstro ainda jovem, que está em processo de desenvolvimento, assim como a imigração japonesa no período.

Figura 35. Imigração Japoneza



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0325, 5 de dezembro de 1908, p. 9, AFBN/RJ.

A publicação de *O Malho* possui autoria de Alfredo Storni. Ela apresenta um modelo um pouco diferente da maior parte das charges, que apresentam a narrativa em um ou dois quadros. O estilo se assemelha aos quadrinhos, em que história se desenvolve em vários quadros. Cada imagem apresenta uma charge diferente e todas elas criticam a imigração japonesa em variados aspectos, com destaque para a raça amarela. Essa charge possui relevância para a compreensão dos argumentos contrários a “raça amarela”, pois foi capaz de condensar

Os mais correntes. Os textos que acompanham as imagens foram enumerados de 1 a 6 pelo próprio chargista. Eles são:

- 1- *O governo de S. Paulo é teimoso. Após o insucesso da primeira imigração japoneza, contractou mais de 3.000 amarelos. Teima, pois, em dotar o Brazil com uma raça diametralmente oposta a nossa.*
- 2- *A diferença principia pelo phisico di nippão. Na sua confecção, a mãe... Natureza descuidou-se bastante, apresentando um typo que está longe de se parecer com o modelo estabelecido pela Santa Madre... Esthetica! Ora um cardo destes enxertado com um da raça latina...*
- 3- *Forçosamente nos dará um especimem “aperfeiçoado” da nossa futura raça, já tão maltratado pela influência africana...*
- 4- *Os costumes também devem influir para nos prevenirmos contra elles, pois é sabia que na maior simplicidade e promiscuidade, os nippões tomam banho juntos, e a tradicional folha de parreira representa um papel secundário, para não dizer inutil... E a diferença de religião? E o idioma que parece barulhos de ferros com canos e garrafas?...*
- 5- *No trabalho, então, a cousa é mais grave: tornam-se concorrentes terríveis, pois enquanto os nossos operários exigem uma boa alimentação, tornam-se, por conseguinte, grandes consumidores do que produzimos e importamos, essa gente côr de açafão queimado contenta-se com um miserável pratinho de arroz... Olhemos para a Callifornia!*
- 6- *Finalmente, o Brazil deve evitar esse verdadeiro perigo amarelo que S. Paulo nos quer impingir, e que não passa de uma bôa espiga, digna de se juntar com a outra... da valorização...*

Através do texto, observa-se que os imigrantes japoneses são inferiorizados em vários aspectos. No enunciado 2 é levantado o físico dos japoneses, que são associados a feiura, sem estética. O termo “enxertado” é relacionado a botânica, em que se insere um ramo de planta em outra para que elas cresçam juntas. Dessa forma, observa-se na imagem de um lado um japonês (raça mongólica) e do outro um pertencente a raça latina. De acordo com o tom sarcástico, os resultados dessa junção não seriam positivos. Já no enunciado 3, trata-se brevemente dos negros, que a “nossa futura raça” já teria os traços dos africanos e

ainda por cima teria também a mistura com os japoneses.

O enunciado 4 critica as diferenças culturais em relação aos japoneses, como os costumes dos banhos coletivos, a religião e o idioma, que é tratado por Storni como “barulhos de ferros com canos e garrafas”. No tópico 5 os imigrantes japoneses são criticados em relação ao trabalho, pois se tornam terríveis concorrentes aos trabalhadores nacionais. Os maus tratos nas fazendas cafeeiras e a fome que levou diversos japoneses a morte é tratada em tom de escárnio.

O enunciado 6 traz o termo “perigo amarelo”, um termo utilizado pela primeira vez pelo Kaiser Guilherme II em finais do século XIX, quando o Japão e a Rússia entraram em discordância em relação ao território chinês<sup>306</sup>. Com a ascensão do Japão a partir da sua veloz modernização, o termo passou a ser relacionado ao medo das potências ocidentais em relação ao imperialismo japonês. O Japão ainda era “jovem” nesse quesito das conquistas militares, mas a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e especialmente a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) foram capazes de torná-lo o único imperialista da Ásia, o que entrou em choque com o discurso orientalista de superioridade dos países ocidentais.

O “perigo amarelo” também ficou associado a questão racial dos japoneses, como exposto da charge. Como os japoneses eram considerados pelas teorias racialistas como amarelos e não brancos, a miscigenação dos brasileiros com os japoneses poderia trazer resultados de degeneração racial, pois um dos principais objetivos das políticas imigratórias era o de branquear a população brasileira.

### 3.3 Representações pós *Kasato-Maru*

Apesar do pioneirismo da entrada de japoneses no país pertencer ao Rio de Janeiro, a chegada do navio *Kasato Maru* ainda é considerada um marco, pois foi a partir dele que numerosas levas de japoneses passaram a chegar no Brasil. Após a chegada do navio no porto de Santos, as famílias foram conduzidas em vagões de carga e passaram um breve período na Hospedaria do Brás. Depois disso, foram distribuídas por algumas fazendas, processo que se repetiu com diversos imigrantes japoneses posteriores<sup>307</sup>.

<sup>306</sup> DEZEM, Rogério. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. **Burajiru Kenkyuu/Revista de Estudos Brasileiros**, p. 121-145, 2014, p. 6.

<sup>307</sup> OCADA, Fábio Kazuo. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 49, 2006, p. 144.

Os dez primeiros navios japoneses que aportaram no Brasil, segundo Hatanaka (2002), transportavam provincianos de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi. Com o passar do tempo, todas as províncias japonesas se integraram ao processo migratório. Segundo Sakurai (2000), a análise dos dados obtidos na Cooperativa Agrícola de Cotia confirma uma estampa que marca um dos traços mais particulares aos japoneses na sociedade brasileira, que é o seu trabalho na agricultura<sup>308</sup>.

Apesar desse perfil, a maior parte dos japoneses que emigraram não eram agricultores, mas se tornaram após a sua chegada no Brasil. Em virtude principalmente das condições de trabalho nas fazendas que ainda seguiam mentalidades escravistas, além da inexperiência dos japoneses na lavoura e as diferenças climáticas e culturais, diversos japoneses tiveram experiências difíceis quando chegaram ao país. Célia Sakurai apresenta que o principal sentimento desses imigrantes foi o de desilusão. O abandono dos postos de trabalho nas fazendas através das fugas noturnas se tornou algo comum<sup>309</sup>.

Os inúmeros casos de suicídios, de fugas noturnas de famílias inteiras e de greves realizadas isoladamente por pequenos grupos, atestam a existência de conflitos nas relações com os patrões, frente às adversidades encontradas nas condições de moradia e de trabalho. Em resposta às tentativas de aprisionamento dos trabalhadores, por meio da imposição de contratos, ou de dívidas contraídas nos armazéns locais, o yonige (fuga noturna) tornou-se prática recorrente entre muitas destas famílias<sup>310</sup>.

O período entre 1908 a 1924 é definido como a fase experimental da imigração japonesa para o Brasil, pois foi marcado pela insegurança. Os fazendeiros paulistas e os japoneses não tinham certeza se a experiência seria bem-sucedida. O governo japonês se mostrava confiante em relação ao Brasil, como apresentado no relatório do ministro Suguiwura. Já para as autoridades brasileiras, existiam opiniões divergentes, com o predomínio dos argumentos de ordem racial<sup>311</sup>.

Uma questão que pesou para o incentivo da vinda de japoneses foi a falta de opções para o envio de seus emigrantes. Durante a fase experimental as autoridades japonesas incentivaram uma política efetiva para o Brasil, em que se buscou evitar falhas. O Japão

<sup>308</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>309</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 7.

<sup>310</sup> OCADA, Fábio Kazuo. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 49, 2006, p. 146.

<sup>311</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 7.

passou a fiscalizar os cumprimentos dos contratos realizados com as fazendas paulistas, com o objetivo de evitar maus tratos de seus patrícios. Em relação as críticas sobre as entradas de japoneses, o Japão buscou não causar atritos com o governo brasileiro<sup>312</sup>.

As charges a seguir (36 e 37), publicadas pela revista *O Malho*, criticam as fugas noturnas dos japoneses e a entrada desse grupo imigrante no estado de São Paulo. Elas apresentam visões de que a imigração japonesa seria algo negativo, fadado ao fracasso. Isso entra em contradição com as visões relacionadas a Guerra Russo-Japonesa ou ao Japonismo, em que o Japão era um exemplo a ser seguido, com exaltações para a rápida modernização e seus ricos aspectos culturais. Dessa forma, existiu uma ideia dual, em se ressaltava a nação japonesa, mas os imigrantes japoneses não eram desejáveis.

Além do trecho inicial após o título, que cita o abandono dos japoneses às fazendas de café paulistas, a charge a seguir possui mais um texto que a acompanha logo após a imagem. Nele vem escrito:

*Vozes japonezas: - Karakí, muroki, tateba, bikara vanka, medgi, uloka, maraguira, takú!... Ka-ka-ka – Ki-ri-ki!*

*(Tradução: - Governos idiotas! Gastam rios de dinheiro em experiências absurdas, enchendo a bolsa dos intermediários, unicos que lucram na transacção...*

*Apanhar café ao lado de italianos e pretos... uma ova! Já que não nos deram a nossa cultura predilecta, a lavoura que fique no arroz!).*

Figura 36. Vão sahindo – sobre as fugas



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0312, 5 de setembro de 1908, p. 38, AFBN/RJ.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 7.

A charge com o título “Vão Sahindo” foi publicada pela revista *O Malho* e apresenta um grupo de japoneses, como é possível perceber através do texto e características físicas dos personagens. O grupo de cinco pessoas consiste em uma família, pois apresenta uma mulher (esposa e mãe), duas crianças (sendo uma de colo) e dois homens adultos. Os homens carregam duas trouxas, os pertences daquelas pessoas.

A postura deles é de uma caminhada firme, praticamente marcha conjunta. Eles “vão saindo” de uma fazenda de café paulista e fazem críticas ao governo brasileiro e ao japonês, pois nas suas visões apenas as agências intermediárias estariam lucrando com o envio dos imigrantes japoneses. As companhias japonesas de emigração realmente se tornaram um negócio lucrativo, existindo mais de cinquenta companhias privadas até o ano de 1908<sup>313</sup>. Não é de se estranhar que, visando principalmente o lucro, existissem informações floreadas sobre a realidade que os imigrantes encontrariam no país.

Figura 37. Imigração Japonesa



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0317, 10 de outubro de 1908, p. 54, AFBN/RJ.

A charge acompanha o texto:

<sup>313</sup> DEZEM, Rogério. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. *Burajiru Kenkyuu/Revista de Estudos Brasileiros*, p. 121-145, 2014, p. 6.

*Os japonezes, aos pulinhos, chegaram às fazendas e... foram sahindo no passo do urubu malandro!...*

A charge de 1908 apresenta um grupo formado apenas por figuras masculinas, sendo uma menor, provavelmente uma criança. Todos estão vestidos com ternos e chapéus em estilo ocidental, diferentemente da charge anterior. As expressões faciais sérias e as roupas trazem uma ideia de gangue. O termo “urubu malandro” reforça essa ideia, de pessoas que usam de meios ilícitos, se aproveitam dos outros e são vadios.

A charge tem como temática uma crítica direta a saída dos japoneses das fazendas de café paulistas. Se não estavam conseguindo se fixar nas fazendas é porque eram malandros, não queriam trabalhar. É uma visão que traz embutido o preconceito pelos imigrantes japoneses, pois não são levadas em consideração as condições de trabalho e dificuldades encontradas pelos japoneses.

Figura 38. A colônia japoneza



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, n. 0015, 15 de abril de 1911, p. 20, AFBN/RJ.

A revista Fon-Fon! publicou em 1911 uma fotografia que registrou uma festa oferecida na residência de Sanji Ohira, membro de uma colônia de imigrantes japoneses. Na foto estão presentes pessoas da colônia e alguns amigos brasileiros. Observa-se três

mulheres no centro da imagem e apenas elas estão utilizando trajes tradicionais, todos os homens estão vestidos com ternos. Isso se relaciona com a própria modernização japonesa, em que as roupas ocidentais foram utilizadas primeiro no espaço público e por homens. As roupas tradicionais ficaram mais voltadas ao espaço do lar e a imagem feminina, a cultura e ancestralidade<sup>314</sup>. Em meio a charges críticas relacionadas a imigração japonesa, também ocorreram publicações relacionadas a curiosidades e notícias, do Japão e dos próprios imigrantes japoneses, como a fotografia acima.

Figura 39. Imigração japoneza



O Malho, Rio de Janeiro, n. 0609, 16 de maio de 1914, p. 13, AFBN/RJ.

A charge intitulada “Política Administrativa de S. Paulo” possui dois trechos com textos, um acima da imagem e outro abaixo. No primeiro vem escrito:

*No dia 12 do corrente é esperado em Santos o vapor Takasa Maru, que conduz a seu bordo 1.808 imigrantes japonezes, destinados a colonização da zona ribeira de Iguape – (Telegrama de São Paulo.)*

Já o segundo texto possui as falas:

*Carlos Guimarães: - Sr. Secretario da Agricultura: abra o dique á imigração japoneza, para povoarmos o solo alagadiço de S. Paulo.*

*Zé Paulista: - Bravos! Praza aos céus que, eu sempre possa exclamar: - Viva o Japão e chova arroz!...*

<sup>314</sup> MATSUDA, Juliana Miyuki. Os trajes de cena do teatro tradicional japonês: Nô, Kyogen, Kabuki e Bunraku. São Paulo: ECA/USP, 2020, p. 118-119.

A charge apresenta um grande portão que define as fronteiras de Ribeira e Iguape, municípios pertencentes ao Vale da Ribeira, localizada no sul do Estado de São Paulo. O navio apinhado de figuras com roupas em estilo japonês literalmente despeja seus passageiros na margem e eles atravessam o portão, aberto por um personagem que possui “secretario da agricultura” escrito nas suas costas. Os japoneses são empurrados, muitos até escorregam pelo caminho. O excesso de personagens traz a ideia do exagero em tom ridículo, o humor da imagem vem nesse sentido.

A fala de Zé Paulistinha traz a relação dos imigrantes japoneses com o cultivo do arroz. O Vale da Ribeira recebe esse nome em virtude de uma bacia hidrográfica, que possui o Rio Ribeira de Iguape e o complexo estuarino lagunar de Iguape, Caranéia e Paranaguá. Foi a partir de 1913 que a Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia de Colonização do Brasil S /A) deu início as negociações para a colonização do Vale da Ribeira. O município de Iguape foi o primeiro, pois apresentava um potencial do solo para o cultivo de arroz, uma prática agrícola que era comum no Japão. Com a chegada das primeiras famílias japonesas a Iguape surgiu o núcleo Katsura, que abrigou em torno de trinta famílias japonesas<sup>315</sup>.

Inicia-se o trabalho voltado ao cultivo do arroz, uma vez que as condições do local permitiam tal atividade nas grandes áreas várzeas do rio Ribeira de Iguape. Era uma atividade em que o imigrante já possuía familiaridade, o que contribuiu de certa forma para sua permanência; além do mais, muitos compraram propriedades, fazendo com que se disranciassem cada vez mais do objetivo inicial que era de retorno rápido ao país de origem. As condições de moradia dos imigrantes em Katsura eram precárias, de improviso. As casas foram construídas com os recursos naturais disponíveis na região: palha e madeira e barro<sup>316</sup>.

Dessa forma, é compreensível porque o personagem Zé Paulistinha levanta as suas mãos em tom irônico e espera a “chuva de arroz” a partir da chegada dos imigrantes japoneses na região. Como apresentado em charges anteriores, os japoneses ficaram associados a essa imagem do plantio do arroz. Porém, é importante ressaltar que os japoneses também realizavam outras atividades, como a pesca, cultivo de diversos hortifrutigranjeiros e introduziram a técnica da teicultura (plantio do chá)<sup>317</sup>.

<sup>315</sup> AOKI, Alessandro; DE LIMA, Maria das Graças. Os japoneses e a teicultura no município de Registro: a paisagem como resultado de um processo migratório. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 20, n. 2, 2011, p. 130-131.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>317</sup> O texto de AOKI, Alessandro; DE LIMA, Maria das Graças (2011) apresenta a introdução da teicultura e do arroz no Vale da Ribeira. Sobre as outras atividades exercidas pelos japoneses, utiliza-se como referência os textos de (MARTINS et al 2010) e (NETO, 2015).

Figura 40. A invasão



Careta, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1928, edição 1069, p. 20

A charge possui 2 trechos escritos, um acima e outro abaixo da imagem. O primeiro consiste em:

*(O Amazonas e o Pará vão receber imigrantes japonezes e de outras raças que se destinam à concessão Ford)*

Já o segundo:

*Jeca- Vigie, que responsabilidade! Defendê a língua portugueza dos ataque dessa gente, eu que sou anarphabeto.*

A charge representa a Fordlândia<sup>318</sup>, que se tratou da construção de uma cidade em estilo norte-americano no Pará, uma iniciativa de Henry Ford que objetivava produzir borracha em solo brasileiro. O empreendimento trouxe imigrantes de diferentes nacionalidades, incluindo norte-americanos e japoneses. Fordlândia acabou se tornando um mal negócio, em 1945 a Ford entrou em um acordo com o governo brasileiro e abandonou o local que ainda possui o mesmo nome e os escombros da antiga obra.

Na charge, observa-se a figura do Jeca, que representa um brasileiro. O personagem Jeca- Tatu foi criado por Monteiro Lobato no ano de 1914, publicado primeiramente no artigo Urupês, no jornal *O Estado de São Paulo*. O Jeca virou sinônimo do homem rural, do

<sup>318</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46010638> acesso 04.06.2023

caipira e/ou caboclo pobre. É significativo ressaltar que o “caipira” possuía uma linguagem própria, que misturava expressões indígenas, principalmente o tupi, com o português. Monteiro Lobato apresentava o Jeca-Tatu como “uma espécie degenerada em uma origem mestiça”<sup>319</sup>.

A imagem do Jeca para Monteiro Lobato sofreu alterações com o passar do tempo. Em 1914, a pobreza do Jeca era associada as teses raciais e climáticas. Já em 1918, no livro *O Problema Vital* a realidade do personagem foi associada a uma explicação médico-científica. O Jeca-Tatu era muito preguiçoso e pobre não mais por sua inferioridade racial, mas sim porque estava doente, se tratava de um problema médico e sanitário. Essa mudança de apresentação do personagem para Monteiro Lobato foi um resultado de seu contato com participantes do movimento sanitarista, como os médicos Artur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl<sup>320</sup>.

Outra questão relacionada a imagem de Jeca-Tatu e levantada na década de 1920 pelo intelectual e político Amadeu Amaral era a possibilidade do desaparecimento dos caipiras por sua inadequação aos novos ou modernos tempos. Isso só poderia ser evitado através da extinção do preconceito das administrações públicas paulistas com os trabalhadores nacionais. A liderança do governo paulista era formada pelos perreptistas (PRP), um grupo rival a Amadeu Amaral<sup>321</sup>.

Para nosso intelectual, o Partido Republicano Paulista (PRP) era preconceituoso com o trabalhador nacional e virtuoso com o estrangeiro. Durante a sua primeira campanha política, Amadeu Amaral acusou o PRP de facilitar “carinhos” oficiais e extra – oficiais, a imigração japonesa. Exemplificando em sua palestra, através da colônia Katsura, localizada na zona litorânea meridional paulista e que, em 1920, já contava com alguns milhares de habitantes<sup>322</sup>.

A charge “a invasão” aborda justamente essa questão, do personagem Jeca-Tatu em oposição aos estrangeiros. Através das características, conclui-se que os outros personagens são um japonês, um russo e um norte-americano. Ao lado do japonês é visível um grande saco, provavelmente com dinheiro pois a iniciativa de Fordlândia trouxe diversos imigrantes japoneses. O núcleo Katsura já recebia imigrantes japoneses desde a primeira metade da década de 1910, como apresentado na charge 39. Dessa forma, o destaque no texto é

<sup>319</sup> FERREIRA, Leonardo da Costa et al. Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928. 2007, p. 80-81.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 88-89.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 94.

relacionado aos japoneses, pois aparecem “japonezes e de outras raças”. Os norte-americanos e russos, apesar de estarem na imagem, nem são citados. Além disso, a fala de Jeca possui a ironia presente na charge. A “invasão” de estrangeiros será um ataque ao idioma nacional, sendo que o personagem é analfabeto e possui uma linguagem mestiça.

### 3.4 A criança gulosa: o Japão na Primeira Guerra Mundial

O Japão foi um caso particular no que diz respeito ao seu papel de potência imperialista no século XX. Foi a única nação asiática que atingiu esse patamar, mesmo que inicialmente tenha sido subjugado em seu forçado processo de abertura, o país nipônico foi capaz de disputar com as potências ocidentais. “Durante o século XX o Japão participa de alguns conflitos fundamentais para se entender as características do projeto imperial japonês. Dentre esses conflitos estão a Primeira Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Russo-Japonesa e a sua participação na Primeira Guerra Mundial”<sup>323</sup>.

No capítulo 2 foram abordadas algumas representações presentes nas revistas ilustradas cariocas relacionadas a Guerra Russo-Japonesa. Foi constatada uma ampla divulgação do assunto, incluindo o *Escrutínio Russo-Japonez*, uma consulta de leitores da revista O Malho que recebeu grande participação. O conflito foi capaz de trazer uma imagem diferenciada para o Japão, que foi interpretada nas representações do presente trabalho através da ideia de “masculinização”. Apesar disso, mesmo que o Japão tenha se tornado um imperialista, ele não deixou de pertencer a Ásia. Ocorreu uma inferiorização das potências ocidentais participantes da Primeira Guerra Mundial em relação a nação nipônica.

Hobsbawm (1994) indica que durante a Era Meiji (1868-1912) o objetivo do Japão em seu bem-sucedido plano de ocidentalização não era de fato tornar o Japão um país ocidental, mas sim tornar viável o Japão tradicional. Sendo assim, a iniciativa era necessária para que o Japão fosse capaz de competir em um mundo dominado pelas potências ocidentais. O período também representou a militarização do Japão e o crescimento de uma mentalidade expansionista, que queria construir o Japão como um grande império na Ásia. Seus interesses eram voltados as colônias europeias na Ásia, como a Indonésia, Malásia e Vietnã, além dos territórios orientais da Rússia<sup>324</sup>.

<sup>323</sup> OLIVEIRA, Matheus Bittencourt de. O projeto imperialista japonês no século XX. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2022, p. 3.

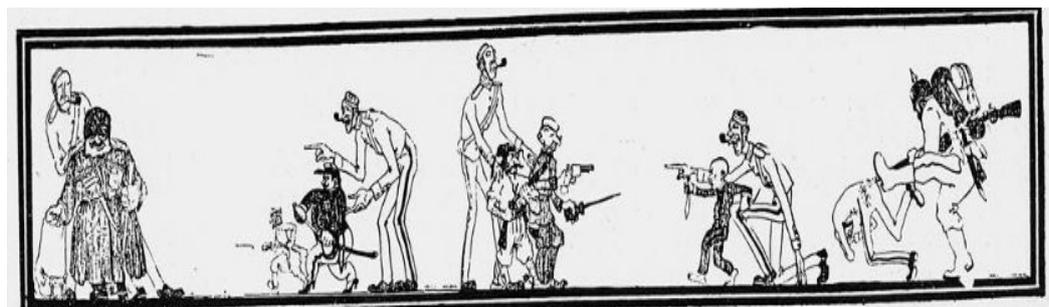
<sup>324</sup> Ibidem, p. 4.

O Japão apesar de ter interesse territorial nas colônias do Reino Unido, participava de uma aliança com o país. A Aliança Anglo-Japonesa visava combater o expansionismo de outros países na Ásia, principalmente o do império russo, em prol dos interesses britânicos e japoneses. Para Crespo et al. (2016) “[...] a Grã Bretanha e o Japão tinham uma preocupação comum, já que para ambos os países a Rússia era ameaça principal na região”. Essa aliança oferece apoio no conflito japonês com o império russo e é a base para a participação do Japão na Primeira Guerra Mundial<sup>325</sup>.

Apesar de vitorioso na Guerra Sino-Japonesa e na Russo-Japonesa com o apoio dessa aliança, o Japão possuía dificuldade de se estabelecer como uma potência imperialista para os demais países. O Ocidente enxergava o expansionismo japonês como um perigo. Foi negado o controle japonês da península de Liaodong após a Primeira Guerra Sino-Japonesa. Além disso, a participação do país na Primeira Guerra Mundial foi menosprezada, sua participação foi inferiorizada pelos seus aliados na concessão dos territórios derrotados<sup>326</sup>.

A Revista da Semana publicou algumas charges durante a Primeira Guerra Mundial. Foram encontradas representações em que o Japão era uma “potência jovem” ou mesmo uma criança. Essas imagens, que se tratam de reflexos das visões internacionais e atitudes dos países no próprio desenrolar da guerra, demonstram como o Japão não conseguiu se afastar totalmente do discurso orientalista.

Figura 41. A caricatura e a sátira, como armas de guerra



Revista da Semana, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1914, edição 00039, p. 28

A charge acima vem acompanhada do texto:

- 1 – A Inglaterra para a Rússia: - “Tu avanças pela direita”.
- 2 – A Inglaterra para a França e a Bélgica: - “Vocês duas avançam pela esquerda”.
- 3 – A Inglaterra para a Servia e o Montenegro: - “Vocês dois não pela frente”.
- 4 – A Inglaterra para o Japão: “Tu pelas costas!”.
- 5 – “E eu fico para o fim”.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>326</sup> MACEDO, Emiliano Unzer. O imperialismo japonês na Ásia: da Era Meiji à Segunda Guerra Mundial. Mais Orientes, 2017, p. 71.

A charge representa os diversos países citados no texto com características marcantes. A Inglaterra é o homem mais alto, que ordena os outros países nos primeiros quatro quadros. A altura traz a ideia de que ele tem poder e experiência, observa-se que o personagem se curva e organiza os outros países. É possível perceber que o Japão aparece como uma criança, sem sapatos e com uma roupa que lembra um pijama. A frase “Tu pelas costas” pode ser uma alusão aos ataques surpresas do Japão, como o realizado em 1904 Guerra Russo-Japonesa. Também traz uma ideia do Japão como um país traiçoeiro. As charges a seguir apresentam sátiras a Aliança Anglo-Japonesa, em que o Japão aparece novamente como traiçoeiro e também como uma criança em relação a Inglaterra.

Figura 42. A caricatura e a sátira, como armas de guerra



*A Inglaterra pensa em confiar a guarda do seu império do Oriente à lialdade bem conhecida do Japão!*  
(Do "Kladderadatch" de Berlim).

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 27 de março de 1915, 00007, p. 27

Figura 43. Japão criança gulosa



Revista da Semana, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1915, 00019, p. 23.

A charge acompanha o trecho a seguir:

- 1 – *A Inglaterra ao pequeno Japão – Sobretudo não comas senão o pequeno bocado allemão!*
- 2 – *O pequeno Japão – Ora! Já que estou com a mão na massa!*
- 3 – *A Inglaterra – Como é isso, grande guloso? Estás devorando tudo?*
- 4 – *O pequeno Japão – Que queres? O apetite desperta quando se principia a comer!*

As imagens 42 e 43 apresentam a Aliança Anglo-Japonesa. O interesse comum da Inglaterra e do Japão no território chinês e a oposição de ambos a Rússia resultou no pacto naval estabelecido em 1901. A aliança trazia benefícios para os dois, pois ascensão da marinha japonesa consistia em um alívio para a sobrecarga de esquadras que a Inglaterra possuía. O Japão encomendava da Inglaterra alguns dos seus principais navios de guerra. Além disso, as autoridades japonesas viam na aliança uma forma de reconhecimento do Japão como uma potência.

De resto, a confiança entre a potência do Sol Nascente e a potência da velha Albion havia saído reforçada quando integraram a força multinacional que debelou a revolta dos Boxers em Pequim (1900). Anos antes, em 1898, os japoneses cederam aos britânicos (com o acordo forçado das autoridades chinesas) o território de Weihaiwei.

Um ponto a ser destacado é que os dois países reagiram de forma diferente a assinatura da Aliança Anglo-Nipônica. No Japão ocorreu entusiasmo, diversas manifestações públicas comemorando o acordo. Já a Grã-Bretanha não incentivou manifestações sobre o acordo. Nesse aspecto já se enxerga uma diferença, em que apesar do

acordo ser benéfico para ambos, o Japão comemorou como se fosse um passo importante<sup>327</sup>.

A charge 42 apresenta um soldado russo. Ele está em uma postura em que parece estar domindo em pé. No texto, é apresentada uma crítica a lealdade dos japoneses. A Rússia também guarda um ressentimento pela derrota da Guerra Russo-Japonesa, dessa forma se faz o humor da charge. Na imagem 43, os países Japão e Inglaterra e China são representados na charge através das imagens de uma criança, uma idosa (alta e magra como na figura 41) e um bolo. A narrativa segue da direita para a esquerda. O Japão como uma “criança gulosa” e imprudente quer devorar todo o território da China.

Essa imagem do Japão como uma criança é uma forma de inferiorizá-lo em relação as outras potências, que são consideradas mais antigas e experientes. A fotografia a seguir, publicada pela revista *Fon-Fon!* traz a mesma ideia.

Figura 44. A militarização do Japão



Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1916, 00008, p. 29

A fotografia acompanha o texto:

*Nação guerreira por excellencia, o Japão acceitou desde logo com entusiasmo a organização do general inglez Sir Baden Powell do Boy-Scoutt. A nossa gravura mostra um grupo de meninos japonezes armados com pequenas espingardas, marchando através das ruas de Tokio.*

<sup>327</sup> CUNHA, Luís. Primeira Guerra Mundial a Marinha Japonesa no Mediterrâneo. Anais do Clube Militar Naval, Vol. CL, julho-dezembro 2020, p. 671-672.

A imagem também representa a Aliança Anglo-Japonesa, pois de acordo com o texto é indicado o entusiasmo do Japão em receber instruções de um general inglês. A fotografia apresenta um grupo de meninos armados com espingardas e em formação, como soldados adultos. A foto traz um sentido de que o Japão está se esforçando tanto para se militarizar e ir bem na Primeira Guerra Mundial que está armando até as crianças. A representação do Japão como criança nesse sentido é através das próprias crianças japonesas, que estão sendo submetidas a um treinamento que não condiz com a idade.

Através do que foi exposto no presente subtítulo, é possível perceber essa imagem de “criança gulosa” relacionada ao Japão na Primeira Guerra. Mesmo que tenham ocorrido movimentos importantes, como o diferencial do Japão como única potência imperialista asiática, não foi possível se afastar totalmente da imagem de inferiorização em relação ao Ocidente.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho se preocupou em apresentar as variadas representações voltadas ao Japão, aos japoneses e a imigração japonesa durante as primeiras décadas do século XX. Foram abordadas fontes iconográficas (charges e fotografias) publicadas ao longo de aproximadamente vinte e seis anos (1903-1928) nas revistas ilustradas cariocas *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Revista da Semana* e *Careta*.

Esse período em específico comportou aspectos importantes e por vezes contraditórios. A “terra das cerejeiras” era ainda desconhecida pela imprensa brasileira na primeira década do século XX. As primeiras representações sobre o Japão nas revistas consistiam em reflexos do Japonismo, um amplo movimento artístico e cultural que influenciou boa parte da Europa. Aqui no Brasil, o Japonismo se materializou como um modismo em que a imagem da gueixa se tornou o principal estereótipo.

As ideias de passividade e beleza ficaram associadas a cultura japonesa e se criou um interesse em comprar acessórios japoneses e vestir-se “à japonesa” em momentos especiais, como celebrações ou mesmo figurinos para fotos. A imagem do “Japão gueixa” foi a mais constante nas representações exploradas, esteve presente por todo o corte

analisado e nas quatro revistas. As propagandas de lojas e produtos japoneses foram constantes e demonstram que o Japão era um tema recorrente no período. Enquanto isso, a Guerra Russo-Japonesa mostrou um Japão forte, capaz de vencer a potência russa. O pequeno conjunto de ilhas relacionado a um ratinho se tornou um grande e poderoso urso, inclusive perigoso no que diz respeito ao expansionismo através da ideia do “perigo amarelo”.

A guerra trouxe olhares para o Japão de que, dos países do Oriente, ele seria o mais próximo dos ocidentais. Aspectos como a organização e a dedicação dos soldados foram valorizados nas revistas ilustradas, a rápida modernização dos nipônicos se tornou um exemplo a ser seguido. Nesse sentido, a imagem do samurai foi relacionada ao soldado japonês com a ideia da lealdade a nação e a filosofia de vida. Essas duas imagens, a de gueixa e samurai, permaneceram nas referências de construções sobre o Japão e influenciaram as visões sobre os imigrantes japoneses

Em relação a imigração japonesa, o trabalho apresentou o pioneirismo do estado do Rio de Janeiro e as charges relacionadas ao assunto. Os políticos vestidos “à japonesa”, em especial as várias charges que apresentam Alfredo Backer, mostram o escárnio dos chargistas em relação a iniciativa que era encarada como um mal negócio. A pouca fixação dos imigrantes japoneses foi retrata através de críticas as fugas noturnas.

Os imigrantes japoneses foram apresentados nas revistas como invasores amarelos, que contraditoriamente pertenciam a uma nação modelo mas representavam um perigo racial e expansionista para o Brasil. Não faltavam argumentos de cunho racial que enxergavam os japoneses como indesejáveis, como apresentado na simbólica imagem 35.

Mesmo que o Japão estivesse em visível crescimento no início do século XX, ele ainda seria uma criança insensata em relação as nações ocidentais. Simplesmente por ser “amarelo”, não possuir a composição racial branca associada a superioridade. Dessa forma, os imigrantes japoneses não faziam parte dos ideias de branqueamento que as políticas imigratórias buscavam para o Brasil. Apesar disso, o Brasil foi o país que mais recebeu imigrantes japoneses, pois se tornou o principal destino do envio de nipônicos a partir da década de 1920.

É curioso observar como o Japão e a imigração japonesa foram um tema tão frequente nas revistas ilustradas nos períodos do pré *Kasato Maru* (1907-1908) e Fase Experimental (1908-1924). Através da influência de estereótipos, mas associados a uma multiplicidade representativa, entre o admirável, exótico, exemplo de modernização e o indesejável, perigoso, racialmente inferior.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta essa particularidade em relação ao Japão e a imigração japonesa no período analisado, pois observa-se o Japão e uma imigração japonesa como novidade, como curiosidade mas também como um problema.

## REFERENCIAS

AGUIAR, Pedro. O império das agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 17, p. 18-38, 2015.

AOKI, Alessandro; DE LIMA, Maria das Graças. Os japoneses e a teicultura no município de Registro: a paisagem como resultado de um processo migratório. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 20, n.

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. **O local da cultura**, p. 105-128, 1998, p. 105.

BORDIEU, p. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A biotopia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**, 2010, p. 68.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução). p. 13-28.

CLEMENT, R. História do Haikai Brasileiro. 2014. Disponível em: <<https://www.thehaikufoundation.org/omeka/files/original/6922ed1691a22f4edd0aa3291f8017b9.pdf>> Acesso em: 18.06.2023.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, p. 117-134, 2006, p. 118-119.

CUNHA, Fernando Cesar Pereira da. A imigração japonesa no Brasil: o caso do “pioneirismo” macaense (1890-1945). INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (UFF CAMPOS DOS GOYTACAZES), 2020., p. 54.

CUNHA, Luís. Primeira Guerra Mundial a Marinha Japonesa no Mediterrâneo. **Anais do Clube Militar Naval**, Vol. CL, julho-dezembro 2020, p. 671-672.

DANTAS, Carolina Vianna. Fon-Fon! <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>> acesso 30.05.2022.

DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005, p. 151.

DE JESUS SILVA, Rosângela. Angelo Agostini: crítica de arte, política e cultura no Brasil do Segundo Reinado. **Revista de História da Arte e da Cultura**, n. 6, p. 107-122, 2006, p. 108.

DEALTRY, Giovanna. Margens da Belle Epoque carioca pelo traço de Calixto Cordeiro. **Alceu**, v. 9, n. 18, p. 117-130, 2009, p. 120.

DEZEM, R. Matizes do “Amarelo”: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 259.

DEZEM, Rogério. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. **Burajiru Kenkyuu/Revista de Estudos Brasileiros**, p. 121-145, 2014, p. 6.

DEZEM, Rogério. **Matizes do "Amarelo": a Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)**. Editora Humanitas, 2005. p. 291.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. **Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**, 1976, p. 9.

FERREIRA, Leonardo da Costa et al. Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928. 2007.

FLORES, Onici Claro. **A leitura da charge**. Editora da ULBRA, 2002. p. 10.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos ael**, 2009.

GONÇALVES, Edelson Geraldo. A influência do ethos do sul do japão na formação do bushido, p. 230.

GONÇALVES, P. C. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: *História da Imigração no Brasil / Luís Reznik (organização)*. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p. 91.

GRALHA, Fernando. **A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em História. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF. p. 67.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JASMIN, Marcelo Gantus. **a pedagogia da subjetividade moderna nas historietas de O Tico-Tico**. 2021. Tese de Doutorado. PUC-Rio, p. 107-108.

JUSTEN, Janine Figueiredo de Souza. *Biografias da imagem [livro eletrônico] : por uma outra história da imprensa ilustrada / Janine Figueiredo de Souza Justen*. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021, p.123-148.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**, v. 2, p. 13-31, 2000.

KUNIYOSHI, Celina. Japonismo. **Imagens do Japão—uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP**, 1998.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998. p. 25.

LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da XI Semana**.

LUSTOSA, Isabel. J. Carlos, o cronista do traço. **História Cultural e Imagem: os mundos da forma e do sentido. Rio de Janeiro**, v. 7, 1995, p. 68-70.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999)**, p. 121-143, 1999, p. 121.

MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MALHO, O. Verbetes temático. < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o>> acesso 30.05.2022.

MARSHALL, BERMAN. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. **Tradução para o português por Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras**, 1986. Introdução.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. **História (São Paulo)**, v. 22, p. 59-79, 2003, p. 60.

MARTINS, Ismênia de Lima et al. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. **TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza e TAKEUCHI, Marcia Yumi**, 2010, p. 150.

MATSUDA, Juliana Miyuki. Os trajes de cena do teatro tradicional japonês: Nô, Kyogen, Kabuki e Bunraku. São Paulo: ECA/USP, 2020, p. 117.

MAUAD, A. M. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editoria/Faperj, p. 365-385, 2006.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte (São Paulo)**, v. 1, n. 1, , 2012. p. 37-48.

OCADA, Fábio Kazuo. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 49, 2006, p. 144.

OLIVEIRA, Matheus Bittencourt de. O projeto imperialista japonês no século XX. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2022.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*, trad. de Nemésio Salles. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PERUFO, Dangelia Maria; CAVALLI, Vanessa. A Obra Cinematográfica como Formadora de Sentidos: uma análise do filme Memórias de uma Gueixa. **Revista GEMInIS**, v. 1, n. 1, p. 317-338, 2010, p. 325.

REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo Cesar. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n. 2, p. 16-27, 2011. p. 19.

REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991, p. 15.

RIBEIRO, Pedro Krause. Memórias de Zé Povo ou memórias individuais?- O povo na retórica da charge e a legitimação dos discursos políticos dos caricaturistas na imprensa carioca do início do século XX. **Anais do XIV Encontro Regional Anpuh-Rio**, 2010, p. 4-6.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 4.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999, p. 7.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007.

SASAKI, Elisa Massae, 2008. O Orientalismo e o Japão, in Lorenzo MACAGNO, Fernando Rosa RIBEIRO, Patrícia Santos SCHERMANN (orgs.), *Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais*. Curitiba (PR): Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico do Paraná).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1993, p. 38-40.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário antropológico**, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994, p. 179.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues et al. Wenceslau de Moraes e a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. 2009. Disponível em < <http://hdl.handle.net/11067/5531> > acesso 05.12.2022

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues et al. Wenceslau de Moraes e a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. 2009, p. 12.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

SILVA, Rogério Souza. Entre caricaturas e trocadilhos: Raul Pederneiras e seu passeio pelas linguagens. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**, p. 1-14, 2011, p. 1.

SUZUKI, Rogério Iuji Okamoto. Guerra russo-japonesa. Monografia (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,RJ). 2019, p. 12.

TAKEUCHI, M, Y. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, p. 33.

TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas: Preconceito e Imaginário Social (1897- 1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016, p. 68.

TAKEUCHI, M. Y. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, p. 30.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 141-142.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)**. EDUSP, 2016, p. 109. TANIZAKI, J. Em louvor da sombra. 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 48.

TOIDA, H. H. (1985). Imperador Meiji, sua época e seus poemas. *Estudos Japoneses*, 5, 17-28.

TOMÁS, V. David Almazán; DAVID, Vicente. La seducción de Oriente: de la chinoiserie al japonismo. **Revista Artigrama**, p. 83-106, 2003, p. 91.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A**, 2006. p. 316.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do nas páginas do Fon-Fon!. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, 2007. p. 17-18.